



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE ENSINO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



**UMA LEITURA HISTÓRICO-SOCIAL DO ABANDONO EM *O SINO*
E A ROSA, DE ALINA PAIM**

MICHELLE PEREIRA DE OLIVEIRA

SÃO CRISTÓVÃO - SE
2019

MICHELLE PEREIRA DE OLIVEIRA

**UMA LEITURA HISTÓRICO-SOCIAL DO ABANDONO EM *O SINO*
E A ROSA, DE ALINA PAIM**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, na área de concentração: Estudo Literários, dentro da linha de pesquisa Estudo Culturais, sob a orientação da professora Dr.^a Ana Maria Leal Cardoso e coorientação do professor Dr. Afonso Henrique Fávero.

SÃO CRISTÓVÃO - SE
2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Oliveira, Michelle Pereira de

O48l Uma leitura histórico-social do abandono em O sino e a rosa, de
Alina Paim / Michelle Pereira de Oliveira ; orientadora Ana Maria
Leal Cardoso.– São Cristóvão, SE, 2019.
113 f.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de
Sergipe, 2019.

1. Literatura brasileira – História e crítica. 2. Crianças na literatura. 3.
Literatura e sociedade. 4. Paim, Alina, 1919-2011. O sino e a rosa. I. Cardoso,
Ana Maria Leal, orient. II. Título.

CDU 821.134.3(81).09

MICHELLE PEREIRA DE OLIVEIRA

**UMA LEITURA HISTÓRICO-SOCIAL DO ABANDONO EM *O SINO*
E A ROSA, DE ALINA PAIM**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, na área de concentração: Estudo Literários, dentro da linha de pesquisa Estudo Culturais, sob a orientação da professora Dr.^a Ana Maria Leal Cardoso e coorientação do professor Dr. Afonso Henrique Fávero.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a Ana Maria Leal Cardoso - UFS
Presidente

Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos
Avaliadora externa - UNIFAP

Prof.^a Dr.^a Christina Bielinski Ramalho - UFS
Avaliadora interna

Prof. Dr. Afonso Henrique Fávero -UFS
Avaliador interno

Aprovada em 28 de fevereiro de 2019.

Local: Sala de reunião do PPGL, Centro de Ensino e Ciências Humanas.

Campus Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão/SE

São Cristóvão

2019

*Dedico este trabalho aos meus pais,
Jovenília Pereira de Oliveira e Domingos
Francisco de Oliveira e Silva, pela luta
incansável de dedicação e amor por mim e
aos meus irmãos.*

AGRADECIMENTOS

Ao voltar meu olhar para o início dessa jornada, percebo que Deus desde sempre esteve comigo. A Ele toda a minha gratidão pelo revigoramento das forças quando meus passos queriam fraquejar e principalmente pelo cuidado e amor de Pai.

Minha gratidão será eterna aos meus pais que sempre apoiaram e respeitaram todas as minhas decisões.

Aos meus queridos irmãos e cunhados pela torcida e incentivo, especialmente a Leandro e Líndéia, ele, pela ajuda concreta e por me ensinar a enxergar a vida de forma leve; ela, por tantas vezes ter assumido o papel de mãe para comigo.

À caríssima professora Ana Leal, primeiramente por ter me possibilitado conhecer Alina Paim e por ter estendido sua mão generosa para me conduzir até aqui.

Duas linhas escritas jamais serão suficientes para externar minha mais profunda gratidão ao querido professor Fávero, uma fonte de estímulo e inspiração desde o tempo da graduação.

Aos professores do PPGL, principalmente a Carlos Magno pela ajuda na escolha do tema e Christina Ramalho que sempre buscou extrair o melhor dos alunos, além das preciosas contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

Aos amigos construídos ao longo dessa trajetória na UFS: Maria Juliana, Gisela, Dani, Hider, Ricardo, Lucy, Ramon Diego, Rafael, de modo particular a César, primeiro incentivador deste trabalho, a Martha pelos momentos em que partilhamos aflições e alegrias, a Cássio pela generosidade de dividir o conhecimento e pela amizade; Fabiana pela dicas e encorajamento e à amiga que se tornou uma grande irmã, Juliana Ribeiro, juntas resistimos às intempéries dessa caminhada e juntas vislumbraremos a glória.

Às amigas irmãs, Amanda, Adriana, Emily, Rafaela, Analu, Milena, Raquel, Ítala, Gabriela, Sarrandra e Thalita, com as quais compartilho ideais grandiosos e que mesmo de longe torceram e rezaram por mim

À Edina, Ane, Nilda e Neide que desde sempre acreditaram e me impulsionaram a ir atrás dos meus sonhos.

E, por fim, a CAPES, pelo apoio financeiro indispensável na realização desta pesquisa.

“Só é realmente nosso aquilo que possuímos quando estamos de mãos vazias. Nosso patrimônio inalienável cabe dentro de nós: experiência, dignidade, fantasia, saber e sentimento”.

(PAIM, 1965)

RESUMO

A prática do abandono de menores remonta desde à Antiguidade e durante muitos anos a criança foi considerada como um ser inferior ao adulto, visto que sua vulnerabilidade tornava-a uma das principais vítimas da mortalidade, o que de certo modo levava muitas famílias a uma recorrente predisposição para desapegar-se delas. No que tange ao Brasil, a questão do abandono infantil se configura como uma entre tantas outras problemáticas sociais que resiste até os dias atuais, o que contrasta com o título de país em desenvolvimento (dado seu potencial econômico). Considerando esses aspectos, a presente pesquisa buscou traçar uma leitura histórica e social do abandono, tendo como objeto a obra *O sino e a rosa* (1965), da escritora brasileira Alina Paim. Procuramos estabelecer um diálogo entre literatura e sociedade, partindo do pressuposto de que a literatura torna-se um instrumento de autoconsciência e criticidade ao homem, e nesse sentido concebemos a arte como um mecanismo que clareia a nossa visão acerca dos problemas sociais, ajudando-nos a refletir, questionar e nos posicionar sobre estes. Assim, compreendemos que a presente Obra de Paim descortina a questão do abandono infantil ao relatar a dor da personagem Catarina, menina deixada na Roda dos Expostos e amparada por uma Instituição Religiosa. Para tal compreensão nos serviram como aportes teóricos os seguintes autores: A. Candido (2006), Marcilio (1998), Aries (1978), J. Derrida (2014), M. Foucault (1996), F. Engels (1984), O. Ianni (1999), M. Priori (1996), G. Bachelard (1979), A. Bosi (1995) entre outros que iluminaram a perspectiva adotada neste trabalho.

Palavras-chave: Alina Paim; *O sino e a rosa*; abandono; literatura; criança.

ABSTRACT

The practice of child abandonment dates back to ancient times, and for many years children were considered as being inferior to adults since their vulnerability would turn them in one of the main victims of mortality, which in a certain way led many families to a recurrent predisposition to let go of them. Concerning Brazil, child abandonment is one of many other social problems that persevere until nowadays, which contrasts with the title “developing country” (given its economic potential). Considering these aspects, the present research sought to trace a historical and social portrait of abandonment, having as object the text “O sino e a rosa” (1965) by the Brazilian writer Alina Paim. We seek to establish a dialogue between literature and society, starting from the assumption that literature is an instrument of self-consciousness and criticism to man and, in this way, we conceive Art as a mechanism that clarifies our overview on social problems, helping us to reflect, question and position ourselves on this kind of issues. Thus, we understand that the mentioned Mrs. Paim’s text reveals the issue of child abandonment when reporting the pain suffered by the character Catherine – a girl left in a baby hatch and supported by a religious institution. For this understanding, the following authors have served as theoretical contributions: J. Derrida (2014), M. Foucault (1996), F. Engels (1984), O. Ianni (1999), M. Priori (1996), G. Bachelard (1979), among others; besides A. Bosi (1995) and A. Candido (2006) who illuminated the perspective adopted in this work.

Key-words: Alina Paim, the bell and the rose, abandonment, literature, child.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
<u>1-FAMÍLIA, CRIANÇA E INFÂNCIA.....</u>	15
1.1 Concepções de família	17
1.2 Do sentimento de família à construção do conceito de infância.....	20
1.3 De um Brasil multicultural à pluralidade da concepção de menor	25
<u>2-O MENOR ABANDONADO</u>	31
2.1 Da Antiguidade à Europa Ocidental	31
2.2 De Portugal ao Brasil.....	38
<u>3-LITERATURA, SOCIEDADE E A ESCRITURA DE PAIM</u>	50
3.1 Vida e obras da escritora Alina Paim.....	50
3.2 Alina Paim: literatura e sociedade	52
3.3 A voz do abandono	60
3.4 Discurso e Poder	64
<u>4-O ABANDONO EM <i>O SINO E A ROSA</i></u>	71
4.1 O abandono pela perspectiva do narrador.....	71
4.1.1 O abandono pela voz de Catarina na infância.....	73
4.1.2 O abandono pela perspectiva da personagem adulta	77
4.2 Os espaços do abandono	79
4.2.1 A Casa.....	80
4.2.2 Orfanato e Educandário	82
4.2.3 A escada.....	85
4.3 A presentificação do abandono nas personagens.....	88
4.3.1 As personagens e suas respectivas caracterizações	95
4.4 Uma breve leitura do título da obra	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	110

INTRODUÇÃO

*Dizem que este país é feliz porque o povo ainda
canta nas ruas
Dizem que nossa nação não vai mal porque o
povo ainda faz carnaval
E eu queria somente lembrar que milhões de
crianças sem lar
Não partilham da mesma visão
Há tristeza no seu coração*

*Menores abandonados
Alguém os abandonou
Pequenos e mal-amados o progresso não os
adotou (...)
(ZEZINHO, 1981)*

A letra da canção acima traça um retrato panorâmico de um problema social que subsiste no cenário brasileiro desde o período da colonização: a questão do abandono infantil.

Decorrente das mais variadas situações políticas e econômicas pelas quais o Brasil passou, tal problemática não se configura como uma exclusividade do nosso país, pelo contrário, como relata Marcílio (1998, p.21), o fenômeno do abandono de crianças existe desde a Antiguidade e foi bastante comum e recorrente em várias épocas, sendo diferenciado apenas os motivos e as circunstâncias em que se dava e esteve diretamente relacionado aos modos e meios de conceber a proteção e a assistência à criança.

Tal situação se agravou no decorrer dos anos, sobretudo no período pós-Revolução Industrial, sendo a Igreja Católica pioneira em criar abrigos para os menores excluídos. Porém, tendo esta demanda aumentado com o passar do tempo, as instituições religiosas que abrigavam crianças abandonadas não mais as comportavam, sendo necessária a intervenção do Estado.

Somente em 1959, com a Declaração dos Direitos Universais da Criança, promulgada pelas Nações Unidas, a criança passou a ser concebida como um sujeito de direito, na Europa Ocidental. Antes disso, porém, houve uma longa jornada

trabalhada ao longo de duzentos anos para se chegar à atual situação. Percurso este que transitou da filantropia até a implementação do bem-estar social adotado pelo Estado.

No que tange ao Brasil, a concepção de criança inicialmente foi fruto dos modelos ideológicos europeus, vindo a se transformar conforme aconteciam as diversas oscilações econômicas e sociais de um país plural e multicultural, o que também influenciou diretamente na estruturação familiar.

No Brasil Colônia, por exemplo, houve uma tentativa de habilitar as crianças indígenas à mentalidade do branco colonizador, através dos jesuítas; já no século XIX, o sofrimento dos enjeitados se acentuou e a Primeira República marca a adoção do conceito de menoridade em que se configuram as relações entre o Estado e a sociedade para fins disciplinadores dos menores infratores. Assim, tanto a família bem como as concepções de infância, no contexto brasileiro, estiveram condicionadas às transformações socioeconômicas vivenciadas no país.

Com base nesses aspectos e considerando o que é apontado por Candido (2006), que há uma intrínseca relação do texto ficcional com o meio social, a presente pesquisa traça uma leitura histórica e social do abandono, tendo como objeto a obra *O sino e a rosa* (1965), da escritora brasileira Alina Paim. Nosso principal intento é analisar de que modo os elementos internos da narrativa deflagram este tema e, conseqüentemente, como contribuem para uma reflexão acerca dessa problemática social.

Assim, o presente romance, publicado em 1965, está circunscrito como parte integrante de uma pesquisa mais ampla em andamento, que procura dar visibilidade e resgatar as narrativas produzidas por Paim, promovida pela professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, Doutora Ana Maria Leal Cardoso, sendo este o primeiro livro que compõe a chamada trilogia de Catarina.

Neste trabalho, a personagem principal apresenta-se em duas faces/fases distintas e, ao mesmo tempo, intrínsecas: sendo a primeira Catarina mulher adulta, escritora, mãe e esposa, que, ao se deparar com a iminência da morte da única filha que tanto ama (tendo sido esta acometida por uma terrível febre), evade-se nas entranhas de suas memórias e refaz um caminho de volta à infância, empreendendo uma longa jornada, num processo de conhecimento e reconhecimento do seu “eu”, de questionamentos, reflexões, ressignificações sobre o que foi sua vida até então e busca o sentido da sua existência. A segunda face de Catarina é a menina que foi abandonada na roda dos expostos e que vive em um orfanato/educandário.

Em ambas as representações desta personagem, temos o olhar paiminiano lançado sobre a figura feminina, que questiona ou reivindica a busca do papel e da inserção da mulher na sociedade como profissional, ou como parte constituinte de uma família, na função de filha, mãe ou esposa, o que se configura como traços característicos das temáticas desta autora.

Ao trazer a experiência singular e sofrida da personagem Catarina, a narrativa amplia essa situação individualizada e se transpõe para uma temática mais universal: a desigualdade social, a exclusão e, por conseguinte, o abandono infantil. Assim, a narrativa possibilita uma leitura que parece descortinar os dilemas de quem vive sob esta condição em um convento do século XX e nos faz supor que por trás da trama se revela uma denúncia social.

O sino e a rosa, portanto, nos induz a refletir não somente sobre o abandono infantil, que aflige a humanidade desde os primórdios e se perpetua até os dias atuais, como também a pensar sobre a situação do menor excluído que passa despercebido, sendo muitas vezes ignorado pela nossa sociedade.

Partiremos do pressuposto de que a arte pode se tornar um instrumento de criticidade para o homem ao clarear nossa visão acerca das diferentes realidades que afligem a humanidade, ajudando-nos a analisar, questionar e nos posicionar sobre estas.

Tendo em vista que a nossa pesquisa está inserida na área de Letras, mais especificamente concentrada no âmbito dos Estudos Literários, a metodologia empregada no presente trabalho é baseada na técnica da pesquisa bibliográfica e foi dividida em quatro capítulos, a saber que no primeiro intitulado: 1-FAMÍLIA, CRIANÇA E INFÂNCIA, traçamos um apanhado histórico que nos ajuda a compreender e contextualizar a obra com base nos dados retirados da realidade, acerca das variadas formulações dos conceitos de família, criança e infância, bem como busca entender as transformações sofridas ao longo do tempo que ocasionaram a prática do abandono de criança, ao tempo que procuramos também estabelecer, ainda que preliminarmente, um paralelo entre estes conceitos e como eles se configuram na obra em análise. Assim, com este capítulo foi possível interpretarmos que as diferentes formas de conceber a criança no Brasil, estiveram atreladas a um país plural e multicultural o que consequentemente interferia na estruturação familiar.

No segundo capítulo denominado: 2- O MENOR ABANDONADO, também foi delineada a trajetória histórica da criança abandonada, sendo que nesta parte,

procuramos aprofundar mais detalhadamente os processos históricos que envolveram a realidade do abandono infantil. Partimos inicialmente da Europa à Portugal, de Portugal ao Brasil e neste último elencamos uma síntese das diferentes configurações do abandono de crianças e os respectivos tratamentos dado a isto nas principais épocas que o país atravessou, o que nos possibilitou ampliar a visão acerca desta temática para em seguida localizá-la na obra literária.

LITERATURA, SOCIEDADE E A ESCRITURA DE PAIM é o terceiro capítulo, que por seu turno principia-se com um breve resumo da vida e obra da escritora Alina Paim, a qual sempre esteve engajada politicamente e dedicou boa parte de suas narrativas para traçar denúncias e reflexões sobre o papel da mulher na sociedade e sobre grupos minoritários da nossa sociedade.

Assim, propusemos um diálogo entre a literatura, a sociedade e a militância desta escritora. Procuramos demonstrar que a literatura pode servir como um instrumento ativo, visto que ela abre os sentidos humanos para uma melhor visualização e reflexão das diferentes realidades que nos cercam. Desse modo, ao clarear nossas ideias, leva-nos a despertar nossa sensibilidade adormecida, e nos encoraja a nos mover perante às problemáticas sociais.

Para desenvolver tal discussão buscamos aportes teóricos em Cândido (2006), o qual vê a obra como um organismo vivo que mantém uma relação direta com o meio social; em Ianni (1999), ao argumentar que a narrativa mesmo sendo uma recriação da realidade, efetua um tipo de desvendamento e produz uma forma de autoconsciência, esclarecendo aquilo que demonstra ser “complicado, enigmático, opaco, infinito” (1999, p.40); Calvino (2006), para quem a literatura age na história na medida em que, através de suas variadas utilidades, impulsiona o homem para o campo de batalha e o encoraja moralmente através da palavra, instigando sua sensibilidade e mostrando-lhe como deve olhar a sua volta; Spivak (2010), que ao discorrer sobre o subalterno em seus estudos pós-coloniais, chama à atenção para que reflitamos sobre o modo como os sujeitos do terceiro mundo são representados, propondo que haja espaços para que estes possam falar por si mesmos, sem precisarem ser mediados por intelectuais que julgam estarem lhes representando quando, na realidade, estão lhes obliterando a voz; Foucault (1996) e Barthes (1977), através dos quais aprofundaremos sobre os mecanismos de interdição e controles dos discursos e nesse sentido, procuraremos observar de que modo subjaz o discurso da personagem abandonada, nessa narrativa, partindo do postulado de que ele é emudecido pela nossa sociedade, posto que, como

tantos outros problemas de cunho social, o abandono é tangencialmente tratado e silenciado. Com Derrida (2014), veremos a literatura como um espaço onde se pode dizer tudo, ou seja, dado o seu caráter ficcional, e por ser essencialmente um jogo de linguagem, ela pode dissimular e possibilitar ao escritor transpor os interditos apontando para algo além de si mesma.

Nesse sentido, verificamos que a escritura de Paim, como analisa Cardoso (2010), embora seja dividida em dois períodos, sendo o primeiro voltado para o engajamento político e social, e o segundo para temáticas mais existencialistas, em ambas as fases temos a marcas de uma escritora empenhada em fazer da sua escrita um espaço para repensar a vida e o ser humano.

Por fim, o quarto e último capítulo se debruça mais detalhadamente sobre a narrativa em questão e analisa o modo como os elementos internos desta obra nos fornecem uma chave de leitura que direciona e contribui para pôr em relevo a representação do abandono infantil. Primeiramente analisamos a obra a partir da perspectiva do narrador, tanto pelo ângulo da voz que fala pela menina ou pela mulher e verificamos que em ambas as visões, o narrador serve como um mecanismo para enaltecer o drama do abandono; em seguida exploramos os espaços que constituem o cenário da narrativa e observamos que também eles contribuem consideravelmente para notabilizar o conflito que o abandono gera na personagem principal e por conseguinte, é se detendo mais criteriosamente sobre esta personagem e as demais que vimos como estes recursos reforçam a temática do abandono. Assim, para nos auxiliar nessa última parte buscamos fundamentamos em: Bachelard (1978), Bakhtin (2010), Benjamin (1994), Leite (2002), Deleuze e Guattari (1997), Brait (1985) entre outros.

Assim, ao possibilitarmos uma leitura reflexiva sobre o importante papel da literatura que age na história quando impulsiona o homem para o campo de batalha, certamente, uma das contribuições do presente trabalho, além de tonar o leitor mais cômico dos processos históricos que envolveram o abandono infantil, pode também propiciar uma reflexão crítica em torno deste tema que precisa ser apregoado para não ser esquecido ou silenciado pela nossa sociedade, visto ser este não somente um problema social mas que interfere diretamente na questão humana.

CAPÍTULO 1

FAMÍLIA, CRIANÇA E INFÂNCIA

*Encosta-se no portal e os pés, muito unidos,
firmam-se na outra parede. De braços cruzados
sobre o peito, sente o coração: “Minha família,
tenho família. Augusta é meu sangue.”*
(PAIM, 1965, p. 26)

Neste primeiro capítulo traçaremos um apanhado histórico acerca das variadas formulações dos conceitos de família, criança e infância e buscaremos entender as transformações sofridas ao longo do tempo que ocasionaram a prática do abandono de criança, ao tempo que estabeleceremos, ainda que preliminarmente, um paralelo entre estes conceitos e como eles se configuram na obra em análise.

Na narrativa paiminiana *O sino e a rosa* (1965), o tema família, infância e abandono perpassa por todo o romance, dado que a personagem principal, Catarina, é uma mulher adulta, escritora, casada com Henrique, com quem possui uma única filha, Maria Augusta. Enquanto vigia o sono da filha, tendo sido esta acometida por uma terrível febre, Catarina percorre as lembranças de sua infância, trazendo à luz os conflitos vivenciados nessa fase de sua vida, sobretudo os relacionados à sua condição de abandonada, posto que isso se deu em uma Roda dos Expostos, sendo em seguida criada pelas Irmãs Vicentinas em um orfanato.

A trama se compõe em um recorrente entrecruzamento do passado e o presente da protagonista, trazendo-lhe questionamentos sobre suas experiências existenciais e fazendo-lhe buscar uma compreensão de toda a sua vida.

Desse modo, da infância à vida adulta, o tema “família” atravessa toda a história desta personagem, pois fazer parte de uma, conhecer a sua origem, é um sonho que Catarina carrega consigo desde menina. Este sonho é alimentado pela possibilidade da adoção durante a sua adolescência, quando uma família burguesa, a da Madame Jordão, que não possuía filhos, leva a menina a passeios e visitas pela cidade e pelo palacete onde habitava. Porém, mesmo sendo adotada, Catarina sentirá o que é possuir de fato uma família, somente na sua fase adulta, através do casamento com Henrique e o nascimento da filha.

Tendo em vista que a obra traz em cena, através dos dilemas experimentados pela principal personagem, a problemática do abandono, que passa necessariamente circunscrita pelos conceitos de família e criança/infância, faz-se imprescindível, portanto, partirmos inicialmente da compreensão destas concepções. Para tanto, essa primeira etapa da nossa pesquisa pretende esboçar um apanhado histórico, de modo que nos forneça um panorama das concepções destes termos assumidos ao longo da história até as formulações contemporâneas ao período da obra, o século XX, na nossa sociedade ocidental, a fim de nos fornecer uma leitura histórica e social de como o fenômeno do abandono poderá estar representado nesta obra em análise.

Como ponto de partida, buscou-se o conceito de representação na poética de Aristóteles (2008), para quem a arte é considerada como um tipo de ciência produtiva que se difere das demais porque procura atingir o mundo da sensibilidade, do conhecimento do porquê, enquanto as outras tratam de técnicas que se limitam a reproduzir o fato dado de forma mecânica.

Para este filósofo, a arte é livre de qualquer essência pragmática e sua característica é a *mimeses*, que imita a natureza recriando-a, reconfigurando-a numa nova dimensão, inclusive, vindo até mesmo a superá-la. Neste ponto, vale salientar que a *mimeses* não se mostra como uma mera cópia ou reprodução, mas é a capacidade de criar o existente reelaborando-o sobre bases possíveis de interpretações do mesmo. Seria um tipo de imitação captada pelos sentidos que por sua vez imitam as ideias imutáveis. Assim, ela não depende de uma verdade contida no seu objeto, ou seja, não retrata os fatos como historicamente sucederam-se, mas como poderiam vir a ser, aproximando-se do verossímil. É ela ainda que caracteriza o poeta, uma vez que este se define não pela sua habilidade de compor versos em métricas, mas pela sua capacidade criadora mimética.

O artista, nesse sentido, teria a liberdade de criar o seu objeto sem necessariamente corresponder à veracidade dos fatos.

Em Bosi, encontramos uma definição de arte que se aproxima da aristotélica em que a “arte é concebida como um fazer. Um conjunto de atos pelos quais se muda a forma, se transforma a matéria oferecida pela natureza e pela cultura... Movimento que arranca o ser do não ser, a forma do amorfo, o ato da potência, o cosmos do caos” (1995, p. 13).

Nessas conjecturas, compreendemos a arte como um tipo de produção que apreende o real, e, através de uma dada percepção, reelabora-o, acrescentando ao objeto um algo a mais.

Sabendo, pois, que o conceito de *mimeses* adotado por Aristóteles cria a marca distintiva para a natureza imitativa da arte literária, e que o campo da representação e da imaginação é a ficção, procuraremos assim compreender de que modo a narrativa *O sino e a rosa* retrata a temática do abandono infantil.

Por isso, primeiramente, faz-se imperativo contextualizarmos as concepções de família e infância, bem como os termos associados a este último: como criança e menor e suas respectivas reformulações do decurso do tempo, já que, como vimos, na narrativa a personagem principal, Catarina, sobretudo em sua fase infantil, nos revela o drama e os conflitos de uma criança que sonha em pertencer a uma família e habitar um lar por ter sido abandonada em uma Roda dos Expostos. Essa contextualização histórica poderá nos fornecer possíveis indicações de leitura que sinalizam para a aproximação e/ou o distanciamento da narrativa com os fatos reais que envolvem esse tema e como a arte literária recria esta realidade ou dela se vale para trazer à baila discursos negligenciados pela sociedade.

Assim, as concepções aqui adotadas tomarão uma vertente histórica e sociológica, buscando reflexões e formulações ideológicas dos modelos e mecanismos adotados frente à infância desvalida da Europa ocidental até serem transportados ao Brasil.

1.1 Concepções de família

A começar pela elaboração do conceito de família. Em Engels (1984, p.29), temos um levantamento histórico acerca dos mecanismos que se formularam ao longo do tempo para compor o que hoje compreendemos vir a ser uma família monogâmica. Inicialmente se foi verificado que na sociedade primitiva, mais especificamente em algumas tribos da América, que existia entre os índios uma elaboração de parentesco na qual um único indivíduo mantinha muitas centenas de diferentes relações não somente baseadas na consanguinidade. Nessas civilizações, o conceito de pai, mãe e filho não se referia apenas a títulos, mas a funções desempenhadas mutuamente entre si.

Esse estudo de Engels (1984, p.30), baseado na pesquisa de Morgam, revela que a família sofre constantes alterações em consonância com o progresso da sociedade, alterando-se de uma forma inferior para outra superior. No entanto, o sistema de parentesco só se modifica depois de longos intervalos em que a família já assimilou o progresso e sofreu uma radical transformação.

Ao reconstituir os fatos que deram origem à história da família e antes da monogamia se estabelecer como modelo de família tradicional, o autor exemplifica que nas civilizações primitivas existiram diversas outras relações entre homem e mulher, entre elas o matrimônio por grupos, em que uma mesma mulher podia pertencer a vários homens ao mesmo tempo, bem como um único homem a diversas mulheres (ENGELS 1984, p.36).

Desse estado primitivo, formou-se a família consanguínea, na qual os grupos conjugais são classificados por gerações, em que os ascendentes e descendentes, pais e filhos, são os únicos que não podem estabelecer matrimônio entre si, o que não era vetado aos demais: irmãos e primos. Decorrente deste sistema parental, ascende a família punaluaana, em que se coíbe o matrimônio entre irmãos, sendo o traço característico, a comunidade recíproca de maridos e mulheres, em que as irmãs, por exemplo, podiam compartilhar um mesmo esposo (ENGELS 1984, p.39).

Quando se estabelece o impedimento da relação sexual entre irmãos, surgem as chamadas gens, tribos fechadas de parentes consanguíneos de linhagem materna. Esses grupos se consolidam por meio de instituições comuns, de ordem social e religiosa, distinguindo-se de outras gens. Outro tipo de manifestação de família é a sindiásmica, que se constituiu com base nos pares conjugais formados a partir do regime de matrimônio por grupos. Nesse estágio, a família se compunha pelo homem que convivia com uma única esposa, mesmo se a poligamia e a infidelidade continuasse a ser exercida como uma prática de direito para os homens (ENGELS 1984, p.41).

Desse modo, se evidencia que a evolução da família na era pré-histórica consistiu na redução de seus membros, prevalecendo a comunidade conjugal em detrimento de toda a tribo que a abarcava.

Outras forças de ordem social entraram em jogo e transformaram a manutenção da família sindiásmica, haja vista que, quando as riquezas se convertem em propriedade particular, a exemplo do rebanho de gados, o fato das famílias não se multiplicarem em igual proporção, faz-se necessário o aumento de mão de obra e, para

isso o prisioneiro de guerra passa a ser utilizado. O homem assim geria essa instituição, ocupando um lugar mais importante que a mulher, o que propiciou a formação da família patriarcal, em que os indivíduos dessa nova organização estavam submetidos ao poder do chefe paterno (ENGELS 1984, p.48).

Este autor alude que, em sua origem, a palavra família é romana e designa escravos domésticos, o que coaduna com essa sua nova reconfiguração, em que os laços que os unia não eram sentimentais, mas a manutenção para a criação de gados e suas demais riquezas. É, pois, esta forma de família que assinala a passagem do matrimônio sindiásmico para o monogâmico. Este tipo de matrimônio, por sua vez, se estabelecia não por condições naturais, mas econômicas e baseava-se em fazer triunfar a propriedade privada sobre a comum. Nele havia o predomínio do poder do homem, cuja finalidade era a de gerar filhos de uma única paternidade que se tornassem os herdeiros diretos de seus bens (ENGELS 1984, p. 66).

Engels (1984, p. 70) argumenta que, com o advento do capitalismo, todas as antigas relações são transformadas e todas as coisas passam a ser consideradas mercadorias de compra e venda, inclusive o matrimônio, tornando-o uma espécie de livre contrato, sobretudo para a burguesia nascente que estava assim submetida a influências econômicas, diferentemente do matrimônio proletário, que, não havendo tal submissão, se dava por reciprocidade afetiva.

Em vista disso, a monogamia clássica sofreu transformações, pois, se nesta a manutenção dos bens era o objetivo principal de sua constituição, agora isso já não era mais o fator determinante, uma vez que o patrimônio era detido somente pela burguesia e a mulher do proletário era retirada do seio familiar para o mercado de trabalho e para as fábricas, subvertendo inclusive sua posição, já que esta muitas vezes era o sustentáculo da casa. É essa situação que, para o autor, caracteriza a família individual moderna, baseada numa dissimulada escravidão da mulher, pois para esta ainda que a indústria tenha lhe aberto as portas da produção social, impede-lhe de cumprir com as obrigações domésticas e se escolhe ao contrário, esta última opção, fica excluída do trabalho social e nada recebe em troca (ENGELS 1984, p. 80).

Assim, o autor ressalta que nem mesmo na república democrática se suprime o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher. E que o estabelecimento de uma igualdade social entre ambos só se dará quando estes passarem a conquistar direitos iguais garantidos pela lei.

Desse modo, compreendemos que até chegarmos às formulações que atualmente temos a respeito da família monogâmica, a qual usaremos para o nosso presente trabalho, foram diversas as transformações vivenciadas pela sociedade em seus mais variados aspectos, entre eles, e sobretudo, o cultural e econômico, que, por sua vez, se tornaram os principais influentes na construção deste conceito em pauta.

No subcapítulo seguinte aprofundaremos de que modo se desenvolveram os processos de inserção da criança no seio familiar e analogamente verificaremos como isso se dá na obra em análise.

1.2 Do sentimento de família à construção do conceito de infância

O historiador francês Philippe Aries (1978) baseou suas pesquisas acerca da construção do aparecimento da criança, através de um levantamento iconográfico, de modo a demonstrar como os sentimentos a ela atribuídos pela família e pela sociedade foram sendo construídos em diferentes épocas.

Desse modo, o pesquisador relata que, na sociedade antiga, as crianças não eram benquistas e assim que conseguiam galgar os primeiros passos rumo à independência dos adultos eram logo misturadas a eles em suas mais variadas atividades: jogos e trabalhos. E não havia, portanto, um período concedido à juventude. Isso de certo modo acabava por propiciar uma aprendizagem fora do convívio familiar, pois os valores culturais e os demais conhecimentos apreendidos pela criança eram transmitidos muito mais pela sua socialização com o contato do mundo adulto do que pela sua própria família, já que a passagem da criança pela família era feita em um tempo muito abreviado, se compararmos à atualidade (ARIES, 1978, p.10).

Mas, de acordo com o historiador, essa situação passou a modificar-se no final do século XVII, quando foram fundadas as escolas que, sustentadas por ideologias moralizantes da doutrina cristã, assumiram para si a função da educação das crianças.

Os pequenos eram confiados pela família neste ambiente e nele permaneciam por um longo tempo a fim de que fossem preparados para a vida adulta. Este processo de afastamento temporário acabou por rearranjar o contexto familiar. O cenário desarticulado e muitas vezes de afrouxamento afetivo, em que os filhos eram vistos em função dos bens e da honra, deu lugar a um espaço afetivo entre os cônjuges que agora se preocupavam em acompanhar a educação de seus filhos (ARIES, 1978, p.11).

A partir de então, a criança ganhou um grau de importância e saiu do anonimato, pois em razão dela a família começou a se organizar. O sentimento frequente de sua possibilidade de substituição foi consideravelmente reduzido, assim como a taxa de natalidade, sobretudo em meados do século XVIII. Também se deve à vida escolástica e aos fundadores de colégios do fim da Idade Média, bem como às práticas de educação disciplinares, o alongamento da infância, já que as crianças não mais se misturariam com a sociedade adulta sem antes passar por um período de formação disciplinar moral e intelectual (ARIES, 1978, p.12).

Como vimos, nas sociedades antigas não se diferenciava a criança do adolescente. Essas categorias não eram bem divididas, nem mesmo biologicamente era possível dissociá-las como fases distintas, pois ainda não existia a compreensão do fim da infância com o início da puberdade. Havia uma terminologia que classificava as idades da vida como: infância e puerilidade, juventude, adolescência e senilidade. No entanto, eram utilizadas somente para fins de explicação física e científica, tal como o peso e a velocidade e como um modo de conceber a biologia humana (ARIES, 1978, p.35).

Aries (1978, p.52) observa que, por volta do século XIII, a arte começa a representar uma figura da criança um pouco mais próxima à moderna. Primeiramente, associada à figura do anjo, em seguida a do menino Jesus e a de Nossa Senhora Menina. Antes disso, porém, na Era medieval, não se encontram vestígios da ilustração dessa fase, o que leva o historiador a deduzir que não havia lugar para este período da vida, posto que se compreendia que era uma etapa subitamente ultrapassada e nem mesmo se acreditava que estes seres possuíssem a personalidade de um homem. Sua insignificância era agravada pelo alto índice de mortalidade da época. O que passou a reduzir-se somente a partir do século XVIII, através da ideologia cristã, que propagava a ideia de que as crianças também possuíam uma alma, assim como a adoção das primeiras práticas contraceptivas, influenciadas pela teoria do malthusianismo, o que se configurou uma consideração e consciência em torno destes indivíduos. Já no final do século XVII, percebe-se uma maior preocupação com as crianças, levando-as inclusive a serem vacinadas contra a varíola.

Ademais, as melhores condições de higiene e o controle de natalidade ocasionaram uma mudança demográfica significativa.

Esse pesquisador constata ainda que, embora soe estranho para nós, nessas sociedades não existiam leis que preservassem a prática da moral entre as crianças,

como na atualidade. Posto que, nessa época, os adultos agiam com atitudes consideradas de uma permissividade desmedida perante os pequenos, a exemplo da linguagem grosseira, ações e situações tidas como indecorosas, pois para aqueles as crianças eram indiferentes frente a essa realidade que assistiam. Tais atitudes eram consideradas perfeitamente normais nessa época e, para o autor, é importante que compreendamos que as mentalidades variam de acordo com o meio e com o tempo (ARIES, 1978, p 129).

Embasada pela moral da doutrina cristã, no século XVI, surge então uma concepção de criança como ser delicado e de natureza frágil e que assim sendo, deveria ser protegida e tutelada contra a imoralidade adulta, o que culmina em princípios norteadores mais rigorosos e protetivos adotados pelas instituições educacionais. Por outro lado, essa doutrina não admitia que os infantes fossem mimados, mas tratados com seriedade, um cuidado que era transposto inclusive aos tipos de livros e leituras a eles destinados. Dessa maneira, são considerados dois tipos de sentimentos atrelados à infância: o primeiro, caracterizado pelo excesso de mimos que existia no seio familiar, sobretudo destinados às criancinhas menores; já o segundo, proveniente de uma fonte exterior à família, empregado pelos moralistas preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes (ARIES, 1978, p 138.).

O autor frisa o fato de que, embora na sociedade medieval não existisse o sentimento da infância, isso não significava que elas eram negligenciadas e abandonadas ou mesmo desprezadas. A afeição pela criança existia, o que não havia, entretanto, era a particularidade infantil, que a diferenciava do adulto, já que, como vimos, assim que a criança superava o período de alto nível de mortalidade era logo colocada junto aos trabalhos e atividades com os demais adultos (ARIES, 1978, p. 157).

A família por sua vez desponta na iconografia em meados do século XVI, em que começam a surgir imagens de um casal que já não é mais baseado no imaginário do amor cortês. Ao contrário, a mulher é introduzida como a auxiliar do homem, participando da família. Desta data em diante, a vida privada passa a ser comumente representada nas telas em detrimento da vida rechaçada da Idade Média. Surge a retratação das idades da vida como pretextos para representar a família. Assim, pode-se deduzir que é a partir desse período que principia o sentimento da família, o qual está intimamente relacionado com o sentimento da infância (ARIES, 1978, p.197).

Vale salientar que, para alguns historiadores, na sociedade medieval, a família consanguínea não era constituída apenas por um grupo com o casal e os filhos, mas sim, dois grupos: sendo este e o da linhagem que se estendia por todos os descendentes de um mesmo ancestral. O historiador explica que, com a dissolução do Estado, as famílias viram-se necessitadas de agruparem-se entre si a fim de proteger seus patrimônios, estabelecendo desse modo o surgimento da linhagem (ARIES, 1978, p. 211).

Neste ponto é importante observarmos, através da história, como o Estado influi na construção da família, a exemplo das guerras e da Revolução Industrial que ocasionaram as diásporas e segregaram os membros da família. Assim, é nesta instituição que as pessoas buscam refúgio e proteção quando o Estado enfraquece, ou representa uma ameaça.

A família conjugal moderna, como a concebemos, começou a desenvolver-se no século XIV, quando o marido passa a exercer todo o poder dentro da casa, ao qual são submetidos os filhos e a esposa, o que foi ocasionado por um movimento cultural alimentado pela religião e o poder monárquico que desencadeou várias mudanças nos hábitos e nas condições sociais da época, visto que a família agora, e não mais a linhagem, passa a adquirir um valor social, tida como a célula da sociedade e a base do Estado (ARIES, 1978, p. 212).

Aries (1978, p. 217) ressalta que o sentimento de família era novo, mas a família em si já existia, embora sobrevivesse em silêncio de modo que não despertava inspiração suficiente a ponto de inspirar poetas e artistas. Ela era vista apenas como uma guardiã da transmissão dos bens e dos nomes, mas não penetrava muito longe no mundo da sensibilidade. Foi a partir do século XV e XVI que floresceu uma outra concepção de família versada sobre o laço afetivo entre o pai, a mãe e os filhos, sendo exaltado com valor, principalmente em torno do sentimento da infância que nessa época passou-se a considerar, posto que, como mencionamos anteriormente, nesse período a educação dos pequenos (a partir dos sete anos de idade) passa a ser oferecida pela escola. O que faz com que os pais criem a necessidade de acompanhá-los mais de perto, os aproximando de uma relação mais afetiva.

Para o historiador, esse sentimento forte que se formou em torno da família conjugal correspondeu a uma necessidade de intimidade e também de identidade entre os membros da família que se unem mais pelo sentimento, costume e o gênero de vida e que é principiado pela burguesia, sendo que nas camadas mais populares o

sentimento pela multidão reunida resistia. O que nos faz constatar que há uma intrínseca relação entre o sentimento de família e as classes sociais (ARIES, 1978, p 223.).

A respeito deste novo sentimento de família, que o historiador aponta como sendo despertado pelo afeiçoamento da figura da criança, ou seja, pelo cuidado e zelo que o casal passa a estabelecer para com os filhos, podemos traçar um paralelo com romance *O sino e a rosa*, pois nele é interessante observarmos que foi a partir do nascimento de Maria Augusta que o casamento de Catarina com Henrique veio a vitalizar-se. Antes disso, porém, o relacionamento entre ambos tendia mais para um contrato social entre um homem e uma mulher que pareciam nutrir entre si apenas respeito, sem o avivamento de maiores sentimentos, como podemos constatar nas seguintes passagens: “Compreendeu quanto o marido quis filhos, naqueles nove anos em que o casamento deles se tornava subterrâneo, os dois perdidos na sombra, as mãos desgarradas esquecidas do contato das mãos do companheiro” (PAIM, 1965, p. 20).

Desenvolvia-se a criança e o casamento ia recebendo seiva, como se a ternura o rejuvenescesse. Para trás foi ficando o deserto, aquela sociedade de estranhos que se tocam, se cumprimentam e, às vezes, se esmeram em gentilezas, sufocados na atmosfera rarefeita, onde secam as palavras de vida e de onde a compreensão já emigrou (PAIM, 1965, p. 21).

Ainda com base nesse apanhado histórico, poderíamos identificar na obra algumas perspectivas de família, as quais são descritas pelo olhar de Catarina, tanto em sua fase adulta quanto na infantil: a primeira que segue o protótipo moderno de família monogâmica definido por Engels (1984), estruturado pela figura de um casal com seu (s) respectivo (s) filho (s). Assim, transpondo para a ficção, teríamos essa estrutura representada por Henrique, Catarina e Maria Augusta:

Catarina senta-se no degrau. Novamente só com o mandchu, no lance da escada. No berço, a filha e a febre; por trás de uma daquelas paredes, o marido encolhido e muito coberto, no sono das noites da infância. À direita, a filha; à esquerda, o marido: uma família (PAIM, p. 26, 1965).

Pode-se observar ainda no romance uma retratação do típico modelo de família burguesa, descrito por Engels (1984), no caso, composta pela Madame Jordão e seu esposo, um casal pertencente a alta sociedade que não possui filhos e mantém, através de caridade, os estudos de Catarina no Educandário administrado pelas freiras, uma suposta família propensa a adotá-la:

Madame Jordão era de uma família de nome dos mais antigos, com raízes em Portugal. De riqueza formada pela família, muito antes do nascimento. Maior do que nome e riqueza reunidos era o seu orgulho. Casou-se passada dos trinta anos com um engenheiro ambicioso, pobre e mais novo do que ela (PAIM, 1965, p. 133).

Antes de conhecer a família da Madame Jordão, Catarina não possuía referências do que viria a ser esta instituição, haja vista que, pela sua condição de menina abandonada não conhecia esta realidade e baseava-se, portanto, apenas em comparações com o ambiente do orfanato. Surge assim um modelo de família, que não é bem definido, mas idealizado, pois se encontra limitado ao plano da imaginação e sonhos da menina.

Daquele quarto minúsculo, com a cama estreita, a mesa de pinho e uma cadeira muito dura, guardava a lembrança de silêncio maciço, onde pensamentos e indagações cresciam... A vida numa casa, no seio da família, seria tão monótona, como o acordar, o comer, o andar e o dormir no Orfanato? Despertar, mastigar, mover os pés e cerrar os olhos, eternamente partindo de uma fila silenciosa e sem imprevistos (PAIM, 1965, p. 31).

Estas primeiras comparações entre teoria e obra servem preliminarmente para observarmos algumas similitudes entre o histórico e o ficcional, a serem melhor aprofundadas no quarto capítulo.

No próximo item examinaremos a concepção de criança adotada ao longo do tempo (do Brasil colônia à atualidade) na perspectiva de um país plural e multicultural.

1.3 De um Brasil multicultural à pluralidade da concepção de menor

No que concerne ao contexto brasileiro, Priore (1996) nos mostra um panorama de como as crianças foram vistas em vários momentos no país. Do seu anonimato, em que era tida somente como uma criança, até ser reconhecida como cidadã e, portanto, digna de direitos e deveres.

Percebe-se que a história da criança no Brasil perpassa tanto por momentos de ternura, proteção, sentimentos maternos, como também de violência, exploração e humilhações, tendo em vista que nossa sociedade foi marcada por contradições econômicas e culturais e isso influenciava o modo de lidar com a vida e a morte dos pequenos (PRIORE, 1996).

Essa historiadora (PRIORE, 1996, p.11) postula que o modo de conceber a criança variava de acordo com as circunstâncias morais e econômicas de cada época. No chamado Estado Novo, por exemplo, as leis buscavam protegê-las e tratá-las como uma das prioridades. Em Portugal, isso já acontecia desde o século XVII, pois elas eram recolhidas das ruas para que pudessem lhes oferecer melhores condições de vida. De modo análogo, o Brasil passou a adotar a concepção de criança do modelo ideológico europeu. Modelo este que era altamente influenciado pela Igreja Católica, a qual transmitia a imagem da infância associada à figura do menino Jesus, como afirmado também por Aries (1978).

O modo como uma criança era considerada sofreu variações ao longo do tempo de acordo com as transformações sofridas na estrutura familiar e esta, por sua vez, era influenciada pelos fatores morais e econômicos de cada época.

No que tange ao Brasil, a concepção de criança também foi fruto dos modelos ideológicos europeus. A Igreja Católica nesse período foi a responsável por transmitir a imagem da infância adotada pelos adultos, uma imagem que estava ligada a uma figura imitativa de Jesus, como a do Jesus menino. Assim, o corpo infantil estava associado à meiguice, à divindade e, por isso, à conversão de almas. Um modelo ideológico de criança-Jesus abraçado pelos então jesuítas que no Brasil aportaram e preferiram as crianças indígenas a fim de conquistar suas almas. Por isso, em 1554, foi fundado o primeiro colégio para os catecúmenos, cujo objetivo era instruir os indiozinhos juntamente com alguns órfãos vindo de Portugal (PRIORE, 1996, p.12).

Vale salientar que a educação oferecida aos nativos brasileiros não se detinha a afagos e carinhos. Pelo contrário, lhes era exigida disciplina aos moldes dos princípios morais da igreja católica, baseados nos costumes e vida cristã. Além disso, adotava-se uma pedagogia que lhes despertasse o medo para a apreciação das necessidades da carne, ou seja, incutiam-lhe valores de base ideológica-cristã que desprezassem aquilo que era tido como impulsos, paixões e vícios. Desse modo, a disciplina escolástica servia muito mais como um instrumento coercitivo em que se buscava o aperfeiçoamento moral e espiritual (PRIORE, 1996, p. 14).

É ainda com os jesuítas que se começa a adotar uma psicologia e um método específico para a infância, baseada na doutrinação da humanidade. A infância é então considerada como um momento propício para a catequese pois era vista como a fase da iluminação e revelação da vida (PRIORE, 1996, p. 15).

Ao considerar, por sua vez, a situação referente às crianças filhas dos negros escravos no Brasil, Mattoso (1996, p. 81) nos mostra que a criança negra, ao contrário da branca, não era vista como um anjinho, mas como “um peso e uma boca a mais a ser alimentada”. E apesar de as idades da vida, como a infância, adolescência, idade adulta, velhice serem biologicamente iguais para todas as pessoas, tanto as livres como as escravas, isso variava de acordo com o posicionamento social de cada uma. Pois as crianças brancas permaneciam mais tempo no período da infância do que as crianças negras, já que estas últimas, ao atingirem uma determinada idade eram obrigadas a se inserir nas atividades laborais juntamente com os demais escravos. E a partir de então elas compreendiam sua condição de inferioridade perante as crianças livres. Além disso, no curto período de sua vida infantil já lhe eram incutidas, através de seus senhores, as ideias e a formação de seu caráter e era pelos castigos corporais que elas entendiam que já haviam adentrado no mundo dos adultos (MATTOSO, 1996, p.90).

Ademais, a criança escrava comumente não coabitava com sua respectiva família consanguínea, mas sim com irmãos de laços diferentes e com mães e pais diversos. Logo, eram socializadas através do contato estabelecido com aqueles que delas cuidavam na comunidade escrava ou com o seu senhor (MATTOSO, 1996, p. 89).

Em 1850, embora já se anunciasse o fim do tráfico e o declínio da escravidão, visto que já se havia instaurado a Lei do Ventre Livre, o que se via na prática é que não existiam os meios necessários para garantir que essa lei vigorasse, pois as crianças filhas de escravos só estariam livres na teoria, já que foi estabelecido que seus respectivos patrões deveriam delas se servir até a idade de 14 a 15 anos como modo de retribuição pela educação a elas oferecida. Completada a idade de serviço prestado, os seus senhores tinham a opção de continuar valendo-se de seus serviços em troca de um ofício a ser-lhes ensinado ou entregá-las ao Estado, recebendo por isto uma indenização (GAMA, VENÂNCIO, 1996, p.61).

Na prática, verificou-se que a execução dessa lei se tornou inoperante, posto que a maioria dos proprietários preferia continuar a utilizar os serviços dos filhos de suas escravas e que, portanto, continuavam a tratar-lhes como escravos, tal como suas respectivas mães. E assim a libertação só se cumpriu de fato em 1888 com a abolição da escravidão (GAMA, VENÂNCIO, 1996, p.66).

Entretanto, mesmo com a abolição escravista, constatou-se um grande aumento de crianças negras abandonadas nos centros urbanos, pois eram raros os casos das

escravas que mesmo libertas conseguiam levar seus filhos consigo, não porque elas os abandonassem, mas mormente porque eram afastadas deles (GAMA, VENÂNCIO, 1996, p.66).

No transcurso dos séculos, vemos se apresentarem no Brasil outras manifestações de escravidão infantil. A exemplo do século XIX, com o aumento populacional nos centros urbanos e a desigualdade social, cresceu o número de crianças abandonadas e moradoras de ruas. Os juristas brasileiros então voltam seu olhar a esta realidade dos menores que não estão sob o domínio de seus genitores e representam uma ameaça à ordem da sociedade, pois tais crianças, com frequência, incorriam em delitos e eram consideradas, portanto, como menores infratores (MOURA, 1996, p.113).

O termo menor passou então a ser disseminado no âmbito jurídico para delimitar a idade da responsabilidade penal, e sua imagem foi construída com base na caracterização da criança pobre e abandonada, desprotegida moralmente e materialmente pelos pais, bem como pelo estado e a sociedade (LONDONO, 1996, p. 129).

Essas crianças, que viviam em situação de abandono e perambulavam pelas ruas, eram vistas como uma problemática a ser resolvida pela polícia, já que com frequência incorriam em delitos e, na visão jurídica, era preciso repreendê-las e puni-las, visto que esse papel era um encargo da família, mas na sua ausência cabia ao Estado exercê-lo. Assim, eram encaminhadas às instituições, cujo objetivo passou a ser formá-las e educá-las de modo que as livrassem da criminalidade (LONDONO, 1996, p. 135).

Com o tempo, essa ideia de prevenção substitui a de punir e castigar pelos delitos praticados, pois esta primeira se apresenta como um modelo mais eficaz e menos dispendioso (LONDONO, 1996, p. 141).

No entanto, com a execução desta ideologia, verificou-se que, além dessas medidas preventivas, se fazia necessário um plano de assistência e proteção à criança que fosse fundamentado na Lei e, desse modo, o problema da infância abandonada, vadia e infratora foi transferido do caso de polícia para a assistência protetiva garantida pelo Estado. Tudo isso em vistas de assegurar que o Brasil andasse em conformidade com os países modernos, pois se encontrava em via de desenvolvimento e era considerado como uma potência emergente. Porém, a situação do menor abandonado, que se tornava um agravante social, poderia ameaçar a reinserção do país neste círculo.

Haja vista que a modernidade é concebida “a partir do impacto da revolução científica e tecnológica. Nesse sentido, a meta de uma sociedade moderna não é apenas liberdade política, mas liberdade e desenvolvimento, cuja síntese é o bem comum ou bem-estar comum” (PASSETTI, 1996, p. 161).

A partir do século XX, vemos o aparecimento da figura infantil subordinada ao trabalho forçado nas fábricas, o que gerou bastante polêmica à época sendo alvo de constantes denúncias feitas por médicos e sanitaristas, pois havia uma evidente exploração da utilização desse tipo de mão de obra. Os menores eram submetidos a condições insalubres de trabalho e, muitas vezes, nem mesmo eram remunerados pelas atividades que exerciam (MOURA, 1996, p.113).

Foi somente a partir da Constituição de 1934 que ficou estabelecida a proibição do trabalho de menores de 14 anos que não possuíssem autorização judicial, e o Estatuto da Criança e do adolescente atribuiu à situação socioeconômica do país como um elemento que influía diretamente na condição da criança e de suas carências (PASSETTI, 1996, p. 148).

A família brasileira, por sua vez, vivia um processo de fragmentação, devido à perda da autoridade paterna e à independência dos demais membros da casa. Outrossim, o desvirtuamento da religião, a emancipação da mulher e a era tecnológica puseram os filhos em crise diante das normas e valores estabelecidos pela ideologia ocidental. A família é então vista como um valor universal e a solução para se chegar ao patamar do bem-estar social (PASSETTI, 1996, p. 156).

Frente a essa crise que a família atravessava, surge a figura do menor infrator marginalizado. Concebido como um excluído da sociedade, sendo considerada como causa primeira para isto a desorganização familiar, já que muitas famílias eram constituídas sem qualquer estabilidade conjugal e financeira para manter-se. Dessa maneira, a marginalização era também entendida como “a falta de participação dos indivíduos nos bens, serviços e recursos que uma sociedade produz e por uma falta de participação na elaborações das decisões que orientam o desenvolvimento da sociedade em seu conjunto” (PASSETTI, 1996, p. 156).

Dito de outro modo, a marginalização se configura através da forma como é apreendida pela sociedade. Sendo a família a estrutura norteadora social e diretamente atrelada aos efeitos dos processos transformacionais que essa sociedade vivencia. Assim, se há uma desestruturação da família monogâmica, conseqüentemente haverá

a perda de suas funções básicas: de proteção e educação da criança (PASSETTI, 1996 p.155).

Por fim, inspirado na Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente é aprovado em 13 de julho de 1990. Nele ficam regulamentados os direitos deste público, internalizados por uma série de normativas internacionais. Assim, é estabelecido no Artigo 2º que, para fins desta Lei (LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990) serão consideradas crianças as pessoas que possuírem até doze anos de idade incompletos e adolescente aquelas entre doze e dezoitos anos de idade.

Diante do recorte histórico levantado, vimos que no Brasil Colônia houve uma tentativa de habilitar as crianças indígenas à mentalidade do branco colonizador, através dos jesuítas; já no século XIX, evidencia-se o sofrimento dos enjeitados, e a Primeira República marca a adoção do conceito de menoridade em que se configuram as relações entre o Estado e a sociedade para fins disciplinadores dos menores infratores. Tudo isso nos leva a constatar que tanto a família, bem como as concepções de infância, no contexto brasileiro, estiveram condicionadas às transformações socioeconômicas vivenciadas no país e que, portanto, tal compreensão e formulações destes conceitos estão condicionadas ao papel que a sociedade lhes atribui.

Assim, as variadas concepções de criança ao longo do tempo são decorrentes de um país plural e multicultural marcado por diversas transformações econômicas e sociais, o que influía diretamente também na estruturação familiar. Compreender, como estes mecanismos se processaram no que diz respeito à infância e à família no cenário brasileiro, ampliará nossa visão diante da temática abordada pelo *O sino e rosa* sobre a criança abandonada.

No capítulo em seguida delinearemos com mais detalhes a trajetória histórica da criança abandonada.

CAPÍTULO 2

O MENOR ABANDONADO

*Uma órfã, por mais cedo que haja perdido a mãe ou o pai, encontra quem lhe diga: “Eram verdes os olhos de tua mãe. Eram negros os cabelos de teu pai”. Não descobriu, jamais, quem lhe pudesse oferecer um traço às duas faces desertas que, desesperadamente, buscava povoar de sobrancelhas, olhos, nariz, boca.
(PAIM, 1965, p. 27).*

Nesta segunda parte da nossa pesquisa procuramos aprofundar, mais detalhadamente, os processos históricos que envolveram a realidade do abandono infantil. Partimos inicialmente da Antiguidade a Portugal, o que nos dá uma visão mais abrangente desse fenômeno, e em seguida como ele foi transportado de Portugal para o Brasil e, desse modo, elencamos uma síntese das diferentes configurações dos diferentes tratamentos dado a isto nas principais épocas que o país atravessou.

Nesse recorte histórico, a escritora Marcílio (1998), será o nosso principal arcabouço teórico, dada a relevância de seus estudos para esta temática.

2.1 Da Antiguidade à Europa Ocidental

Marcílio (1998) delinea a trajetória da criança abandonada reconstituindo os fatos históricos a partir da Europa Ocidental e posteriormente no Brasil, e levando em consideração como esse fenômeno esteve relacionado aos modos e meios de conceber a proteção e a assistência à infância.

Esta autora constata que houve épocas no Velho Mundo em que, para cada duas crianças nascidas, uma era abandonada. O que acentua a relevância de um estudo nessa área, posto que se pode mostrar a face da infância marginalizada e estigmatizada na figura das crianças abandonadas pelas nossas sociedades (MARCÍLIO, 1998, p.11).

Foi somente em 1959 pela Declaração dos Direitos Universais da Criança, promulgada pelas Nações Unidas, que a criança passou a ser concebida como um sujeito de direito, na Europa Ocidental. Antes disso, porém, houve uma longa jornada trabalhada ao longo de duzentos anos para se chegar à atual situação. Percurso este que

transitou da filantropia até a implementação do bem-estar social adotado pelo Estado (MARCÍLIO, 1998, p.12).

De acordo com os relatos da sua pesquisa, a prática de abandonar os bebês foi bastante comum e recorrente em várias épocas, além de aceita. O que a diferenciava através do tempo eram apenas os motivos e as circunstâncias em que ela se dava (MARCÍLIO, 1998, p. 21).

Encontram-se, inclusive, várias passagens bíblicas que reportam a esse fenômeno, a exemplo da história de Moisés. Assim como na mitologia encontramos uma vasta bibliografia referente ao tema: Édipo, Júpiter, Hércules, Príamo, Cibele, entre outros. Na Grécia Antiga, como os pais detinham o poder absoluto sobre os seus filhos, podiam fazer deles o que bem entendessem: matar, vender; e aqueles que nasciam com alguma deformidade física deveriam ser expostos. Em Roma, a prática do infanticídio também era adotada e um bebê só era recebido na sociedade a partir da decisão do poder do chefe da família. Conforme a mitologia, os fundadores desta cidade, Rômulo e Remo, foram abandonados por seu tio à beira do rio Tibre sendo adotados e criados em seguida por uma loba (MARCÍLIO, 1998, p.22).

Muitas eram as causas que levavam os romanos a abandonarem as crianças: os pobres porque não possuíam condições de sustentá-las; os ricos pela dúvida quanto à legitimidade do filho, ou porque já haviam repartido os seus bens entre os herdeiros existentes. Além disso, a prática era bastante comum com aquelas que nasciam com alguma deformidade física, ou mesmo em sinal de protesto político contra os deuses (MARCÍLIO, 1998, p. 25).

Em 315, Constantino, o primeiro imperador cristão, condenou o ato do infanticídio e reconheceu a relevância do fator econômico que levava os pais a abandonarem seus filhos. Criou então um sistema de assistência aos pais que impedisse a exposição das crianças. Aos poucos se percebe que se vão formulando leis em torno desta realidade, no entanto, o que se verifica é que nenhuma delas se preocupava com o lado ético e o futuro dos pequenos e por muito tempo continuou-se a ser admitida a eliminação de crianças defeituosas. Para os moralistas da época, o ato do abandono em si, feito pelos pais, não era condenado, mas sim os resultados em decorrência desta prática: o infanticídio, o incesto, o estímulo às relações extramatrimoniais e a prostituição (MARCÍLIO, 1998 p.27).

Foi o Império Romano ainda que estabeleceu o ato da adoção, uma vez que para os romanos os laços consanguíneos não eram tão importantes e isto servia para o controle da distribuição de herança (MARCÍLIO, 1998, p.26).

A Igreja, por seu turno, desde a sua origem, demonstrou uma condescendência à questão da pobreza. O que resultou em várias concessões ao longo da história. E, mais especificamente, uma atitude realista diante da situação do abandono. A saber, que os Concílios de Vaison (442), Agda (506), Arles (552) e Macôn (581) pediam aos fiéis que acolhessem os expostos, podendo impetrar o direito sobre eles. E os pais não teriam mais o direito de reclamar seus filhos enjeitados depois de 10 dias de abandono. Essa ideologia cristã estimulou uma larga prática da misericórdia em toda a Europa, pois influiu diretamente no sentimento de compaixão dos cristãos que enxergavam a criança exposta como criaturas de Deus. Aquele que encontrasse uma criança abandonada estava, pois, na obrigação de criá-la, sob pena de cometer um pecado grave por omissão (MARCÍLIO, 1998, p.28).

O dever de dar esmola e o exercício da caridade eram encorajados pela Igreja como um ato para se obter a salvação. Assim, os bens e as rendas das igrejas, bem como as obras de caridades dos fiéis, eram convertidos para corrigir as desigualdades sociais existentes na Idade Média. Os primeiros hospitais, por exemplo, nasceram por iniciativas dos bispos (MARCÍLIO, 1998, p.31).

Entre os séculos V e X, com a fragmentação da Europa em feudos e reinos de diferentes línguas, culturas e estruturas sociais e o crescimento demográfico, o grande aumento de crianças abandonadas se tornou um problema extremamente difícil de ser resolvido. E a Igreja intervém nessa situação, ajudando, por exemplo, na recepção e distribuição dos bebês abandonados. O infanticídio passa a ser então severamente condenado, além dos métodos contraceptivos, o aborto e o abandono de crianças. Este último considerado apenas como um mal menor dentre os demais (MARCÍLIO, 1998, p.32).

Entre uma das medidas tomadas pela igreja na contenção deste agravante social estava a de tornar os mosteiros refúgio destas crianças. Os monges assumiam o papel de pais de criação e pais espirituais. Posteriormente, foram criadas as escolas externas, que separam os aspirantes a monges e as crianças seculares (MARCÍLIO, 1998, p.35).

Muitos pais ofereciam livremente seus filhos para serem criados pelos monges, a chamada oblação, sendo que, ao atingirem uma certa idade, aqueles podiam escolher se queriam permanecer no caminho da vida religiosa ou não. Entretanto, se verificou

também que existiram muitos oblatas infelizes que quiseram deixar a vida monástica e não puderam, pois, alguns pais, a fim de melhor distribuir a herança entre os primeiros filhos, muitas vezes, os abandonavam no mosteiro (MARCÍLIO, 1998, p.35).

Ainda no campo da assistência aos bebês abandonados, no século XI, surge a figura do ermitão, imbuído da tarefa de recolher os expostos. É a época das fundações criadas pelas comunidades urbanas e pelos príncipes atestadas como obras de caridades.

No século XII, com os infortúnios, a miséria, o aumento da pobreza e de pessoas incapazes de garantir sua própria existência, decorrente da ampliação demográfica, se tornam ainda mais agravantes e as instituições eclesiásticas já não davam conta da demanda. Desse modo, a ideia da necessidade de assistência social passou a se desenvolver e as ações de caridades fora da igreja a serem estimuladas (MARCÍLIO, 1998, p.36).

Assim, a assistência aos desamparados passou a ser vista não somente como uma necessidade espiritual. Algumas iniciativas laicas fundaram confrarias caricativas que se juntaram às intervenções das autoridades. Outras confrarias de Misericórdia também surgiram com o objetivo de abster tanto espiritualmente como materialmente os mais necessitados. Em consequência disso, veem-se despontar nas regiões mais populosas da Europa estabelecimentos hospitalares para os pobres, além de albergues, leprosários, hospícios e asilos, e dessas associações surgiram as primeiras instituições caricativas de assistência à criança órfã (MARCÍLIO, 1998, p.41).

A Igreja, que à época havia sofrido algumas transformações estruturais, pois passou a assumir a forma de uma monarquia centralizada, regulamentou os aspectos da moral e sexualidade familiar, em que se sancionavam os graus de parentesco para contrair matrimônio. Decorrente disso e com o aumento da população, que culminou não somente no crescimento da pobreza, mas trouxe consigo problemas para as famílias, crescia também o número de crianças consideradas ilegítimas, geradas fora do casamento, que, conseqüentemente, eram abandonadas. E a mortalidade geral também se elevou, sobretudo, a infantil. Havia, assim, muitas categorias de bastardos, entre eles os filhos de padres. Posteriormente, no século XII foi instaurado o sacramento da ordem, no qual o celibato dos padres era declarado definitivo, universal e indelével (MARCÍLIO, 1998, p. 42).

O século XIII, a Igreja definiu as condições essenciais para a realização do matrimônio: indissolubilidade, monogamia, livre consentimento do casal e lócus único para a multiplicação da espécie. Definiu ainda o grau de consanguinidade, repelindo o casamento com parentes próximos, o que originou um sistema de parentesco novo na Europa. Com isso, a prática da adoção desapareceu embasada no sistema de herança desse período e os bens das famílias que não possuísem herdeiros naturais deveriam ser legados para as obras de caridade da Igreja (MARCÍLIO, 1998, p.46).

Depois do século XIII, pobreza, ilegitimidade, defeitos e má saúde persistiram como os principais motivos que levavam os pais a abandonarem seus filhos. A concepção de pobreza é então entendida como a privação de um bem, uma situação de fraqueza e dependência temporária ou permanente. Com o surgimento das cidades, o novo espaço social, a miséria se tornava mais visível, não sendo mais respondida pelos modelos tradicionais de caridade. No final desse século, passa a ser empenhada também pelos leigos, e assumidas pelos governos, mesmo se mantido seu caráter religioso (MARCÍLIO, 1998, p.47).

Assim, com o renascimento das cidades, os hospitais passaram a ser assumidos também pelos municípios, muito embora o clero continuasse a assistir os desvalidos. Fora dos muros dos hospitais se colocava uma roda estendida por um colchão para que as crianças expostas fossem ali depositadas, de modo que não se sabia quem ali as deixava, disso nascia o modelo que viria instaurar a Roda dos Expostos. As crianças eram em seguida confiadas às amas-de-leite que as levavam para suas casas, a fim de criá-las e alimentá-las durante um certo período de tempo. Depois de desmamadas as crianças passavam a morar nos hospitais até por volta dos oito ou dez anos, sendo logo após os meninos confiados a artesãos para que lhes ensinassem um ofício; e às meninas eram dados os dotes para facilitar na aquisição do matrimônio (MARCÍLIO, 1998, p.48).

No século XIV e XV, o número de desvalidos crescia consideravelmente e, em contrapartida, as ações de caridade haviam diminuído, tanto porque o ardor caritativo já não era mais o mesmo, como pelas crises econômicas, pois a fortuna dos doadores também havia reduzido. Assim, as autoridades municipais passaram a intervir diretamente na administração dos hospitais, controlando a parte financeira e a clientela. Outros hospícios de expostos foram criados com a inclusão da Roda. A primeira preocupação com as crianças ali expostas era de batizá-las, visto que já se concebia a criança como possuidora de uma alma. Depois do batismo, ela era entregue

a uma nutriz para o período de amamentação. Porém, um agravante se torna persistente nesse sistema: o índice de mortalidade infantil nessas instituições que sempre foi bastante elevado (MARCÍLIO, 1998, p.57).

As amas-de-leite eram mulheres que geralmente provinham das classes baixas sociais e, em sua grande maioria não possuíam noções básicas de higiene, nem orientações sobre cuidados com bebês, o que contribuía para o elevado índice de mortalidade infantil da época, condições estas que não eram muito diferentes das insalubres instalações dos hospitais que acolhiam as crianças (MARCÍLIO, 1998, p.66).

Durante o século XVII e no início do século XVIII, com a disseminação da moralidade, a ilegitimidade e o abandono de bebês demonstrou uma queda, que, no entanto, voltou a crescer na segunda metade do século XIX. O que resultou em movimentos de assistência à criança abandonada, bem como em uma nova concepção de pobreza atrelada a perigo social, posto que os pobres passam a ser vistos como mendicantes, preguiçosos e criminosos (MARCÍLIO, 1998, p.58).

O vigor moralista dessa época defendia a Roda dos Expostos como um meio de resguardar os bons costumes e as famílias, já que se preservava o anonimato dos expositores das crianças. Esse sistema de amparo difundiu-se por toda a Europa. As monarquias tidas como bem esclarecidas passaram também a adotar a filantropia como um modo de assistência às crianças desamparadas, pois entendia que tal tarefa incumbia ao Estado. Iniciam-se ainda nesse período operações de combate à mortalidade infantil desenvolvidas por médicos da filantropia higiênica que propunham alguns tratados sobre cuidados a criança (MARCÍLIO, 1998, p.62).

O século XVIII, inspirado pelo pensamento iluminista, é também caracterizado pela propagação das ideias associadas a uma mentalidade produtiva da sociedade e de críticas à Igreja. Disso decorrem algumas transformações tanto no plano ideológico quanto no social: surgiram, por exemplo, teorias que apoiavam a educação profissionalizante para crianças abandonadas. A mortalidade dos expostos passa a ser vista como um entrave para a sociedade, posto que as crianças poderiam ser de grande utilidade nos exércitos, em trabalhos pesados, ou mesmo nas novas colônias conquistadas pelos europeus. O assistencialismo passaria assim a ser considerado como utilitarista. Nessa perspectiva, a criança exposta é considerada em vista do progresso do Estado. E a caridade, nesse contexto, entendida não mais como como

uma inclinação espiritual, mas como uma tendência natural do ser humano (MARCÍLIO, 1998, p.71).

Os interesses pelos direitos do homem, também difundidos nesse período, estimularam as ações intervertidas do Estado, no que tangia à saúde pública e de assistência ao pobre. Subjacente a essa preocupação humana estava o interesse pela disciplina, a eficiência e ordem social. Dessa maneira, no século XIX, a filantropia e a caridade estavam ligadas por um mesmo objetivo: o controle social que buscava implantar o Estado da civilização, tentando suprimir a pobreza através de estratégias pedagógicas e educativas (MARCÍLIO, 1998, p.74).

Essa dinâmica contribui para o aumento da população. Entretanto, o problema da mortalidade infantil persistia e passa a ser considerado como uma perda para a nação, o que impulsionou os esforços das ideias iluministas para que a população adquirisse hábitos de higiene. Grande também era ainda nesse período o abandono de bebês, apesar da ilegitimidade começar a receber censura por parte da sociedade, o que fez multiplicar o número das Rodas de expostos. Porém, com os impasses financeiros, a elevação frenética de crianças de abandonadas continuou a gerar sérios problemas para a administração dos hospitais e das Rodas dos expostos (MARCÍLIO, 1998, p.76).

Com os avanços técnicos foi possível desenvolver a amamentação artificial, através dos mecanismos de esterilização do leite, o que dispensou o trabalho das amas-de-leite, posteriormente levando também à extinção das Rodas dos Expostos, uma vez que o leite artificial foi também distribuído para as famílias carentes que não tinham condições de sustentar os seus bebês (MARCÍLIO, 1998, p.82).

Isso também trouxe mudanças para as estruturas dos hospitais, que de medicina caritativa, asilo para desamparados, passaram a ser um órgão de prevenção à saúde. Ademais, houve novas formas de lidar com as crianças desvalidas, que, a partir de então, e sobretudo através dessas medidas filantrópicas higienistas, passaram a receber novas formas de proteção com a criação de orfanatos, creches, colégios etc. Dessa maneira, no final do século XIX, as associações filantrópicas e religiosas empenharam-se em ajudar a classe pobre através da moralização educativa, a fim de restaurar a família, tida como a primeira cédula social de ajuda mútua. A adoção de criança, por sua vez, foi reintroduzida na legislação e, aos poucos, as crianças sem família vão conquistando seus direitos na ordem social (MARCÍLIO, 1998, p.84).

Fonte (2010, p.48) afirma que, nesse mesmo século o conceito de criança exposta passou a abranger tanto o seu enjeitamento pela família, como também àquelas

que eram abandonadas e entregues à caridade pública para serem criadas fora do seu contexto familiar, fosse por motivo de ilegitimidade ou por falta de subsídios básicos dos pais. Mas, no final do quartel do século XIX, houve uma diferenciação jurídica entre crianças expostas e abandonadas: sendo consideradas como as primeiras aquelas cujos pais eram desconhecidos e que as tinham enjeitado; e as segundas, filhas de pais conhecidos que as haviam desamparado. Tal classificação não representou nenhuma relevância do ponto de vista estatístico.

No século XX, mais especificamente em 1959, é promulgada a Declaração do Direitos da Crianças, sendo adotada pelas Nações Unidas. Depois da Segunda Guerra Mundial, a fase da filantropia dava-se por encerrada, visto que esta já não atendia às necessidades de assistência que se instauravam, nascendo assim uma nova fase de políticas públicas voltadas para o bem-estar social (MARCÍLIO, 1998, p.86).

2.2 De Portugal ao Brasil

As primeiras formas de assistencialismo à criança no Brasil foram transplantadas de Portugal, bem como a prática de expor os filhos. Assim, se faz necessário que compreendamos primeiro como esse fenômeno se deu nas terras lusitanas e em seguida no nosso país (MARCÍLIO, 1998, p.88).

A assistência de caráter caritativo também esteve presente em Portugal no século X. Ela era entendida tanto como um dever eclesiástico como civil. Cada catedral mantinha um hospital destinado aos cuidados para com os idosos, os órfãos, mendigos, doentes e peregrinos. As confrarias de caridade, mantidas pela sociedade e pelas autoridades, fizeram surgir as primeiras instituições destinadas à criança abandonada, com as mesmas características que vimos desenvolver na Europa ocidental (MARCÍLIO, 1998, p.89).

No reino portugalense do século XVI, novas concepções de riqueza e pobreza iam se desenvolvendo em virtude das conquistas marítimas do país. Dessa maneira, a assistência ao menor também tomou dimensões mais amplas e mais centralizadas, devido à expansão do fenômeno do abandono. Nesse período, existiam duas grandes instituições voltadas para os cuidados com os órfãos: o hospital de todos os santos e a irmandade da Misericórdia, além de outras menores (MARCÍLIO, 1998, p.93).

Os hospitais foram entregues às Misericórdias a fim de administrá-las, o que formou uma rede hospitalar padronizada de amparo aos enjeitados. Como havia uma

constante preocupação com a educação das meninas-moças, estas foram formadas e educadas em um espaço restrito, a casa de Recolhimento. Ficavam assim divididos os ambientes para os menores abandonados: Roda dos Expostos e a Casa de Recolhimento, para as meninas órfãs maiores de doze anos (MARCÍLIO, 1998, p.96).

Como a mortalidade infantil era elevadíssima na Roda dos Expostos, devido à precariedade do transporte das crianças, a falta de higiene e cuidados básicos para com elas e a superlotação de bebês, o governo se viu obrigado a intervir nesta problemática, transferindo a gerência dos expostos para a Mesa da Santa Casa de Misericórdia, o que marca uma mudança no sistema e nas atitudes a essa proteção institucional: ficava assim estabelecido que, ao completar sete anos, a criança deveria ser banida do hospital e tratada como qualquer outra pessoa. Isso ocasionou um elevado número destes menores ligados à prostituição ou a ociosidade pelas ruas. A problemática então se agravou e as autoridades buscavam solucionar tal situação em vista do restabelecimento da ordem social (MARCÍLIO, 1998, p.103).

No século XIX, a persistência do número em massa de crianças abandonadas provocou estudos e políticas direcionadas a combatê-lo. Antes disso, porém, em fins do século XVIII, vê-se despontar um movimento de assistência social filantrópico. Já no século posterior, um alvará determina que as mulheres declarassem sua gestação, e, se possível, criassem seus próprios filhos, a fim de dificultar o abandono dos bebês. A criança exposta desse período passou a ser considerada como cidadã portuguesa. As Rodas dos Expostos, por sua vez, foram transferidas para a administração das autoridades civis, o que extinguiu o papel assistencial das Misericórdias e atribuiu ao poder público a proteção ao menor. Além disso, as mães pobres recebiam auxílio para a lactação dos seus filhos, o que favoreceu a redução da mortalidade infantil e o abandono de bebês (MARCÍLIO, 1998, p.106).

Ademais, reduziram também as despesas públicas e a emigração para as colônias conquistadas, mais especificamente o Brasil, que contribuiu também para o alívio da densidade demográfica de Portugal. Inclusive, muitos dos expostos que conseguiram vencer a mortalidade foram para aqui enviados (MARCÍLIO, 1998 p.113).

Do início da colonização até os dias atuais, a exposição de crianças no Brasil e na América Latina teve grandes amplitudes e está diretamente associada à questão da pobreza e da marginalidade social. A grande maioria da população (os não proprietários) ainda não havia se firmado com o modelo de família monogâmica

sacramentada dos europeus, recorrendo a uma alternativa mais simples: o concubinato. Atrelada a isso, a situação de miséria a que eram submetidos os índios, os negros escravizados e os mestiços os levou a repetir o costume do branco colonizador de abandonar seus filhos (MARCÍLIO, 1998, p.128).

A assistência ao menor abandonado no Brasil foi marcada pelas organizações administrativas e institucionais de Portugal. Contudo, sua origem teve natureza diferente: quando os pais ou os parentes não assumiam responsabilidade pela criança, esse dever recaía sobre as Câmaras Municipais, mesmo se feita a contragosto ou relutância desta última (MARCÍLIO, 1998, p.130).

Os Jesuítas que aqui chegaram se direcionaram para a catequização dos indiozinhos e fundaram os primeiros colégios-seminários, cuja pedagogia era voltada para disciplinar as almas e instruir as boas maneiras. Para manter esses colégios economicamente, criou-se a Confraria do Menino Jesus, que logo passou a receber os meninos órfãos vindos de Portugal, em seguida os filhos dos luso-brasileiros, o que descaracterizou seu sentido original, passando então a estabelecer-se como o lócus da formação sistemática dos filhos da elite colonial (MARCÍLIO, 1998, p.131).

Nesse período, portanto, nem a Igreja e nem o Estado assumiram diretamente o problema da criança abandonada, mas foi a sociedade civil de modo organizado ou não que primeiro se compadeceu do menor sem lar. Essa fase caritativa vigorou até meados do século XIX, posto que para o Estado absolutista português o principal interesse era atender às demandas das classes mais privilegiadas em detrimento da assistência social aos desamparados. Ele então se incumbia em administrar os interesses públicos econômicos, ao passo que a sociedade civil assistia aos desvalidos (MARCÍLIO, 1998, p.131).

Formalmente, as Câmaras Municipais eram as responsáveis pelas políticas de assistência à criança abandonada, mas, por meio de convênios autorizados, os serviços de proteção aos menores expostos eram realizados pelas confrarias das Santas Casas de Misericórdias, sendo três os principais tipos de instituições destinados a isso: a Roda e a casa dos Expostos, e a do Recolhimento para meninas pobres. Porém, como esses órgãos não conseguiam manter-se economicamente e não havendo o repasse devido dos Municípios, as assembleias provinciais passaram a auxiliá-las, consistindo assim em um sistema de filantropia pública (MARCÍLIO, 1998, p.135).

Um outro tipo de sistema vigente e informal, que perdurou do século XVI até a atualidade, foi o acolhimento dessas crianças em casa de famílias, sistema esse

amplamente difundido e aceito. Estava associado tanto ao sentimento de caridade, disseminado pela ideologia cristã, quanto e principalmente como uma possibilidade de mão-de-obra barata, haja vista que na sociedade escravista da época a criança exposta poderia representar um suplemento de trabalho gratuito. Essas crianças criadas por outras famílias eram assim tidas: ora como filhos e ora como serviçais, mas não partilhavam da distribuição de herança entre os membros legítimos. Constata-se que apenas uma parcela mínima das crianças abandonadas era assistida pelas instituições, a grande maioria foi acolhida em casas de famílias ou morreu ao desamparo (MARCÍLIO, 1998, p.136).

No tocante ao sistema formal, as Câmaras Municipais deveriam incumbir-se da criação e educação dos expostos nos locais onde não houvesse instituições voltadas para isso. Pagava-se, então, às amas-de-leite e a algumas famílias para que se encarregassem deste serviço, o que consumia grande parte de suas receitas. Devido aos altos custos com estes encargos, no final do Primeiro Reinado, ficou estabelecido que as Câmaras assumiriam a conservação e administração das Santas Casas de Caridade, delegando por fim a estas os cuidados para com os expostos. No entanto, esses serviços prestados pelas Câmara eram omissos ou parciais (MARCÍLIO, 1998, p.140).

Com relação à Roda dos Expostos, no início de sua criação, se restringiam apenas a três cidades: Rio de Janeiro, Salvador e Recife e destinavam-se a proteger os bebês até os três primeiros anos de vida. Eram tipos de organização mantidas por leigos e pela irmandade, motivados pela caridade cristã. Ali, procurava-se sobretudo instituir o sacramento do batismo aos bebês, a fim de garantir a salvação de suas almas. Mas a má administração, as situações de dificuldades financeiras, provocadas na maioria das vezes pela corrupção, além da situação caótica a que submetiam as crianças, eram alvos de constantes denúncias. Posteriormente, essas instituições foram confiadas às irmãs parisienses que implantaram várias mudanças sistemáticas nesses ambientes. (MARCÍLIO, 1998, p.144).

Durante todo o Segundo Reinado, as congregações femininas que se instalaram no Brasil assumiram a educação para as meninas pobres e a direção de colégios, hospitais e Santas casas, além de criarem obras assistenciais como abrigo, creches e asilos para a infância órfã, subvencionadas pelas províncias (MARCÍLIO, 1998 p.162).

As crianças permaneciam na Roda dos Expostos até por volta dos sete anos de idade, e, em seguida, as meninas que não encontrassem abrigo nas casas de família eram enviadas para a Casa de Recolhimento, onde se praticava uma pedagogia que as preparassem para o casamento e o aperfeiçoamento das virtudes, a fim de se tornarem boas mães e esposas. Mas o rigor disciplinar a que as irmãs de caridade submetiam essas meninas, como os trabalhos manuais, o estudo e os horários regulares para dormir e acordar, levaram algumas dessas mocinhas à revolta, provocando uma comoção na sociedade. As Misericórdias prezavam, sobretudo, em dar um destino digno a essas moças. Não sendo estas acolhidas por uma família que lhes criassem, procuravam para elas um bom marido e lhes eram oferecidos dotes (MARCÍLIO, 1998, p.165).

Quanto ao destino dos meninos abandonados que retornavam da casa das amas-de-leite por volta dos três anos de idade, configurou-se como um problema mais agravante, pois a eles não se lançavam as mesmas preocupações que às moças. Sendo poucas as instituições destinadas aos cuidados destes pequenos, inclusive, a Casa dos Expostos só recebia um número limitadíssimo deles. Os negros e mulatos eram frequentemente transformados em criados, ou por suas amas-de-leite ou pelos senhores que os retiravam das mães escravas e os levavam para que a Roda os criassem, reclamando-os de volta quando estes subsistiam à fase da mortalidade (MARCÍLIO, 1998, p.178).

No final de século XVIII, criaram-se alguns seminários para meninos órfãos e desvalidos a fim de educá-los profissionalmente de modo que depois eles pudessem servir à pátria. Consistia em uma associação caritativa administrada pelos Municípios. Além destes seminários, criaram também oportunidades de profissionalização aos meninos desvalidos nos trens de guerra e nas instalações da Marinha, uma prática adotada de Portugal, denominada Aprendizes de Marinheiros. Mas muitas dessas companhias não eram regulamentadas, o que ocasionava em abuso, maus-tratos e exploração desses menores (MARCÍLIO, 1998, p.180).

Em 1872, o menor abandonado passou a ser visto como caso de polícia. O Exército então elabora um regulamento ainda mais rigoroso para a Companhia de aprendizes, que se transformou em internatos de meninos pobres órfãos, inclusive, muitos destes meninos, ditos como incorrigíveis, eram enviados a esta companhia com o intuito de que a forte disciplina e os castigos a que eram submetidos os recuperassem. Essa configuração só veio mudar em 1910, quando a Companhia de aprendizes de

guerra passou a objetivar somente a formação de cabos e sargentos para o corpo do exército (MARCÍLIO, 1998, p.187).

As políticas públicas, voltadas para a criança desvalida, sofreram muitas transformações em meados do século XIX ao século XX, decorrente principalmente do fim da escravidão; a queda da monarquia; a separação da igreja e o Estado; a fragmentação do domínio religioso na assistência social; a legislação social em defesa da criança; a criação do estatuto legal para a adoção; a construção dos direitos da criança; a reforma no ensino na década de 30 e 61 e a emergência do Estado protetor. Houve ainda nesse período uma crescente urbanização resultante da Era Industrial, e a mulher também começou a adquirir direitos que antes não possuía, como por exemplo, sua inserção no mercado de trabalho (MARCÍLIO, 1998, p.191).

A modernização então era o lema de vários governos que primaram pelo progresso em virtude da adesão às ciências e à civilização. Em contrapartida, a pobreza também aumentou e se tornou ainda mais visível, o que aflorou o número de crianças maltrapilhas perambulando pelas ruas, pois as velhas instituições coloniais já não atendiam à demanda da nova sociedade liberal, configurando-se desse modo em uma problemática circunscrita na questão do menor. Assim, os juristas se centraram no setor da criança desvalida e delinquente buscando teorias e soluções no exterior. A medicina e o direito se uniram a fim de reformularem as práticas adotadas em relação aos menores (MARCÍLIO, 1998, p.192).

Outrossim, o termo infância também sofreu mudanças nesse período, havendo uma classificação de criança para designar os filhos das famílias estáveis e menor aplicado aos pequenos delinquentes, carentes e abandonados (MARCÍLIO, 1998 p.195).

O debate de combate das Rodas de Expostos gerados na Europa ganhou proporções e chegou ao Brasil. Os médicos higienistas e os juristas se posicionaram contra a manutenção da Roda dos Expostos, que começou a ser extinguida na década de 1920, e propunham práticas modernas de assistência à infância, fundamentadas na ordem e no progresso. Eles descobriram que, para suprimir o alto índice de mortalidade, era necessário instruir as mães, pois começou-se a desenvolver o pensamento de que a família, e mais especificamente a mãe, possuía um papel fundamental no desenvolvimento físico, social, psicológico e afetivo da criança. Isso fez surgir a importância da educação das mulheres. O Estado, por sua vez, compreendeu sua relevância nesse seu papel de educador, gerando os primeiros

ensaios em políticas sociais e de assistência à infância desvalida (MARCÍLIO, 1998, p.198).

Antes disso, porém, o caminho da filantropia era apontado como uma boa solução no tocante à questão social do menor abandonado. Sendo que o Primeiro Programa de Políticas Públicas voltado para a infância desvalida surge em 1855 e consistia em uma orientação da implantação de assistência filantrópica-científica no Brasil. Ficavam assim determinados aos governos provinciais os encargos dessas instituições. O ano de 1870 marca a segunda fase da assistência filantrópica higienista no país. Já com a Lei do Ventre Livre em 1871, as classes privilegiadas temiam perder a mão de obra para seus trabalhos, o que levou as políticas públicas a repensarem o sistema de proteção à criança carente que passa a ser preparada para os trabalhos domésticos destas classes (MARCÍLIO, 1998, p.203).

A filantropia assim atendia às necessidades da elite, uma vez que sua ideologia era estabelecer o controle social e uma sociedade harmônica, incutindo dessa maneira a disciplina, o trabalho e o estímulo à família como meios para se obter isto. Posteriormente, despontaram-se ideias de fundar estabelecimentos que separassem as crianças e os adolescentes sem família do restante da sociedade a fim de educá-los através da disciplina, preservando-os assim dos perigos das ruas e preparando-os para o mundo do trabalho. Foram então criadas as Colônias Agrícolas para Ingênuos, ou Colônias Orfanológicas, as quais submetiam as crianças a um regime de internato. Em paralelo a essas colônias, foram também fundadas instituições destinadas à reabilitação de meninos de jovens infratores (MARCÍLIO, 1998, p.206).

No final do século XIX, criou-se no Rio de Janeiro a Escola Premonitória, um tipo de escola modelo direcionada aos menores abandonados que fossem entregues às autoridades judiciais ou policiais, pois o menor passou a ser visto sob o prisma de um problema a ser enfrentado de modo correccional e preventivo. Já em 1901, inaugurou-se a Colônia Penal Agrícola, para onde eram encaminhados os menores infratores. Neste instituto, instaurou-se um modelo de disciplina e comportamento que serviu para mais tarde, mais especificamente em 1998, delinear a configuração da Febem (MARCÍLIO, 1998, p.217).

Na virada do século, a criminalidade infantil era um dos temas que mais se discutia no campo jurídico, tendo como pauta a questão da menoridade e da responsabilidade penal. E sob a influência da primeira Declaração dos Direitos da Criança de 1923, foi criado o Juiz Privativo de Menores Abandonados e Delinquentes,

que por seu turno introduziu o código de menores e a idade de dezoito anos como o limite para a inimputabilidade, considerado um marco na história da assistência à infância. Esse código consistia em um novo projeto político voltado para a recuperação dos menores, reorganizando a assistência ao menor de forma mais sistemática e científica, e paulatinamente esta passa a ser um atributo do Estado, tornando-se este o seu principal interventor efetivamente a partir da década de 1960.

Um segundo código foi criado em 1979 visando atender à nova realidade social brasileira com relação ao menor. Entre uma das medidas estabelecidas por este novo código, encarregava-se a Funabem como órgão responsável para atender os menores abandonados e infratores; além disso, o novo código determinava que novas entidades de assistência e proteção ao menor fossem criadas pelo Poder Público (MARCÍLIO, 1998, p.221).

Mediante o avanço da pobreza no país e, conseqüentemente, da violência envolvendo menores, foram criadas também a Pastoral do Menor e numerosos grupos de proteção à infância no período da década de 1980. E entre 1988 a 1990, através da mobilização social, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja legislação não se destinava apenas aos menores infratores, mas se estendia a todas as crianças de um modo geral (MARCÍLIO, 1998, p.226).

Analizando os dados e fatos mencionados neste apanhado, Marcílio (1998, p.257) aponta como uma das principais causas do abandono: a pobreza. Desde o período colonial, com o regime da escravidão, a concentração da riqueza era detida por uma minoria, determinando que uma grande parcela da sociedade se encontrasse na faixa de marginalização e mesmo com o fim da escravidão esse sistema de desigualdade social persistiu em nosso país. Mas, a pobreza por si só não explica todo o fenômeno do abandono praticado em diversas épocas. Alguns fatores morais e econômicos de cada período da história contribuíram para esta prática, a saber que o caso de crianças, tidas como filhas ilegítimas, eram abandonadas em favor da honra da mulher, as quais nem sempre pertenciam à classe menos favorecida; o controle dos filhos na questão da distribuição da herança; crianças que nasciam com alguma deformidade física entre outros motivos.

Para Rodrigues (2010, p.138), entretanto, os motivos do abandono de crianças estavam ligados tanto à questão da pobreza quanto à morte ou doenças dos seus responsáveis.

Uma outra razão do abandono apontado por Rodrigues (2010 p. 140), mesmo se encontrado em proporções menores que as demais, é o trabalho feminino fora do lar. O fato de muitas mulheres precisarem buscar ajuda para a subsistência da família exercendo atividades em ambientes diversos de suas casas poderia ter contribuído para o abandono de seus filhos. De qualquer modo, esta autora postula que essa causa também estava associada à questão da pobreza, posto que a maioria dessas mulheres eram pobres e seus companheiros não possuíam trabalhos regulares. Ademais, muitos pais abandonavam seus filhos em razão da moral duvidosa da mãe.

Consoante a algumas conclusões da pesquisa de Farias (2010 p.84), alega-se que não havia uma supremacia de abandono por sexo em detrimento de outro, o número de meninas e meninos abandonados era praticamente o mesmo. No entanto, a diferenciação se dava pela cor da pele, em que o predomínio era o de crianças consideradas brancas, conceito utilizado para designar não somente a cor da pele em si, mas a criança livre (não escrava). O que se leva a supor que eram filhos ilegítimos da elite urbana, posto que nas áreas rurais os filhos eram vistos como mão de obra, ou seja, como produtores e a propensão ao abandono era menor. Essa pesquisadora conjectura que o aspecto da inadequação social do nascimento, ou seja, pobreza, tragédia, moral, projetos ou uma combinação de vários deles podem ser sugeridos como a principal causa do abandono.

Pedro Bala nunca conheceu a mãe e ficou órfã de pai indo parar na rua por volta dos cinco anos de idade. João Grande, o mais alto e forte do bando, desde os nove anos corre as ruas da Bahia quando seu pai, um carroceiro, foi atropelado por um caminhão. Sem-Pernas, o espião do grupo, possuía esse apelido por causa do defeito físico com o qual se valia para amolecer o coração das pessoas e depois roubá-las, nunca tivera família e vivia em uma casa com um padeiro, o qual o chamava de padrinho como era sempre surrado fuge e vai viver nas ruas. Dora e Zé Fuinha dois irmãos que ficaram órfãos de mãe quando esta morreu devido a varíola, sem nenhum parente para ampará-los vão parar nas ruas. Boa-Vida, veio do meio dos índios maloqueiros, crianças que viviam sob as pontes de Aracaju. João José, seu primeiro delito foi o roubo de um livro o que o tornou perito em furtos, como era o único que sabia ler entre os meninos ficou conhecido como o professor. Antônio apelidado por Pirulito, o mais religioso entre os garotos, também morador de rua. Embora esses nomes pareçam remeter aos dados históricos citados anteriormente, tratam-se de alguns personagens retratados no romance *Capitães de Areia*, escrito por Jorge Amado

em 1937, o qual relata a história de um grupo de meninos entre os nove e os dezesseis anos que praticavam furtos e delitos no centro urbano de Salvador.

Na época da publicação do romance, tais personagens considerados como delinquentes, mas essa obra capta o lado desconhecido pela sociedade, de um modo geral, sobre os menores infratores ao retratar a fragilidade e a dor que afligia cada um dos integrantes do bando, a começar pelos motivos que os levaram ao destino das ruas, sendo a grande maioria em decorrência do abandono da família, da orfandade ou mesmo pela desigualdade social. Sozinhos e desamparados os menores encontram no bando o vínculo familiar que perderam e recorrem aos delitos como forma de sobrevivência.

Ele queria uma coisa imediata, uma coisa que pusesse seu rosto sorridente e alegre, que o livrasse também daquela angústia, daquela vontade de chorar que o tomava nas noites de inverno (...) Queria alegria, uma mão que o acarinhasse, alguém que com muito amor o fizesse esquecer o defeito físico e os muitos anos (talvez tivesse sido apenas meses ou semanas, mas para ele seriam sempre longos anos) que vivera sozinho nas ruas da cidade, hostilizado, pelos homens que passavam, empurrado pelos guardas, surrado pelos moleques maiores (AMADO, 2008, p. 38).

Essa breve descrição dos personagens nos reporta a real situação de muitos meninos e meninas que vivem a perambular pelas ruas dos centros urbanos brasileiros: “Havia, é verdade, a grande liberdade das ruas. Mas havia também o abandono de qualquer carinho, a falta de todas as palavras boas (AMADO, 2008, p. 38).

Assim como esse romance de Jorge Amado, que traduz a condição dos menores abandonados tão condizente com a nossa realidade, alguns outros escritores também trouxeram para a Literatura Brasileira problemas sociais em forma de denúncia. Sendo que muitos destes possuem personagens cujas infâncias foram marcadas pela opressão. Como *Menino de Engenho* (1972), de José Lins do Rêgo, que conta o drama de Carlinhos, menino órfão de mãe aos quatro anos de idade após esta ser assassinada pelo pai. Assim, teve que ir morar no Engenho do seu avô materno e sentia-se solitário, já que era cuidado como um menino doente e não tinha a mesma liberdade que as demais crianças. Além disso, Carlinhos era acompanhado por uma constante melancolia devido ao seu complexo de orfandade:

[...] a morte de minha mãe me encheu a vida inteira de uma melancolia desesperada [...] Pensava sempre em minha mãe diante de qualquer coisa triste. Esta lembrança vinha-me acompanhando em todos os caminhos de sensibilidade em formação” (REGO, 1972, p. 07).

Graciliano Ramos, também registrou em *Infância* de 1945, a tristeza de um menino solitário de 6 anos de idade que vivia sendo oprimido e humilhado pelos adultos do seu entorno, inclusive pelos próprios familiares. Um dos pontos focalizados no romance é a fragilidade da criança versus a prepotência do adulto. O menino sente uma nítida percepção de que as relações dos adultos para consigo eram sempre ríspidas e massacrante. Sua mãe, por exemplo, o chamava de cabra-cega, devido a uma doença que o impossibilitava de enxergar bem e bezerro-encourado, expressão utilizada para um bovino órfão. A imagem do pai estava sempre associada a tirania, há inclusive um episódio dramático em que o menino é acusado injustamente de ter perdido o cinturão e por isso é surrado. Até seu processo de alfabetização é fruto de uma experiência angustiante.

Meu pai e minha mãe conservaram-se grandes, temerosos, incógnitos. Revejo pedaços deles, rugas, olhos raivosos, bocas irritadas e sem lábios, mãos grossas e calosas, finas e leves, transparentes. Ouço pancadas, tiros pragas, tilintar de esporas (...) Medo. Foi o medo que me orientou nos primeiros anos, pavor (RAMOS, 1995, p. 13)

Em *O sino e a rosa*, de 1965, Alina Paim relata a experiência sofrida de Catarina, menina abandonada na Roda dos Expostos, e foi em seguida criada em Instituição de Caridade, administrada pelas irmãs vicentinas. Nesse ambiente, envolto de normas e regras, a menina devia seguir rigorosamente a disciplina escolástica, permeada pela moral cristã que visava preservar as meninas da imoralidade das ruas, ao mesmo tempo em que as preparava para a vida de matrimônio. A personagem traz consigo o medo, a incerteza da adoção.

Poderíamos ainda mencionar *O Praça Quinze* (1981), de Paula Saldanha, entre outras narrativas que possuem em comum a representação da violência social na infância no âmbito da Literatura Brasileira e contribuem para reforçar a necessidade de tratarmos deste tema tendo em vista que como afirmado por Jarlicht (2010), ainda se enxerga com certa naturalidade a presença de um enorme contingente de crianças, que vivem nas ruas, que passam fome, e as que sofrem todo tipo de violência física e psicológica.

A compreensão dos processos históricos que envolvem a realidade do menor abandonado na Europa e, por conseguinte, no Brasil torna o nosso conhecimento mais consistente e amplia a nossa visão diante deste tema que nos levará a uma posterior análise possível no romance *O sino e a rosa*. Procuraremos verificar de forma mais

minuciosa, no capítulo 4, como Paim alinha os elementos da obra com esses dados históricos.

CAPÍTULO 3

LITERATURA, SOCIEDADE E A ESCRITURA DE PAIM

Neste terceiro capítulo, traremos um breve resumo da vida e obra da escritora Alina Paim, e demonstraremos como sua escrita sempre esteve engajada politicamente, ou seja, atrelada ao social, pois a autora dedicou boa parte de suas narrativas para traçar denúncias e reflexões sobre o papel da mulher na sociedade e sobre grupos minoritários da nossa sociedade. Assim, aproveitamos o ensejo para possibilitar um diálogo entre a literatura, a sociedade e a militância desta escritora.

3.1 Vida e obras da escritora Alina Paim

Alina Paim nasceu em 10 de outubro de 1919 na cidade sergipana de Estância. Após ficar órfã de mãe aos cinco anos, foi transferida para casa de seus avós paternos, em Simão Dias, no estado de Sergipe. Seus estudos primários eram divididos com atividades e formação religiosa. Aos nove anos a tia que cuidara sempre de Paim também veio a falecer, e, conforme pedido daquela, a menina foi enviada para completar seus estudos na cidade de Salvador, onde estudou no Colégio Nossa Senhora da Soledade administrado por freiras, cuja congregação possui o mesmo nome da escola.

Conforme relato de Cardoso (2010), a vida de confinamento nesse convento levou a menina não somente a amadurecer como também a ser estimulada para a escrita literária, pois já aos doze anos escrevia para o jornalzinho *Espadachim* do colégio, orientada pela madre superiora. Por tal habilidade se tornou destaque entre as demais alunas.

Concluídos os estudos e o internato, aos dezoito anos passou a ensinar em uma escola pública da periferia de Salvador onde experiencia de perto a face da pobreza e os problemas relacionados à educação brasileira.

Por conta de algumas complicações de saúde, Alina é internada em um hospital psiquiátrico, onde conhece o médico e futuro marido Isaías Paim. Uma vez casada com este, muda-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde começa uma vida ativa na política e na literatura, vindo a trabalhar como escritora de aulas para um programa infantil.

Paim tornou-se amiga de Graciliano Ramos, pelo qual nutria grande admiração e de quem passou a receber orientações para a sua escrita. Aconselhada pelo amigo e mestre Graça, como o chamava, busca um editor associado ao Partido Comunista e estreia na literatura com o romance *Estrada da liberdade* (1944), sendo seguido mais tarde de outros romances: *Simão Dias* (1949); *À Sombra do Patriarca* (1950); *A hora próxima* (1955); *Sol do meio-dia* (1961); a trilogia de Catarina composta pelos romances: *O sino e a rosa* (1965); *A chave do mundo* (1965) e *O Círculo* (1965); *A sétima vez* (1975); *A correnteza* (1979); além disso, publicou as seguintes obras infantis: *O lenço encantado* (1962); *A casa da coruja verde* (1962); *Luzbela vestida de cigana* (1963); *Flocos de algodão* (1966); e *O chapéu do professor* (1966). Alguns destes ganharam edições em russo (*A hora próxima*, em 1957), na China (*A hora próxima*, em 1959), Bulgária (*Sol do meio-dia*, em 1963) e na Alemanha (*Sol do meio-dia*, em 1968).

A maioria das obras da autora atravessou as duas últimas fases do Modernismo brasileiro, ora trazendo temáticas de teor e engajamento político com um cunho mais socialista, ora com características dos romances de reflexões psicológicas.

Como é sabido, com o Modernismo houve uma transformação significativa não somente na conjuntura social, como a industrialização e a crescente urbanização do país, bem como o progresso das ciências e a difusão dos meios de comunicação em que uma nova fisionomia é atribuída à cultura do século XX, mudanças estas que agitaram o cenário político e econômico do Brasil, mas também provocaram uma mudança interna e psicológica no homem moderno, que foi absorvido pela solidão e a introspecção.

O Modernismo foi ainda um período propício para a reconstrução de novos paradigmas, a saber, por exemplo, que, devido às mudanças que reconfiguraram a família, a mulher, antes reprimida por uma sociedade patriarcalista e conservadora, pouco a pouco vai ganhando espaço e voz.

Ianni postula que, no decurso do século XX, proliferou-se uma racionalização das organizações, instituições, atividades e mentalidades no Brasil. Com isso, tudo passou a ser mais “organizado, formalizado, sistematizado, calculado, contabilizado, modernizado ou racionalizado” (1999, p.24). Sendo que as artes em geral também sofreram a influência desse período e as temáticas, situações e incidentes presentes nas narrativas traziam algo dessa tendência.

Datado em 1965, o romance *O Sino e a Rosa* cronologicamente se situa no contexto da terceira geração do Modernismo Brasileiro, marcada por uma mensagem mais introspectiva e psicológica em que o destino do homem e o seu estar-no-mundo são temas recorrentes. De fato, esta narrativa traz a personagem principal imersa em uma reflexão psicológica e melancólica, cujo existir é questionado, o que coaduna com a característica desta fase literária. No entanto, a temática do abandono, também presente na obra, demonstra que há no romance alguns resquícios do período literário anterior. Nessa época, devido à situação política do Brasil (1930-1945), a literatura empenhava-se pelo restabelecimento da ordem social, econômica, moral, espiritual e política do país e os textos literários buscavam traduzir os anseios e voz do povo brasileiro em seus mais variados contextos.

3.2 Alina Paim: literatura e sociedade

Em Bosi (1995), encontramos uma definição de obra de arte como um jogo em que se movimenta o conhecimento de mundo do artista, a partir da sua percepção, memória, fantasia, inspiração; bem como o seu fazer artístico, ou seja, a técnica e a utilização das normas internas da qual ele se vale para expressar sua liberdade inventiva.

Desse modo, compreendemos que a obra de arte perpassa pelo tripé: conhecimento, construção e expressão, o que significa considerar que no processo de elaboração o artista materializa aquilo que primeiro foi objeto de sua apreensão e reflexão. Tal pensamento coaduna com os pressupostos de Candido (2006), para quem a arte, e de certo modo a Literatura, por meio de uma representação formal própria do artista, ao que ele chama de ‘manipulação técnica’, transpõe o real para o ilusório.

Na esteira desse diálogo, Calvino (2006) diz acreditar em uma literatura educativa, com valores insubstituíveis e de presença ativa na história, pois esta serve para ensinar os homens a serem mais sensíveis, inteligentes e moralmente fortes.

Assim, para este autor pode-se atribuir esta utilidade para literatura: uma aprendizagem que ela transmite e que é imprescindível. Ele deixa claro, entretanto, que não se trata de ensinamento com base em métodos práticos, mas que através dela poderemos observar seus resultados nas mudanças de atitudes:

As coisas que a literatura pode buscar e ensinar são poucas, mas insubstituíveis: a maneira de olhar o próximo e a si próprios, de relacionar fatos pessoais e fatos gerais, de atribuir valor a pequenas coisas ou a grandes, de considerar os próprios limites e vícios e os dos outros, de encontrar as proporções da vida e o lugar do amor nela, e sua força e seu ritmo, e o lugar da morte, o modo de pensar ou de não pensar nela; a literatura pode ensinar a dureza, a piedade, a tristeza, a ironia, o humor e muitas outras coisas assim necessárias e difíceis (CALVINO, 2006, p.13).

Este autor diz também que um romance exemplar é aquele que representa como o homem transpõe as provações pelas quais passa e o modo como as supera, sejam elas na natureza ou na sociedade. Por outro lado, é preciso frisar que o romance não tenciona a nos informar sobre o que é o mundo, mas abrir-nos as inúmeras possibilidades sobre esse estar no mundo (CALVINO, 2006).

Desse modo, podemos considerar que a arte e, mais especificamente, a literatura nos servem como uma espécie de “abrir os olhos” para enxergar muitas vezes aquilo que comumente passa imperceptível por nós. Além disso, ela nos torna mais conscientes da realidade que nos circunda, ajudando-nos a refletir, questionar e nos posicionar sobre esta, enriquecendo assim nossas experiências.

Nesse sentido, *O sino e a rosa* provoca certa comoção em nós leitores ao nos alertar para um problema social: o abandono infantil, que aflige a humanidade desde os primórdios e se perpetua até os dias atuais

Ainda na direção do pensamento de Calvino, Ianni (1999) argumenta que a narrativa literária se integra de imagens e figuras de linguagem, ritmo e melodia, além de utilizar metonímias, metáforas, parábolas, alegorias entre outros recursos linguísticos de criação textual que estarão presentes e enriquecerão qualquer tipo de narração, seja ela naturalista, realista, simbolista, fantástica ou outro tipo, bem como montagens, colagens, bricolagens, simulacros e outros artifícios. E que é provável que se acentue nos textos literários “o incidente, o particular ou o singular, podendo ser prosaico ou excepcional, irrelevante ou heroico, cômico ou trágico, dramático ou épico” (1999, p.11). É daí que o leitor depreende algo que se esconde e transcende, desafia e incomoda ou assusta e fascina.

Este teórico afirma também que o escritor se vale ainda de incidentes, personagens, figuras e figurações criadas a partir da sua imaginação. E mesmo que o faça atribuindo a sua estória a lugares, dados ou situações empíricas, estes lhe serão sempre secundários. Assim, ele pode nos surpreender dando relevância ao singular, o episódico, incidental e fugaz ou mesmo trazendo à tona aquilo que muitas vezes está obscurecido, esquecido e tido como irrelevante:

Trata de surpreender o singular, o episódico, incidental e fugaz; ou o que estaria na sombra e no esquecido, parecendo irrelevante. Em geral, no entanto, quando bem desenvolvida, a narrativa literária desvenda ressonâncias mais gerais, ou propriamente universais, escondidas no singular (IANNI, 1999, p. 39).

Assim, na tessitura *O sino e a rosa*, Paim narra sobre o abandono ao retratar um fato lamentavelmente comum na vida de uma criança, Catarina, que foi abandonada e vive em um orfanato. O que nos leva a refletir sobre o tema do menor excluído que passa despercebido, ou que muitas vezes é dado até como natural na nossa sociedade. Ao trazer o singular, que é a experiência sofrida da personagem Catarina, a narrativa amplia essa situação individualizada e insere-se em uma temática mais geral e abrangente: a desigualdade social, a exclusão e, por conseguinte, o abandono. Por trás da trama, descortina-se sutilmente uma denúncia social. No discurso de Catarina em sua fase infantil, à primeira vista inocente, vemos revelar-se a angústia do conflito sofrido pela criança abandonada. O que nos leva a não nos estagnar apenas na ficção, mas a refletir sobre esta realidade que afeta tantas outras crianças que se encontram nessas condições.

Só dentro do mundo, caída do céu por descuido, elo solto de uma cadeia, gota de água no mar- aplicava a si mesma essas expressões, ouvidas a cada passo, largadas sem reflexão de possível consequência, e elas se lhe ajustavam ao destino, com perfeição. A série de rótulos ia aumentando. Numa leitura ou conversa sempre se esbarra com um novo símbolo de solidão, desgarramento, falta de origem (PAIM, 1965, p. 27).

Vemos nessa passagem a voz do narrador que parece conhecer de perto o sentimento que deprime Catarina: o sentir-se só no mundo. Sem ter tido a oportunidade de conhecer sua família, a menina demonstra uma certa consternação perante sua condição de abandonada, atribuindo tal infelicidade ao destino. Diante disso, somos tomados a pensar que este sentimento da personagem também perpassa outras crianças que vivem em condições similares às da ficção.

Relacionamos a ficção ao real tomando como base o que diz Candido (2006) para quem há uma intrínseca relação do texto ficcional com o meio social. Vale ressaltar, entretanto, que para este crítico a análise estética de uma obra deve preceder quaisquer outras. E a apreensão da obra se dará na medida em que levamos em consideração que texto e contexto formam um todo entrelaçado, ou seja, tornam-se indissolúveis e desse modo o elemento social passa a ser um entre os demais que

compõem toda a narrativa: “Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (CANDIDO, 2006, p.13).

Este autor alega ainda que tal proposição não impede que um crítico possa preferencialmente evidenciar um dos elementos, mas desde que o faça tendo em vista que a obra não é unilateral. E chama a atenção para que a prática de um determinado método não faça a obra cair num simplismo e que a sociologia, assim como as demais ciências, deverá servir apenas como subsídios para sua compreensão e não como fator decisório para aquela. Dessa asserção, surge então a questão sobre como a arte modela o meio (CANDIDO, 2006).

Nessa direção, Calvino (2006) afirma que se foi o tempo em que a literatura era vista como expressão do mundo, ou simplesmente dos sentimentos, pois é preciso compreender que o material que constrói os livros são as palavras e signos e aquilo que eles transmitem vai além da consciência do próprio autor, subvertendo muitas vezes o que ele havia se proposto a dizer, uma vez que há uma parte que é do autor e outra que é anônima e coletiva.

Interligamos essas premissas às de Ianni, para quem a narrativa normalmente efetua um tipo de desvendamento ao mesmo tempo em que produz uma forma de autoconsciência. Ela tende a esclarecer aquilo que demonstra ser “complicado, enigmático, opaco, infinito” (1999, p.40). Mesmo quando se trata de recriação ela clareia, tornando conhecido e evidenciando o desconhecido e misterioso.

Além disso, este autor afirma também que, ao englobar os signos, símbolos, as figuras e figurações, sendo um todo significativo, a narrativa pode também expressar algo para além dela mesma irrompendo para fora do texto. Mesmo considerando que aquilo que ela representa antes de qualquer coisa é o próprio texto, que será movimentado em cada época e lugar pelo leitor. E esse movimento traduz ou instiga a possibilidades de “concepções, compreensões, entendimento, representação ou fabulação” (IANNI, 1999, p.41). Mas ainda que não esteja vinculado a nenhum contexto, a narrativa expressa algo que foi fruto de um trabalho produzido pela criação do autor, podendo inclusive revelar muito mais daquilo que pretendia o seu criador e pode ser assimilada como uma síntese de “tensões e vibrações, inquietações e perspectivas, aflições e horizontes de indivíduos e coletividades, em dada situação, conjuntura ou emergência” (1999, p.41).

A respeito do que a obra repercute para além do que se foi projetado pelo autor, a sociologia considera o impacto da obra tão importante quanto a sua produção, posto que nesta perspectiva, conforme afirma Candido (2006), a arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana. E nesse sentido é preciso entender a obra como um processo de comunicação que implica a existência de um comunicante, o artista, o comunicado que é a obra, um comunicando, neste caso, o leitor e, por conseguinte, o seu efeito, mas sem deixar de ponderar que todos esses elementos não ofuscam a caracterização expressiva fincada no artista que parte de sua intuição e manifesta suas realidades. E é justamente pelo caráter expressivo que a obra aponta para além da interioridade do artista, pois este vale-se de tudo o que o circunda para materializar sua arte.

Neste ponto, vemos também uma correlação com a conjectura de Bosi (1995) já que para este a produção criativa também é influenciada pela subjetividade do artista que está impregnada daquilo que ele conhece e capta do mundo.

A esse respeito, Calvino (2006) argumenta que a literatura impulsiona o nosso agir, mas não é ela em si que age e sim a sociedade, a sociedade da qual o escritor faz parte. Assim, como afirma Candido (2006), a obra será concebida como uma espécie de organismo em que tramitam os fatores que a condicionam e motivam, consequentemente, cada um desses fatores ao serem interpretados como parte constituinte daquela passam a ser considerados como elemento essencial do caso em foco.

Assim, entendemos que tanto os elementos internos da obra: autor, narrador, personagens, espaços, linguagem, entre outros, bem como os externos, concorrem para a sua constituição e, ao se integrarem, tornam-se um todo indissolúvel, ou seja, é a partir da integração do plano estético com os não estéticos que conseguimos apreender a obra na sua totalidade.

Tomando as obras de Paim como exemplificação de tais postulados teóricos, vemos que, como analisa Cardoso (2010), elas podem ser divididas em dois momentos de acordo com a predominância das suas temáticas. No primeiro, encontramos marcas mais evidentes de conteúdo social, isso certamente em decorrência do seu engajamento político e sua associação ao Partido Comunista Brasileiro; já no segundo momento, as narrativas possuem uma trama mais voltada para a questão existencial do ser humano: “Nesses romances, embora o teor social esteja presente, a ruptura literária caracteriza-se tanto pela leveza da linguagem quanto pela intenção em explorar os territórios

abissais do ser humano, próprios da introspecção, capaz de nos levar a repensar a vida e o ser humano” (2010, p. 130).

Em ambos os segmentos é evidente a visibilidade que se dá às personagens femininas, sendo estas mulheres transgressoras que mostram sua força nos mais variados contextos pela busca da sua afirmação em uma sociedade androcêntrica:

Sua escritura se identifica pela consciência de uma tradição de predecessoras, no estabelecimento de um discurso próprio, transgressor, do ponto de vista da sociedade ocidental androcêntrica. Instaura um universo próprio à investigação, tamanho é o ímpeto das forças sociais e culturais que se entrelaçam e integram a sociedade contemporânea, ali representada, o que coincide com os parâmetros da crítica feminista (CARDOSO, 2010, p.127).

Desse modo, observamos que, de um modo ou de outro, o elemento social está sempre presente nas obras paiminianas juntamente com o processo de elaboração estilística da autora.

Quando conceitua arte coletiva, Candido (2006) afirma ser esta aquilo que é produzido pelo artista e que se transforma na expressão de um determinado grupo, de tal modo que ele consegue exprimir os anseios do seu meio e acaba por confundir-se com este. O estudioso argumenta que existem forças condicionantes que guiam o artista em menor ou maior grau, e que os elementos individuais assumem caráter social quando correspondem às aspirações de uma coletividade e deste modo os indivíduos, por sua vez, conseguem manifestar-se e encontrar aparato no grupo.

Isto significa ponderar que o escritor se tornará não somente uma pessoa que expressa a sua originalidade, mas aquele que exerce um dever social e desse modo atinge uma posição de destaque perante uma determinada sociedade, o que estabelecerá uma relação entre ele e o público (CANDIDO, 2006).

A esse respeito, Calvino (2006) é ainda mais determinista sobre a figura do autor, ao declarar que este deve sentir-se integrado à sociedade como parte constituinte desta e não mais esvair-se dela ou de si. Ou seja, o artista deve assumir-se como sujeito social e nesse sentimento posicionar-se como tal. A este indivíduo cabe, portanto, não necessariamente representar o mundo através da literatura como nós desejamos, mas de modo que nos estimulem a reagir e refletir sobre este mundo.

Justamente por essas asserções se pode cogitar que há uma complementaridade em que a obra pode refletir tanto a iniciativa individual do artista como pode também ser fruto de condições sociais.

Diante dos pressupostos acima, é possível compreendermos a intrínseca relação entre artista, obra e o meio social. Visto que a literatura nasce no âmbito da sociedade, não poderá esquivar-se totalmente desta. No entanto, isto não significa dizer que há uma dependência entre ela e a sociedade, mas que poderá valer-se desta última, se a tomamos como um dos seus fatores constituintes.

Ianni alega que, para se chegar à fabulação, é preciso considerar que a paixão e a intuição são os caminhos propícios para isto ou mesmo território no qual se traduz a imaginação em forma de narração. No entanto, salienta também que essa imaginação não deva ser aleatória ou mesmo desprezível, mas que esteja instigada a partir de “enigmas das relações, nexos, processos, estruturas, rupturas e contradições que povoam a reflexão” (1999, p. 14).

Calvino (2006), por seu turno, diz que a literatura age na história na medida em que através de suas variadas utilidades impulsiona o homem para o campo de batalha, o encoraja moralmente através do peso da palavra, instigando sua sensibilidade e mostrando-lhe como deve olhar à sua volta.

Assim, este autor postula ainda que ela pode atuar tanto no sentido crítico como no das conformações das coisas no modo como as concebemos. Deste modo, caberá ao leitor dar continuidade à força crítica da literatura, independentemente da intenção do autor. A literatura atinge a autoconsciência da sociedade, sendo dela um de seus instrumentos imprescindíveis, pois essa criticidade é veiculada por meio de vários tipos de conhecimento, códigos, formas de pensar. Além disso, ela é de fundamental importância política, uma vez que concede voz àquilo que não tem voz, ou seja, o que politicamente poderia vir a ser excluído na literatura poderá ganhar espaço e relevância. E que o escritor, desse modo, poderá perscrutar caminhos ainda não percorridos por outros, trazendo revelações importantes para a consciência coletiva:

A literatura é necessária à política em primeiro lugar quando ela dá voz àquilo que não tem voz, quando dá um nome àquilo que ainda não tem um nome, e especialmente àquilo que a linguagem política exclui ou tenta excluir. Quero dizer, aspectos, situações, linguagens tanto do mundo exterior como do mundo interior; as tendências reprimidas no indivíduo e na sociedade. A literatura é como um ouvido que pode escutar além daquela linguagem que a política entende; é como um olho que pode ver além da escala cromática que a política percebe. Ao escritor, precisamente por causa do individualismo solitário de seu trabalho, pode acontecer explorar regiões que ninguém explorou antes, dentro de si ou fora; fazer descobertas que cedo ou tarde resultarão em campos essenciais para a consciência coletiva (CALVINO, 2006, p.205).

Desse modo, podemos pensar que a literatura pode servir como um instrumento ativo, visto que ela abre os sentidos humanos para visualizarmos e refletirmos realidades com um maior clareamento de ideias, além de despertar nossa sensibilidade adormecida seja em nós mesmos ou no nosso entorno, encorajando-nos a mover-nos.

A esse respeito, como analisa Cardoso (2010) sobre a ficcionalidade de Paim, há subjacente uma nítida preocupação em denunciar a subordinação a que as mulheres são submetidas. Assim, suas personagens são caracterizadas como senhoras fortes e transgressoras que requerem mais espaços frente a uma sociedade altamente patriarcal. Nessa perspectiva, podemos conjecturar que através da sua literatura Paim tende a representar e dar voz a um grupo (mulheres).

Alina Paim, ao criar um mundo ficcional de representações da realidade permite repensar circunstâncias de vida, revitalizando-as sob novos enfoques. A irreverência dos seus personagens mostra não só o compromisso com a história, mas, fundamentalmente, com a ideologia do partido comunista a que foi filiada e militante por cerca de quase 30 anos. A romancista, do ponto de vista feminista, dá voz às personagens que são capazes de subverter os padrões sociais e estruturais e instalar o caos na ordem patriarcal (CARDOSO 2010, p. 131).

Interessante se faz observar ainda que o romance *O sino e a rosa*, embora esteja classificado como um dos que compreendem a segunda fase da escrita de Paim, ou seja, com conteúdo mais introspectivo, não deixa, entretanto, de trazer as marcas do engajamento social desta escritora, pois, além da temática do abandono, que tende a representar um grupo de excluídos sociais, temos ainda uma personagem mulher em idade adulta que, embora já possua algumas “conquistas” convencionadas pela sociedade patriarcal, a saber o casamento e a maternidade, parece demonstrar certa insatisfação com tais aquisições diante da possibilidade de perda da única filha que possuía, vindo inclusive a questionar-se de fato se isto era tudo o que precisava para realizar-se.

De onde a ânsia de enxergar a si mesma, de compreender aquilo que os anos soterraram sem respostas, fatos banidos com vago mal-estar, fatos espezinados até o esmagamento? Seria a mesma Catarina, quando o dia amanhecesse? Quantas Catarinas ficaram semeadas nos anos vividos, múltiplas couraças de uma mesma serpente? Como as aves, muda a alma de plumagem? Por que lhe suscita tantos pensamentos a lembrança do parto? Não foi ele o auge de sua experiência, desdobramento com que sempre sonhou? Maria Augusta não representa o clarão capaz de sufocar as sombras? (PAIM, 1965, p. 147)

A trilogia de Catarina é considerada ainda por Cardoso (2010) como uma metáfora que reflete o poder disciplinador versus a fragilidade do disciplinado. Posto que há a retratação de uma menina em sua fase infantil e posteriormente adolescente que busca seu lugar no mundo lutando contra adversidades, sejam elas o abandono dos pais, ou mesmo do Estado.

Isto posto, cabe-nos ponderar que a expressividade verbal contida na escritura de Paim se instaura como uma ponte que interliga a arte com a sociedade. E como arte, sua literatura nos proporciona múltiplas possibilidades de leitura do mundo, as quais estimulam nossa consciência crítica perante algumas das complexas realidades que nos circundam.

3.3 A voz do abandono

Spivak (2010), em um dos seus estudos pós-colonialistas sobre o subalterno, discorre sobre as produções intelectuais do ocidente voltadas para intencionalidades econômicas e traça uma crítica contundente sobre as concepções de sujeito soberano, ou seja, para a crítica é incongruente considerar um sujeito coletivo como sendo homogêneo e monolítico, pois para a autora o caminho mais seguro seria o de trabalharmos com categorias que reflitam movimentos abrangentes e marcados pelas heterogeneidade.

Desse modo, Spivak nos chama a atenção para que reflitamos sobre o modo como os sujeitos do terceiro mundo são representados por discursos hegemônicos, e como muitos teóricos ao mediar os discursos do subalterno, acabam por lhe obliterar a voz, pois ao acreditarem estar representando os oprimidos, na realidade estão equivocadamente reforçando um sistema de resistência hegemônico, silenciando-os ainda mais.

Se a linguagem pode ser utilizada como um instrumento de controle social, isto nos leva a refletir sobre a possibilidade da transmissão de algum tipo de poder hegemônico velado através de um determinado texto e quais teorias ele intenta conservar.

Por isso, ao pensarmos nos discursos ideológicos que são tecidos por trás e a partir dos textos, faz-se imperativo considerarmos os fatores imbricados na construção do romance, entre eles o modo como o autor apreende o seu entorno e o transforma em produção criativa através da sua técnica /construção de linguagem, mas principalmente como suas ideias são assimiladas e propagadas, e, nesse caso, se ao

tentar representar uma classe desfavorecida socialmente em sua obra, não estaria de certo modo contribuindo para mantê-la silenciada.

Para Spivak (2010), o papel dos estudiosos, invés de sustentar uma ideia falaciosa de representação, deveria ser o de criar espaços onde o subalterno pudesse de fato falar, e ser ouvido. É preciso dar voz ao subalterno, entendendo este termo não no sentido de quaisquer sujeitos marginalizados, mas como aqueles cuja voz não pode ser ouvida. É um termo que deve abranger aqueles indivíduos que se encontram nas camadas mais baixas da sociedade e se encaixam dentro dos mecanismos de exclusão, das representações políticas e legais.

Nessa perspectiva, ao pensarmos na situação de crianças abandonadas na nossa sociedade, observamos que, embora o Brasil seja considerado um país em desenvolvimento (dado seu potencial econômico), todavia este fator é contrastado por diversas problemáticas de exclusão social, entre elas umas das mais antigas e graves realidades, que é a triste condição de vulnerabilidade em que vários meninos e meninas passam ao habitar as ruas e calçadas brasileiras (como já foi explorado no segundo capítulo do presente trabalho).

Desse modo, como comenta Oriente (2004, p.74), há em nossa sociedade “uma visão adultocêntrica, que sufoca a voz da criança e isso impede a visibilidade de uma fase tão peculiar da vida do ser humano: a infância”. Assim sendo, na condição de criança abandonada essa subalternidade é duplicada, tanto pela idade como pela situação de exclusão a que são submetidos esses menores.

Neste ponto, é interessante analisarmos que na obra de Paim em análise a personagem que fala da “dor” de sentir-se abandonada não é tão somente a Catarina adulta, mas também a criança, que expressa através das memórias da adulta, e que se apresenta em uma constante necessidade de se fazer vista e ouvida. Assim, mesmo que ficcionalmente, há uma suposta tentativa de trazer a “voz” daquela que sente o drama do abandono de um modo mais premente, o que contribui para que o efeito se torne mais verossímil e comovente.

Uma órfã, por mais cedo que haja perdido a mãe ou pai, encontra quem lhe diga: “Eram verdes os olhos de tua mãe. Eram negros os cabelos de teu pai.” Não descobriu, jamais, quem lhe pudesse oferecer um traço as duas faces desertas que, desesperadamente, buscava povoar de sobancelha, nariz, boca (PAIM, 1965, p. 27).

Observamos ainda na narrativa que é através do seu desempenho escolar, sobretudo a partir das leituras que realiza e do notável desenvolvimento para a escrita, que a menina consegue chamar a atenção das freiras e da madrinha (quem financia seus estudos) e se destaca não somente como aluna exemplar, mas também como uma prodigiosa escritora. Por um lado, podemos pressupor que há na personagem uma necessidade de ser reconhecida, compensar algo que na vida não possui: a família. Por outro, podemos ainda cogitar que a educação é posta como um caminho de progresso e libertação também para aqueles que são excluídos do contexto social como podemos observar nas passagens abaixo: na primeira temos a Madre Superiora estimulando Catarina a oratória, visto que esta foi a escolhida para escrever e fazer o discurso de final de ano. A frase dirigida pela freira à menina faz alusão ao Movimento da Inconfidência Mineira “*liberta que sera tamem!*”, certamente sendo um encorajamento para que Catarina galgasse o caminho da autodeterminação e liberdade.

— Leia com vida, sem declamar. E o principal: você vai exaltar a independência e a coragem, não vai recitar o mea culpa, mea culpa, mea culpa, diante das mestras e de colegas.

Sorriu com todo o rosto: boca, olhos sobranceiras.

— Se acredita no que escreveu, prove Espadachim. Prove com fogo. Na voz, nos olhos, nas mãos. Liberta que sera tamem! Não é belo o caminhar sem cadeias, cabeça, mãos e pés livres? (PAIM, 1965, p. 66).

Já nesta segunda passagem, observamos o narrador apontando-a como aquela que se sobressai das demais alunas pelo mérito de suas boas notas e que por isso recebe a cadeira número 1 da sala. Entre os sentimentos que pululam na mente de Catarina está o orgulho de si mesma. Sente-se muito bem à vontade com o lápis na mão, instrumento que serve como sua munição para povoar um mundo de sonhos e esperança através de sua escrita:

Na distribuição dos lugares no início das aulas, coube-lhe a carteira da ponta, na entrada da sala. Sucediavam-se as carteiras em ordem decrescente das aprovações finais do ano anterior. Número 1—máximo. O algarismo sumário, aquele traço em forma de gancho, cravou-se em sua vida, âncora em chão de mar. Lutou por ele, dele usufruía vantagens, a ele ia entregar novas energias. Maravilhoso brinquedo. Tomava do lápis, traçava a pequena vertical e divertia-se adicionando-lhe um mundo de riscos miúdos que o transformavam em chave, vela acesa, cetiro, palmeira, espiga, vara de condão.

—“Fademos, manas, fademos. Que Catarina seja a moça mais bela da sala!”. (PAIM, 1965, p. 80).

Ao argumentar sobre a formação do sujeito, que pode estar sob influências de teorias ideológicas com base em interesses, Spivak (2010) elucida sobre o ato de

representar e explica que este pode assumir dois papéis: um que se dá pelo viés político, o “falar por” substituindo o representado, e outro que ocorre através da encenação (onde se adentra na dimensão estética), ou seja, neste último seria performance, um ato de fala e que possui poder para direcionar a escolha de determinados heróis. Desse modo, para compreender como o poder se manifesta, é preciso levar em consideração a dimensão ideológica, ou o que a autora denomina “textura micrológica”, que forma os sujeitos e solidifica os âmbitos macrológicos do capitalismo global e do Estado-nação.

Deve-se procurar entender as teorias da ideologia- de formação do sujeito, que, micrológica e, muitas vezes, erraticamente, operam os interesses que solidificam as macrologias. Tais ideologias não podem deixar de considerar os dois sentidos da categoria da representação. Devem observar como a representação do mundo em encenação, dissimula a escolha e a necessidade de heróis (SPIVAK, 2010, p. 20).

A esse respeito poderíamos conjecturar que há uma representação da criança abandonada na obra de Paim, não politicamente, mas através de uma construção de linguagem em torno do tema.

Para corroborarmos isto, vale ainda destacarmos que há uma marca recorrente desta temática nas obras paiminianas, a saber que além da trilogia de Catarina: *O sino e a rosa*, *A chave do mundo* e *O círculo* (1965), encontramos o tema nas narrativas *Simão Dias* (1949) e *Estrada da liberdade* (1944), o que nos levaria a supor que há uma tentativa da autora de dar voz a esta realidade social se valendo da literatura.

Ademais, vemos que na obra *O sino e A Rosa*, há constantes passagens em que a voz de Catarina é expressa de diversos modos. O enredo do romance constrói a imagem de uma personagem que tece uma reflexão sobre o seu estar e ser no mundo nos transportando para o “seu lugar de fala”, a abandonada que foi amparada por uma instituição religiosa e sonha em ter uma família.

Uma órfã, por mais cedo que haja perdido a mãe ou pai, encontra quem lhe diga:” Eram verdes os olhos de tua mãe. Eram negros os cabelos de teu pai.” Não descobriu, jamais quem lhe pudesse oferecer um traço às duas faces desertas que, desesperadamente, buscava povoar de sobancelhas, olhos, nariz, boca. Jamais uma palavra animou as duas faces, deu-lhe paixões: amor e ódio, desprezo, ternura, alegria e dor. Como lhe soaria, aos ouvidos, o seu nome saído desses lábios de cor e contorno ignorados? (PAIM, 1965, p. 27).

Vale destacar que Spivak (2010) argumenta que a mulher subalterna é posta em uma condição ainda mais secundária pelos problemas relacionados às questões de

gêneros. Assim, conjecturamos que a representação da órfã se dá em um texto cuja autoria é de uma mulher, que também experimentou de perto a condição do abandono, haja vista que, como referido anteriormente, Paim ficou órfã de mãe aos cinco anos, indo habitar a casa dos avós e ficando sob os cuidados de uma tia que também viera a falecer. Como seu pai era um caixeiro viajante, a menina morou durante o restante de sua infância e adolescência em um internato de Salvador. O que a torna não somente uma representante desta classe, mas o representável, ou seja, ela não fala apenas por alguém, ela fala por si também.

Desse modo, encontramos em suas obras, inclusive nesta em análise, muitas particularidades da personagem que se confundem com a vida da autora. O que nos leva a considerá-la como aquela que dá voz a esta classe de subalternos. Ademais, é inquestionável o primor da sua escrita e a relevância da temática de que trata, haja vista que o tema da criança abandonada merece bastante destaque e espaço nas discussões atuais, pois por trás dela está velada não somente a situação da exclusão destes menores, mas o silenciamento de uma entre tantas outras mazelas sociais.

3.4 Discurso e Poder

Ao aprofundarmos sobre os mecanismos de interdição e controles dos discursos, encontramos em Foucault (1996) o postulado de que, além da contenção do poder discursivo, as predeterminações de como manifestá-lo, as imposições que devem ser seguidas, há ainda o sistema de rarefação no qual não se permite a qualquer pessoa pronunciá-los, pois estas deverão atender às normas e exigências preestabelecidas. Ademais, algumas áreas discursivas não estão disponíveis para todos, pelo contrário, são consideradas impenetráveis.

Destarte, se é afirmado também que existem as “sociedades de discursos” nas quais estes são produzidos sob regras estritas e circulados em fechados (FOUCAULT, 1996, p.39).

De acordo com esses postulados, intuímos que, uma vez reconhecido o domínio e a força que os discursos irrompem, certamente haverá um constante conflito social pelo desejo de possuí-los e/ou contê-los, conforme o sistema dominante, e intuímos que nem todos os indivíduos poderão ter o direito de pronunciá-los livremente sem que estes não estejam sujeitados a uma série de restrições.

Essa ideia de discurso e poder também é compactuada por Barthes (1977), para o qual na linguagem está inscrito um poder que atravessa todas as camadas e os tipos de intercâmbios sociais. Tal poder se manifesta de forma plural no espaço social e por essa sua característica torna-se difícil combatê-lo, pois ainda que ele seja rechaçado de um determinado lugar, de qualquer modo reaparecerá em um novo estado de coisas:

Expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam uma revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, re-germinar no novo estado de coisas. A razão dessa resistência e dessa ubiquidade é que o poder é o parasita de um organismo transsocial, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é a linguagem — ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua (BARTHES, 1977, p.11).

No entanto, para este teórico, mesmo que haja a tentativa de contenção de determinados discursos, estes podem se instaurar em outros planos e espaços distintos, extrapolando até mesmo os instrumentos de repressão, pois de um modo ou de outro acabam ressurgindo sob novos aspectos através da linguagem.

Tal pressuposto pode ser coadunado com o princípio da descontinuidade defendido por Foucault (1996), para o qual, ainda que existam sistemas que restrinjam os discursos, isso não garante que em seu âmago não exista outro grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que deva ser por nós descortinado. O que comprova, como dito pelo autor, que não há neutralidade nos discursos e que eles retratam não só as lutas e os sistemas de dominação, como também os motivos pelos quais lutamos e é, pois, nisto que consiste a relação de discurso como poder e desejo.

Um princípio de *descontinuidade*: o fato de haver sistemas de rarefação não quer dizer que por baixo deles e para além deles reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso que fosse por eles reprimido e recalcado e que nós tivéssemos por missão descobrir restituindo-lhe, enfim, a palavra (FOUCAULT, 1996, p. 52, grifo do autor).

Nesse sentido, podemos pensar no poder que a literatura possui por ser um espaço em que transitam tantos discursos divergentes. Quantos deles, inclusive, foram excluídos ou mesmo obliterados de outros âmbitos da sociedade.

Importante é também trazer o conceito do princípio da especificidade do discurso, no qual Foucault (1996) diz ser algo que vai além daquilo que nos é inteligível e do que conhecemos previamente. E que o discurso deve ser encarado como um ato de violência que fazemos às coisas. Já o princípio da exterioridade refere-

se a não passarmos do discurso para o seu interior (âmago de um pensamento ou significação) e sim para o seu exterior, às suas condições externas.

A respeito da escritura de Paim, por exemplo, como conjectura Cardoso (2010), certamente o fato da autora ser comunista, o que de certo modo não agradava o governo de sua época, nem mesmo o mundo editorial e artístico, além de abordar temas feministas e através de suas obras reivindicar espaços mais igualitários e participativo tanto para mulher, quanto para todos, pode ter sido um dos motivos que tenham afastado a escritora do público em geral, mantendo-a à margem dos estudos literários.

O que nos leva a intuir que certamente por essa segregação dos discursos, Paim tenha sido silenciada por um longo período histórico, tendo sido suas obras redescobertas recentemente e resgatadas sobretudo a partir dos trabalhos de pesquisas da Professora Doutora Ana Maria Leal, na Universidade Federal de Sergipe. Tais obras contêm um conglomerado de ideias libertárias que Alina buscou transmitir e disseminar de modos diferentes através de sua arte literária. Esse achado e o interesse que sua escrita despertou em um bom número de pesquisadores podem ser considerados ainda como uma demonstração de que, por mais que haja sistemas de interdição de alguns discursos, eles tendem a resistir e a reaparecer em outros momentos ou de modos distintos.

Desse modo, conforme Foucault (1996), embora não ocorra assim em todos os lugares, é preciso considerar o autor não apenas como um indivíduo isolado que pronuncia um determinado discurso, mas como parte de um agrupamento discursivo que possui a mesma unidade de significações e coerência. Esse autor traz o ininteligível, sua genialidade ou o seu caos através de uma temática, transformando-a em materialidade textual.

Na direção desses pressupostos, Barthes (1977) postula que o escritor não deve ser meramente um servil às normas pré-determinadas da linguagem, mas um sujeito que teima deslocar-se disto, ou seja, aquele indivíduo que não somente conserva uma arte, mas o que pratica uma teimosia no sentido de não aceitar tudo o que lhe é imposto. Porém, deve estar a posto de combate para abjurar se preciso for o que foi escrito se este for manipulado pelo poder e conduzir o que se foi dito para lugares surpreendentes. Ou seja, é preciso que o escritor tenha a audácia de ir além do que se espera, do original, mas que rompa as barreiras da língua através do jogo com os signos

Derrida (2014), por sua vez, nos aponta ainda para a capacidade de interabilidade que o texto literário deve possuir, o que significa enxergá-lo dentro de

um determinado contexto, que, no entanto, não se prende somente a este. Pelo contrário, abre-se para uma recontextualização, ou seja, consegue se transportar para um contexto diferente e ainda assim manter seus sentidos e sua efetividade.

Já Calvino (2006, p.166), argumenta que a obra literária pode se tornar revolucionária a partir do seu efeito, ao levar para um nível de conhecimento e de consciência mais alto que consequentemente desencadeará um movimento de reação ou revolução.

Assim, entende-se por que não seria a literatura em si politicamente revolucionária, mas o modo como ela é usada, ou seja, a partir dos efeitos que ela provoca e como dela nos valem. E o escritor deverá considerar, portanto, o contexto geral em que a obra se situa. “Territórios seguros não existem; a própria obra é, e deve ser, território de luta” (CALVINO, 2006, p.116).

Em Foucault (1996), encontramos ainda o conceito de “interdição”, que serve para corroborarmos esse postulado de que em nossa sociedade há, de fato, um sistema que controla o que pode ser dito, quem tem direito de pronunciá-lo e para quem pode se dirigir o dizer, sendo isto um instrumento que veta a liberdade de se poder dizer tudo, sobretudo quando o assunto trata de política e sexualidade. São, pois, essas interdições que ratificam a ideia do autor que por trás de cada discurso reverbera desejos e poder. Através deles não se traduzem somente as lutas, se carrega aquilo pelo que se quer lutar, o poder que se almeja obter.

Assim, à época das publicações literárias de Alina Paim, operavam no país o, o patriarcalismo e a ditadura militar e, portanto, a mulher não possuía direito de voz e de espaço, sendo ela uma mulher escritora que lutava pela busca de uma sociedade mais igualitária entre classes e gêneros distintos, cujas obras em sua maior parte trazem marcas de um realismo/socialista, são indícios que nos levam a postular, como já mencionamos, que alguns mecanismos de controle discursivos atuaram dificultando a divulgação de suas obras. Pois, como atesta Foucault (1996), a atividade discursiva gera uma inquietação por se saber que, através das palavras, os discursos representam perigo e poder, já que por meio deles supomos haver lutas, vitórias, dominações, ferimentos, servidões.

Por existir essa desconfiança do poder da reverberação que os discursos podem provocar, toda sociedade, propositalmente, submete a produção discursiva a um certo número de procedimento no qual os discursos passam a ser controlados, selecionados, organizados e distribuídos.

Barthes (1977) a esse respeito dirá que a língua é considerada fascista no sentido em que ela obriga a enunciar, a dizer. E na medida em que se enuncia torna-se simultaneamente mestre e escravo dela, pois há um descontentamento em não simplesmente repetir o que já se foi dito. Desse modo, a servidão e o poder estão intrínsecos à língua. Ou seja, quando enunciamos algo devemos seguir regras preestabelecidas. No entanto, pode-se recriar o enunciado e não meramente repeti-lo.

Calvino (2006) afirma que a literatura é um jogo que se articula com as possibilidades implícitas em seu próprio material, e isso independe do poeta, sendo que a um determinado ponto ela pode mover-se do plano linguístico investindo-se de um significado, que importará mais ao autor e à sociedade a que ele pertence. Desse modo, a literatura poderá praticar todas as trocas possíveis a partir de um material, posto que ao afinal interessará aquilo que o efeito poético dessa troca produzirá no homem, tanto no indivíduo empírico como no histórico.

Na esteira desse pensamento podemos unir o que é afirmado por Barthes (1977), que é possível trapacear com a língua através da literatura, o que significa considerar que nela reside um jogo onde se pode dizer muito além daquilo que uma mensagem transmite. Assim, a literatura é considerada como um espaço de criação em que se pode enganar com a própria linguagem.

Ao relacionar a literatura com a ciência, Barthes (1977) dirá que, ainda que ocupem lugares diferentes de fala, ambas transmitem saberes pois decerto na literatura todas as ciências estão presentes. Aquilo que a literatura evidencia, o saber que ela transmite através da escritura, não provém necessariamente da episteme mas a partir de discurso encenados pela linguagem.

Para a ciência o saber é um enunciado, já na escritura ele é enunciação, o que significa pensar que nesta última se leva em consideração o sujeito que fala, mesmo em sua falta visando assim o real da linguagem, posto que na língua reside uma série de implicações, efeitos e repercussões, o que pode possibilitar um indivíduo não situável vir a ser ouvido, ou mesmo tornar conhecido o desconhecido. E com o jogo das palavras fazer do saber uma festa.

Derrida (2014), por seu turno, dirá que a literatura dissimula aquilo que mostra, haja vista que para este autor toda linguagem se refere a algo além de si mesma. Nela há uma relação suspensa com o sentido e a referência. Considerando suspensa também como dependência, condição e condicionalidade, pois ela não seria literatura se não se abrisse para os mais variados tipos de discursos que traz em seu bojo.

A literatura possibilita, através da invenção com as palavras, a liberdade de poder expressar aquilo que normalmente não poderia vir a ser dito: “A literatura segue itinerários que margeiam e ultrapassam as barreiras das interdições, que levam a dizer aquilo que não se podia dizer, a uma invenção que é sempre uma reinvenção de palavras e histórias recalcadas na memória coletiva e individual” (CALVINO, 2006, p. 125).

Nessa conjuntura, é interessante pensarmos no que nos diz Derrida (2014) a respeito da literatura ser uma instituição em que se é possível dizer tudo, ou seja, ela é um espaço no qual o seu plano ficcional lhe permite a arbitrariedade da palavra. Dizer tudo também quer dizer transpor os interditos, permitir ao escritor que se possa falar tudo o que se deseja sem temer a censura:

O que é a literatura? A literatura como instituição histórica, com suas convenções, suas regras etc., mas também essa instituição da ficção que dá, em princípio, o poder de dizer tudo, de se liberar das regras, deslocando-as, e, desse modo instituindo, inventando e também suspeitando da diferença tradicional entre natureza e lei convencional, natureza e história (DERRIDA, 2014, p. 51).

Para o autor, essa possibilidade de poder dizer tudo através da literatura pode se transformar em uma poderosa arma política ao mesmo tempo em que se corre o risco de deixar neutralizar como ficção. Neste último caso, o escritor poderá ser considerado como um irresponsável no tocante a poderes ideológicos. Assim, podemos nos valer dela, da ficcionalidade que reside na literatura, para trazer discursos que normalmente não ganham espaços ou notoriedade, como é o caso da criança abandonada.

Na perspectiva de Barthes, a literatura é considerada como uma prática da escrita, cujo tecido essencial é o texto, em que reside a liberdade de se poder dizer tudo o que deseja ou mesmo esquivar-se, deslocar-se das formas preestabelecidas e jogar com as palavras de modo a engendrar um universo de possibilidades significativas.

Ademais, Derrida (2014) também considera o ato de escrever como um jogo em que ao tempo se mantém a data da singularidade, no mesmo gesto questiona-a, analisa-a e transforma-a.

Este crítico alega que o escritor é um herdeiro, mas que isso não significa que deva manter-se preso ao passado, pelo contrário, seu relacionamento com a herança literária deve ser íntimo e duplo, pois ao mesmo tempo em que ele precisa reiterar o que veio antes, isso não o exime de transformar e reinterpretar, relançando-o para o

futuro. Pois, a literatura pode ser ao mesmo tempo conservadora e subversiva: conservar o que é institucional ou anti-institucional, ela pode transgredir suas próprias leis, a partir de construções discursivas nas quais “a própria possibilidade de uma constituição fundamental se encontra, no mínimo, ficcionalmente, contestada, ameaçada, desconstruída, apresentada em sua própria precariedade” (DERRIDA, 2014, p. 114).

Nesse sentido, observamos que, na obra em análise, o discurso que subjaz à fala da personagem que foi abandonada em uma roda dos expostos se irrompe como uma tentativa de ganhar espaço e visibilidade ao desnudar uma realidade obscurecida pela nossa sociedade, posto que, como tantos outros problemas de cunho social, o abandono é tangencialmente tratado e a voz desses subalternos é consideravelmente silenciada, e que, portanto, ainda que haja esse apagamento discursivo ou mesmo uma supressão deste. A construção discursiva em torno deste tema da orfandade na obra paiminiana nos demonstra não somente que é possível unir o objeto literário ao contexto social, como também a literatura pode servir como um terreno de possibilidades discursivas, para trazer à baila, por exemplo, temas negligenciados pela sociedade.

No próximo capítulo exploraremos de modo mais detalhado como essa junção entre a obra, o objeto literário e o contexto social se unem, a partir da análise dos elementos constituintes da narrativa *O sino e a rosa*.

CAPÍTULO 4

O ABANDONO EM *O SINO E A ROSA*

Neste quarto e último capítulo, investigaremos o modo como os elementos internos da narrativa em questão podem nos fornecer uma chave de leitura que direciona e reforça a representação do abandono infantil.

4.1 O abandono pela perspectiva do narrador

De acordo com Lígia Chiappini (2002), narração e ficção nasceram praticamente juntas posto que quem narra, além de poder contar aquilo que viu ou que presenciou, também relata o que imaginou, sonhou ou desejou. Nisso há uma complexa discussão entre ficção e realidade que passa necessariamente pelo conceito de verossimilhança. Esta autora elucida ainda que, para muitos teóricos, um narrador ideal seria aquele que através do modo de contar se apresenta discretamente “dando impressão ao leitor de que a história se conta a si própria, de preferência, alojando-se na mente de um personagem que faça o papel de refletor de suas ideias” (LEITE, 2002, p.14).

Essa definição parece se ajustar à forma como se manifesta o narrador na obra *O sino e a rosa*, haja vista que, embora os fatos sejam narrados em uma terceira pessoa, há um jogo estratégico em que se mostram os sentimentos e as ações da personagem principal sendo de tal modo conhecidos e revelados pelo narrador que se confunde com a primeira pessoa da narração.

— Catarina, ao quadro negro. Levantou-se com raiva. “Se é para envergonhar-me mais ainda, está enganada. Matarei os seus verbos e advérbios, adjetivos e substantivos com pauladas certeiras.” Tomou o giz com tanta força que o bastão partiu-se. A raiva parecia um vento, limpou-lhe de nuvens a inteligência. Com a derradeira palavra escrita, tinha pronta a análise (PAIM, 1965, p. 49).

Na passagem acima, em que se descreve um momento no qual Catarina é desafiada por Madre Tereza a ir à lousa, podemos observar que antes e depois das aspas a narração é descrita com os verbos na terceira pessoa: “levantou-se”, “tomou”, “limpou-lhe”, “tinha”. Ademais, o narrador sugere aquilo que Catarina sente: “a raiva parecia um vento”. Já a narração demarcada entre aspas parece referir-se aos

pensamentos da própria personagem e os verbos surgem em primeira pessoa: “envergonhar-me”, “matarei”.

No próximo trecho, Madre Tereza entrega o jornal da escola a Catarina, mas sabendo que esta não tinha dinheiro para comprá-lo e que não o aceitaria de forma gratuita, havia lhe proposto que auxiliasse nos trabalhos da biblioteca e o oferece como pagamento:

[...] Segurou o jornal, os olhos turvos de um sentimento de confiança que lhe era revelado tão rude e, ao mesmo tempo, sutilmente. “Esta freira adivinha. Se não adivinha por que soube que me levantei da carteira em pé de briga e que, com todo o desejo, não aceitava nunca o jornalzinho de mão beijada, como esmola?” Saíram da sala dos pianos, lado a lado, cada uma com sua pilha de jornais [...] (PAIM, 1965, p. 51).

Notemos que esta parte a narração também se dá em duas vozes verbais distintas: na terceira pessoa a partir dos verbos: “segurou”, “era revelado” e “saíram”, e na primeira com o verbo “levantei” bem como a linguagem contida entre as aspas.

Esses exemplos servem para ilustrar o que ocorre na maior parte da obra, em que o narrador e a personagem parecem fundir-se em uma única voz. Teríamos assim um narrador onisciente intruso que, conforme classificação de Leite (2002, p. 25), somos postos (como leitores) ao mesmo tempo entre uma distância que se torna menor dos fatos narrados, na medida em que temos acesso aos pensamentos das personagens e maior porque há, em todo caso, a voz do narrador que intervém sempre entre nós e os acontecimentos da narração, o que nos mantém distantes deles.

Na perspectiva de Benjamin (1994), o ato de narrar é comparado a um processo laboral feito a partir da experiência vivenciada pelo próprio narrador. Assim, ele o compara a uma técnica artesanal:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato - no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (BENJAMIN, 1994, p. 09).

Desse modo, o narrador transmite aquilo que vivenciou, sentiu ou sofreu. A este, Benjamin considera como o mais autêntico e lhe atribui um valor utilitário, visto que com a sua própria experiência pode comunicar um saber, ao contrário do narrador pós-moderno que, devido aos constantes progressos tecnológicos atuais, tornou as

experiências compartilhadas entre os indivíduos mais escassas e, portanto, se transforma apenas em um espectador dos fatos narrados.

Nesse sentido e observando alguns dados da biografia de Alina Paim, entre eles o fato de ela ter ficado órfã de mãe aos cinco anos de idade e aos nove ter vivido e estudado em um colégio religioso, somos levados a cogitar que muitos desses aspectos reais de sua própria experiência estão emaranhados na ficcionalidade, posto que, ao confrontarmos alguns desses elementos da vida pessoal da autora com certas partes do enredo da obra, vemos que há uma similitude entre ambos. No entanto, não se trata de definir tal narrativa como um romance autobiográfico, pois tais circunstâncias trazidas do real estão intrinsecamente permeadas de ficção e imaginação, a exemplo da escolha do narrador em terceira pessoa, que pode servir como uma espécie de distanciamento dos fatos narrados de modo a nos pôr diante de uma construção de linguagem, logo, de simulação da realidade.

Importante se faz frisar que, na obra, o abandono é contado por dois olhares e, portanto, dois modos de sentir diferentes: um pelo ponto de vista da personagem na infância, a Catarina que mora em um orfanato, que sofre e sonha com o retorno da família ou a possibilidade da adoção; e a Catarina em sua própria casa, já adulta sendo mãe e escritora, porém ainda trazendo em si as marcas e os dilemas desse abandono.

4.1.1 O abandono pela voz de Catarina na infância

Analisando o abandono pelo prisma de Catarina na infância, vemos, por exemplo, que em algumas partes da narrativa é possível descobrir que, mesmo na tenra idade aos cinco anos, ela já tem ciência de que não possui uma família, muito embora não saiba de fato o que signifique isso. Na passagem abaixo, nota-se que a menina entende que não há uma origem e de que é sozinha no mundo:

Só dentro do mundo, caída do céu por descuido, elo solto de uma cadeia, gota de água no mar-aplicava a si mesma essas expressões, ouvidas a cada passo, largadas sem reflexão de possível consequência, e elas se lhe ajustavam ao destino, com perfeição. A série de rótulos ia aumentando. Numa leitura ou conversa sempre se esbarra com um novo símbolo de solidão, desgarramento, falta de origem (PAIM, 1965, p. 27).

Não obstante sua própria voz interior que lhe afligia pelo fato de ser sozinha no mundo, as vozes exteriores, sobretudo a da irmã Júlia (a freira que cuida da menina) também lhe povoava a mente: “— Vá e misture-se, misture-se com as órfãs. Seja um

simples torrão no meio dos outros. Um torrão, e já lhe concedo! Existe o menor- grão de areia” (PAIM, 1965, p. 29).

O sentimento de solidão e a condição de abandonada criança são frequentemente lembrados pela freira:

— Minha filha, está criando pretextos de fuga. Não esqueça a sua condição: teve o primeiro ano de ginásio, terá os outros quatro? Enquanto sua situação não se define por completo, sua casa e sua família estão deste lado da cerca-viva. “QUE FIZ EU”? Até parece guardar ofensa, nunca falou deste modo (PAIM, 1965, p. 72).

Durante toda a sua infância, o sonho de pertencer a uma família perpassa também pela esperança nutrida de um dia poder ser adotada pela família da Madame Jordão (senhora que apadrinhava seus estudos). Há uma insegurança tanto da parte da menina sobre a possibilidade de sua adoção quanto das vozes exteriores que reforçam esse sentimento através das constantes repreensões:

Lembre-se da passagem do Evangelho: *Muitos são os chamados e poucos, os escolhidos*. Se você não for do número dos eleitos... A reticência se alargava como os círculos na água onde tomba a pedra. Sentia-se pequenina, o ponto que marca o centro do choque. E, muitas vezes, nos anos seguintes, a palavra “eleito” readquiriu o impulso de pedra atirada na consciência, no desencadear de receios, no turvar de uma sequência de sonhos e esperanças (PAIM, 1965, p. 28, grifos do autor).

A garantia da continuidade de seus estudos também é sempre posta como incerta, o que, de certo modo, contribui para gerar dúvidas e instabilidade emocional em Catarina:

— Vê aquele portão? Balançou a cabeça, sem afastar os olhos do portão cinzento. Folhas de zinco vedavam as grades, reforçando-lhe o papel de separação. Não permitiam dúvidas sobre o significado de barreira entre dois tipos de vida (PAIM, 1965, p. 27).

— Ainda não foi adotada por Madame Jordão. Por enquanto, a piedosa senhora lhe oferece uma oportunidade de estudar (PAIM, 1965, p. 27).

O relacionamento da menina com a Madame Jordão por muito tempo se restringe apenas à obra de caridade, ou seja, à manutenção dos estudos de Catarina no Educandário, mas sem contato afetivo entre elas. Assim, a garota se dedica aos estudos com esmero a fim de corresponder ao ato de benevolência, ao mesmo tempo em que

buscava se destacar entre as demais em uma tentativa de ser notada por essa mulher que poderia vir a tornar-se sua mãe adotiva:

Entregou-se aos livros, a princípio, temerosa de desgostar Madame Jordão e cortar pela raiz o fio de bondade. Irmã Júlia, perseverança comovente, teceu-lhe uma rede de conselhos de malhas tão miúdas que, a todo instante, se embaraçava no medo de ser ingrata, revelar-se terreno pedregoso, onde a semente se perde, onde o grão esquecido não responde com colheita dos cem grãos. O estímulo baseado no temor era abstrato, Madame Jordão não passava de um nome, vulto entrevisto de costas, na sala de reunião do Conselho das Damas. [...] O primeiro ano do ginásio foi concluído sem aproximação entre a protegida e a protetora. Quando seu nome- Catarina Menezes- abriu a lista de resultados finais com o máximo de distinções, Madame Jordão se surpreendeu, quis conhecê-la. Nesse momento, o temor já era marco ultrapassado. O prazer do estudo se entranhara nela, com o domínio inteiro de uma primeira paixão (PAIM, 1965, p. 31).

A mulher quis conhecer a menina depois de perceber que a afilhada era um destaque entre as outras alunas. Contudo, o contato do primeiro encontro entre ambas foi decepcionante para Catarina, visto que não houve nenhuma troca de carinho dispensado pela sua protetora:

Seus olhos foram se erguendo devagar, abandonando no chão encerado o casal de pares de sapatos, subiam, subiam em busca de rostos. Nunca se lhe apagou da mente aquela face sem expressão porque os olhos não existiam, encobertos pelo véu de renda negra a cair meio enviesado da aba estreita do chapéu. — “Os olhos são as janelas da alma” — dizia sempre Irmã Júlia. “Por que me fecha a alma” antipatia súbita neutralizou o impulso que acalentava de dar-lhe um abraço, ao invés do beijo na mão, como havia sugerido a Madre Superiora, enquanto a guiava ao parlatório (PAIM, 1965, p. 38).

Tendo sido convidada pela Madame Jordão para um passeio pela cidade, teria sido para Catarina um grande momento de conhecer o mundo ao lado de uma família como sempre sonhou, já que desconhecia o que havia por trás dos muros do Educandário. No entanto, a frieza e a superficialidade com que a mulher a tratou deixou-lhe frustrada e tornou aquele acontecimento mais um triste episódio para compor as lembranças da sua infância:

Nenhum traço de alegria lhe ficou na memória. Maior que a extensão de cidade percorrida era a presença a seu lado. Desejou que a mão de Vitória escapasse da luva, os dedos lhe aprisionassem o ombro, puxando-a num abraço. A muralha de antipatia era delgada — construção de minuto — podia ser removida com o erguer de um véu, aquela renda negra que velava janelas (PAIM, 1965, p. 39).

Apesar da decepção pelo tratamento que recebeu da suposta mulher que poderia adotá-la, a menina não descarta a possibilidade de ter uma família e vive na espera, a sonhar com isso, o que não exclui seu desejo e a esperança de reencontrar sua verdadeira família:

— Você hoje tem visita. Quis olhar o rosto de Irmã Júlia, a coragem lhe faltou. Risca com a unha as pregas do vestido de xadrez, o coração batendo, um louco. Visita! Quem se lembrava dela? O pai? A mãe? Ansiava por uma palavra e Irmã Júlia, silenciosa, parecia também aguardar um comentário. [...] De longe olhou o vulto preto, as mãos recolhidas nas mangas do hábito, a andar entre duas filas de camas muito alvas. Quis correr e num abraço jogar-lhe a pergunta: “Minha mãe apareceu? Meu pai me reclamou?” Se fosse verdade, não importava a explosão, mas se errasse ia sentir vergonha e o abandono dobrava de medida (PAIM, 1965, p. 34).

Esses fragmentos retirados do texto realçam o sentimento de abandono carregados durante toda a travessia da infância de Catarina para a sua vida adulta, e como podemos verificar, o narrador serve como uma espécie de porta-voz da personagem, ao traduzir não somente o que ela sente como também amplia essa dor e a angústia da criança ao descrever e mediar os fatos.

Nesse ponto, cabe mencionar o que Ginzburg postula a respeito da descentralização do foco narrativo, pois, para este autor, na narrativa contemporânea (a qual ele demarca como sendo desse período a partir de 1960), o centro da narração contraria o da tradição, em que era recorrente a presença de narradores que faziam parte de campos dominantes conservadores, voltados para a manutenção do patriarcalismo, o machismo e o autoritarismo do Estado. Na contemporaneidade, ao invés, vemos aflorar o que ele chama de “desrecalque histórico”, em que se é possível dar voz aos sujeitos tradicionalmente ignorados. O descentramento, neste caso, ocorre por meio de um conjunto de forças que se opõem à exclusão social, política e econômica (2012, p. 200).

Assim, na narrativa em análise, a voz da criança abandonada quando não descrita pela própria personagem infantil (os diálogos com o sinal de travessão) é ainda mais amplificada pelo narrador, pois, ao expressar os sentimentos da personagem, traz para a materialidade da obra um discurso emudecido pela sociedade a desvelar uma realidade que pode ser atribuída a tantos menores em situações semelhantes.

Essa comparação entre literatura e realidade pode ser feita ainda considerando que, como afirmado por Ginzburg (1960, p. 201), o narrar e falar, na atualidade, se encontram em condições que nunca antes foram possíveis. Tendo em vista que muitos

grupos sociais foram historicamente oprimidos e, portanto, impedidos de se expressar e ganharam na nova configuração a possibilidade de romper com essa exclusão a partir dos autores atuais e seus respectivos narradores ficcionais, pois para este historiador as produções literárias, no contexto da propagação das teorias pós-coloniais, se distanciam dos modelos etnocêntricos, ao tempo que se aproximam da ética que une um sujeito ao outro.

Desse modo, passa a ser comum e mesmo privilegiada, por exemplo, a imagem da mulher, do preto, do pobre ou de outros grupos antes esquecidos ou minimizados nas narrativas.

Nessa conjuntura, a obra *O sino e a rosa* está inserida não só cronologicamente no período delimitado como contemporâneo para Ginzburg, como também se adequa a esse conceito de narrador descentralizado por se afastar dos modelos tradicionais hegemônicos e manter um foco narrativo que ora dá voz para a criança abandonada e ora para a mulher que questiona sua existencialidade, ou seja, em todo caso para grupos considerados subalternos, como pode ser visto nas citações que exemplificamos acima que tratam da visão do abandono pela perspectiva da infância, como também podem ser constatados nos subcapítulos seguintes na visão da personagem em sua fase adulta.

4.1.2 O abandono pela perspectiva da personagem adulta

Quando amadurece, o sonho de Catarina em pertencer a uma família é transposto não necessariamente para o casamento, mas sim para a chegada da maternidade, o nascimento da filha Maria Augusta:

Maria Augusta firma a cabeça no ombro da mãe e seu corpo cresce de peso, no abandono. Catarina põe-se a alisar os cabelos enlilhados, a mão cheia de suavidade resvalando até as espáduas, na ilusão de um maior aconchego sufocar o calor. Roça as faces contra a flanela do pijama, ela mesma querendo proteção no contato da filha (PAIM, 1965, p. 22).

Notemos que nesta última frase, “ela mesma querendo proteção no contato com a filha”, insinua-se que é ali na relação com a filha que se materializa o seu desejo de ter afeto/proteção antes ausentes em sua vida. E tendo sonhado toda a infância com a possibilidade da adoção, ter uma filha gerada a partir de seu próprio ventre, do seu

sangue, é bastante representativo e significativo para si mesma como podemos observar na passagem a seguir:

Encosta-se no portal e os pés, muito unidos, firma-se na outra parede. De braços cruzados sobre o peito, sente o coração. “Minha família, tenho família. Augusta é meu sangue”. — É meu sangue!
Esta frase, quando lhe brota dos lábios ou lateja silenciosa no pensamento, tem um significado. Traz no bojo as indagações de uma adolescência: horas de sono perdido, em busca de imaginar o que se experimenta olhando a face de alguém e nela reencontrando os próprios traços (PAIM, 1965, p. 26).

Interessante notarmos, a partir desses próximos trechos, que é com a descoberta da maternidade que se desenvolve um relacionamento mais afetuosos com o marido, pois até então dá-se a entender que não havia muito envolvimento emocional entre ambos: “Que esquisito, nos primeiros anos de casados! Não venciam a impressão de dormir na mesma cama de um fantasma” (PAIM, 1965, p. 23).

Nesse dia, que agora lhe parece afastado, teve começo uma fase de aproximação. Abria os olhos vagarosa e, aos poucos, ia buscando enxergar o marido – ele mesmo – a criatura real. Surpreendeu-lhe qualidades e talentos, ela que havia apurado a vista para ver e adivinhar somente miudezas, emprestando-lhe aos gestos inocentes intenções dúbias, depreciando-lhe as ideias e até os ruídos dos passos, ciosa em construir sobre as atitudes rotineiras de um homem simples, que anda e respira dentro de sua casa, o arcabouço de um herói imaginário, homem de outro nome. Não cabe um homem na sombra de outro homem (PAIM, 1965, p. 21).

Cabe salientar que assim como o casamento é colocado em xeque, como não sendo a melhor conquista da personagem, inclusive a maternidade em um dado momento se torna alvo dos questionamentos de Catarina:

[...] Quantas Catarinas ficaram semeadas nos anos vividos, múltiplas couraças de uma mesma serpente? Como as aves, muda a alma de plumagem? Por que lhe suscita tantos pensamentos a lembrança do parto? Não foi ele o auge de sua experiência, desdobramento com que sempre sonhou? Maria Augusta não representa o clarão capaz de sufocar as sombras (PAIM, 1965, p. 147)?

Mas se a família foi sempre aquilo que a personagem mais almejou e sonhou em possuir, por que agora na sua fase adulta tendo sua própria família, Catarina volta a se questionar sobre tais conquistas? Este trecho nos interpela e nos leva a postularmos sobre alguns pontos: o primeiro que se observa na oração “Maria Augusta não representa o clarão capaz de sufocar as sombras?”, a filha, assim como o casamento, podem ter sido usados como pretextos para suplantarem as lembranças dolorosas (as

sombras) do abandono na infância e naquele momento em que sente vir à tona as reminiscências desse passado encoberto, descobre que precisará encontrar outros meios para lidar com esse fato.

Poderia ainda estar ela representando uma insatisfação que descontrói a visão famigerada de que toda mulher tende a se realizar através do matrimônio e da maternidade, pois sua reflexão, ainda que não demonstre total insatisfação com esses feitos alcançados, também não confirma um completo contentamento.

A esse respeito, como comenta Cardoso (2009), é típico nos romances de Alina Paim haver personagens femininas que rompem com o discurso androcêntrico dominante da sociedade ocidental. Esta observação também é compactuada por Santos (2011), para quem essa escritora evidencia em seus romances questões relativas à luta da mulher por espaços mais democráticos.

Além disso, Lopes (2014) argumenta que Paim traz em suas obras a situação das mulheres no final do século XX, que precisam conciliar trabalho profissional com os cuidados da família e do lar, a exemplo da personagem Catarina, que se vê dividida entre a carreira de escritora e a função de mãe e esposa

Assim, na construção da narrativa *O sino e a rosa*, o narrador mesmo quando se manifesta em terceira pessoa expressa o mundo interior da protagonista. E traz questionamentos como se fossem próprios da personagem. Nesses momentos, ocorre uma espécie de fusão entre ambos, e vemos nisso uma conformidade a respeito do que afirma Ginzburg (1960), que na nova estruturação do foco narrativo a noção de verdade perde o lugar para a circulação de diferentes pontos de vistas possíveis, sendo a construção da linguagem um terreno fértil para a polissemia. A saber que, por exemplo, se pode destacar a figura feminina focalizando-a de perto de modo que pode haver uma variação da distância estética, ora com um olhar de fora e ora sob o ângulo dos próprios pensamentos e sentimentos da mulher.

4.2 Os espaços do abandono

Na obra em análise é possível verificarmos que há a recorrência de três espaços físicos específicos: 1 – a casa onde a protagonista na idade adulta habita, juntamente com a sua família; 2 – Orfanato/Educandário, local mantido e administrado pelas freiras, logo, um tipo de instituição pertencente à Igreja Católica onde viveu e estudou Catarina na infância, sendo estes dois ambientes divididos apenas via um portão; 3 – e temos ainda a presença da figura de uma escada, na qual a personagem adulta sentada

em um dos seus degraus recorre às memórias do passado e evoca as imagens da sua infância. Em todos esses lugares, vemos uma correlação com a representação do fenômeno abandono.

4.2.1 A Casa

A respeito da casa, Xavier (2009) traz uma observação de que era muito comum em escritas de autoria feminina brasileira a vida da mulher ser retratada dentro deste ambiente, no seio familiar, visto que a maioria delas viviam restritas a esse meio.

A obra *O sino e a rosa*, cuja autoria é feminina, parece estar em conformidade com essa asserção, pois de fato é no espaço da casa que se desenrolam os episódios da personagem em sua fase sendo a mãe, a esposa, e vale salientar que é também nesse lugar que ela exerce a profissão de escritora.

Em outra perspectiva, para que se consiga intuir todo um conjunto de imaginação que a figura da casa pode vir a constituir, é preciso ir além de uma descrição objetiva e subjetiva a seu respeito, pois este espaço é o nosso canto no mundo e é nele que criamos nosso primeiro universo (Bachelard 1979).

Assim, na presente narrativa podemos intuir que é nesse recinto que está contido tudo o que a personagem possui: tanto do ponto de vista do que lhe é exterior, como o esposo, a filha e a profissão, como do ponto de vista de sua interioridade, suas emoções, suas apreensões e suas reflexões são tecidas nesse lugar. Ou seja, é na casa que Catarina constitui o seu universo, tal como a premissa de Bachelard (1979). Observemos que em algumas passagens a casa é associada aos sentimentos da própria personagem: “A casa, ancorada no subúrbio, em silêncio precoce, riscado pelo eco dos trens, cães e galos, passos perdidos. Sente-se vogar na angústia” (PAIM, 1965, p.12).

Notemos que, ao mesmo tempo em que se é feita uma descrição física da casa, a narração traz também um elemento que remete a um sentimento, o qual se presume pertencer a Catarina: “vogar na angústia”, visto que no desenrolar dos fatos perceberemos que essa angústia perpassa a personagem tanto perante a doença da filha, como diante das reflexões e lembranças tristes da infância.

Assim, a casa pode ser compreendida como intrínseca à protagonista. Na passagem abaixo, por exemplo, vemos a descrição desse ambiente físico que se mistura e se confunde como suas próprias lembranças:

Examinando mais detida, descobre na imagem uma soma de rosto conhecido e barba escassa, cavanhaque minguido. Uma casa povoa-se. Um remendo na parede, os limites do emboço a revestir os tijolos de uma porta eliminada assumem figurações imprevisíveis: mapas, monstros de outras eras, caras de amigos, frutas, objetos (PAIM, 1965, p. 14).

Nesse fragmento, temos a descrição de um momento em que Catarina mergulha em suas reminiscências. As imagens da casa vão sendo substituídas por figuras avulsas da sua memória. “Monstros de outras eras” pode estar a conotar justamente situações adversas vividas no passado, já a expressão “uma casa povoa-se” dá a entender de que se trata tanto da casa física em que a personagem se encontra como sua própria mente sendo habitada pelas recordações.

Isso se ajusta com o ponto de vista simbólico, em que a casa representa a nossa psiquê, ou seja, as várias instâncias da nossa mente, a consciente e inconsciente. Ela compreende o conteúdo cognitivo e emocional que nos constitui como indivíduos distintos do grupo. Dessa forma, em *O sino e a rosa*, é nesse ambiente da casa que a personagem constrói uma viagem mental ao percorrer toda a sua vida,volvendo através das memórias algumas passagens tristes da condição de abandonada que viveu na infância.

Em outro trecho, temos a personagem ainda menina a idealizar o que seria uma casa: “A vida numa casa, no seio da família, seria tão monótona como o acordar, o comer, o andar e o dormir no Orfanato?” (PAIM, 1965, p. 31). Essa citação faz parte de tantas outras que surgem na obra a desnudar um constante dilema vivido pela personagem entre aquilo que sempre foi fantasiado na infância com o que já havia conquistado no momento presente de sua vida, seu lugar no mundo, levando-a a uma contínua reflexão se de fato se sentia feliz.

A casa é, portanto, o espaço que poderia vir a ser o refúgio de Catarina com relação ao seu passado sombrio, o lugar em que sempre sonhara viver. No entanto, ironicamente, esse ambiente trará de volta as lembranças do período do abandono. Possivelmente porque ainda que Catarina tenha saído do orfanato em um determinado momento de sua vida, talvez “o orfanato” não tenha saído de dentro de si:

De onde, as recordações tão lúcidas? Por que teimam nesta noite os anos distantes voltar-lhe à memória? Onde a barreira erguida com ódio, o fosso cavado para segregar o convento, o palacete e o hospício dos acontecimentos que se sucederam — “a existência real” — como dizia a si mesma? Quem desceu a ponte para o trânsito livre entre o presente e aquele passado (PAIM, 1965, p. 50-51)?

Observemos nesta passagem que o narrador se refere ao passado de Catarina com o sentimento de ódio, o que sugere que as lembranças no orfanato não lhe eram bem-vindas à mente. Havia ela erguido um muro imaginário para não voltar neste ambiente, porém naquela noite as memórias lhe são abertas, os compartimentos por ela selados lhe vêm à tona.

4.2.2 Orfanato e Educandário

Com relação ao espaço do Orfanato e o Educandário, como vimos no capítulo II deste trabalho, a prática do abandono de crianças era bastante comum sobretudo nos centros urbano. Vimos também que esse fenômeno teve um aumento considerável no período pós-Revolução Industrial, sendo que a Igreja Católica foi a pioneira no sentido de criar abrigos para os menores excluídos. Como a demanda se tornou superior com o passar do tempo, essas instituições religiosas que abrigavam as crianças abandonadas não as comportavam mais. Assim, na década de 1920, o governo brasileiro começou a implantar ações para tentar resolver a questão do abandono de crianças, construindo orfanatos, escolas profissionalizantes e escolas correcionais (para menores infratores).

De modo análogo, na obra temos a representação deste espaço refletido a partir das lembranças da infância de Catarina, posto que viveu em um Orfanato, sendo este o lugar que a abrigou desde que foi abandonada, e o Educandário onde estudava. O Orfanato da narrativa inclusive também contém uma Roda dos Expostos, tal como descrita no capítulo II, em que a criança abandonada era deixada às portas desse ambiente sem que soubessem a identidade daquele que a abandonava:

— Me recordo até de sua chegada, Era meu plantão na portaria, aquela noite. Tocou o sininho da “roda” e a “roda” girou pesada. Conhecia por demais o que ia acontecer. Lá estava a criança, de olhos muito abertos e calada, tão caladinha. Você sorriu como se já me conhecesse, sem estranhar o rosto ou o véu. Até do camisolito me recordo (PAIM, 1965, p. 109).

Tanto o Orfanato como o Educandário são mantidos pela Igreja Católica com algum vínculo de filantropia, haja vista que, também como já fora apontado, a viabilidade do estudo da personagem no Educandário se dava através da doação financeira de uma senhora burguesa (Madame Jordão). O trecho a seguir mostra que um portão é aquilo que divide fisicamente estes dois lugares. No entanto, tal divisória demarca também a exposta condição de menina abandonada, visto que só lhe era possível frequentar este último ambiente graças à caridade da Madame Jordão:

Naquela manhã, já assistiu à missa com o uniforme de aluna. Antes de transpor o portão que separava os dois pátios do recreio, Irmã Júlia tomou-a pelo braço e foi empurrando-a até o banco, sob a acácia amarela.

— Vê aquele portão?

Balanço a cabeça, sem afastar os olhos do portão cinzento. Folhas de zinco vedavam as grades, reforçando-lhe o papel de separação. Não permitiam dúvidas sobre o significado de barreira entre os dois tipos de vida (PAIM, 1965, p.27).

Essa divisão entre os dois espaços faz com que a personagem esteja em uma espécie de fronteira, não somente espacial, física, mas de modo imaterial, sua subjetividade parece fragmentada em mundos opostos:

Dois anos de vida dupla. As badaladas do sino marcam o encerramento das aulas no Educandário, toma livros e cadernos para voltar ao Orfanato. Passou a aluna? Deixou de ser enjeitada? Oscilava entre as respostas, sem a definição se firmar. Mantinha-se no absurdo de quem fez morada em alto muro, metade do corpo de um lado, metade do outro. Posição sem conforto e perigosa: se à esquerda, não atingia a igualdade; à direita, dela se afastava. Até os recreios faziam contraste (PAIM, 1965, p. 30).

Ademais ela não se sente parte daquele ambiente, parece não conseguir se inserir na rotina com as demais meninas, nem mesmo nos momentos de jogos e interação: “Explodia o recreio da tarde, escapava-se de rodas e jogos. Sorrateira ia agachar-se por trás da moita maior” (PAIM, 1965, p. 42).

Na passagem seguinte, o narrador exprime uma espécie de prece que traduz uma certa inadequação de Catarina ao momento em que todas as meninas estão bordando sob as orientações de Irmã Júlia. Catarina, ao invés, preferia estar no Ginásio a estudar ou a mergulhar no mundo da sabedoria, mundo este que sentia ser seu, construído sobretudo a partir das leituras, quando imergia nos livros. Disso decorre a referência feita a Júlio Verne e as citações bíblicas.

“Coluna de fogo, me leve de volta ao Ginásio. Não quero mãos de fada, prefiro uma cabeça feita a de Júlio Verne. Moisés tirou água da rocha, quero escutar a lira de Davi. Josué parou o sol, quero somente ver a face do jovem Salomão, ouvir sua voz de sabedoria. Coluna de fogo, me leve para o Ginásio, troco o fio de ouro de Irmã Júlia pelo lápis vermelho de Madre Tereza. Coluna de fogo, me tire do caminho do bastidor gigante, quero chegar ao quadro-negro de espada na mão” (PAIM, 1965, p. 78).

Dessa forma, o Orfanato se configura como o espaço do abandono por excelência, pois ilustra bem o drama vivido pela personagem. Como podemos

constatar ainda pelo seguinte trecho em que se descreve a solidão em um quarto deste lugar:

Confiscado o pequeno quarto, agora regalia que não se justificava, voltou a ocupar a cama no ângulo da lamparina, do dormitório das maiores. Quarenta camas iguais, quarenta sonos vagamente aclarados pela chama solitária [...] Permanecia sempre aberta a pequena janela. Muitas vezes, o camisolão solto e a cabeça pesada dos pensamentos da adolescência, debruçou-se naquela janela [...] Pensava na adoção, a pender de requisito insuspeitado (PAIM, 1965, p. 71).

Há momentos em que a personagem, ao observar a rotina nesse lugar, reflete sobre a incerteza do seu futuro e o das suas companheiras de orfanato:

Junto das companheiras, reajustava-se no destino de abandonada, os meses de ginásio ganhando atmosfera de sonho, irrealis o “Pirilampo” e Tiradentes. Se falhasse o projeto de instrução, ia na maioridade manter-se de labirinto, bordado, fivolitê, chochê ou inhanduti. Os anos rolariam, sempre de agulha na mão. Podia casar-se, ter filhos, casa e marido (PAIM, 1965, p. 76)?

Interessante notar como pequenos detalhes das lembranças desses espaços também remetem ao abandono, por exemplo, os uniformes que as meninas usavam: “Olhava, quase sem ver, a atividade no canto da sala, naquele bastidor gigante montado em valete. Os vestidos de xadrez cor de terra vestiam de maior tristeza as moças que ouviam as explicações de Irmã Júlia” (PAIM, 1965, p. 77). A oração “os vestidos de xadrez cor de terra vestiam de maior tristeza as moças” realça a tristeza e a melancolia que habita tanto aquele lugar quanto a elas mesmas.

Tendo em vista a similaridade dos espaços desta narrativa com os espaços reais que configuraram a história do abandono de crianças, ainda nos cabe mencionar o que Deleuze e Guattari (1997, p.55) argumentam acerca do Estado, sendo este marcado não pela presença de um chefe, um líder, mas pela conservação de mecanismos de poder. E a religião, por seu turno, é um desses aparelhos, isto é, uma de suas peças, já que ela preza pela conservação do absoluto, tendendo sempre a homogeneizar o pensamento.

Assim, de acordo com essa acepção, podemos inferir que, de modo semelhante, na obra em análise, o Orfanato e o Educandário tendem a ser essa representação do Estado, visto que sua função é manter e preservar a ordem tanto no plano institucional (da prática religiosa), com suas normas e preceitos, como no sentido de tentar minimizar esse problema de desordem social que é o abandono de crianças e que

escapa do controle do Estado. Pois, como vimos no capítulo II, foi a Igreja que se incumbiu de ampará-los mesmo quando isso cabia ao Governo da época.

Desse modo, esses menores excluídos passam a situar-se à margem da sociedade, retratando um drama que resulta da falta de planejamento e cobertura do Estado. Sendo assim, o próprio Estado procura criar mecanismos de movê-los ao meio social numa tentativa de restituir a ordem e a conservação do seu poder. Nisto consiste uma investida em restituir para o regime aquilo que foge do seu controle. É, pois, como se configura a relação do interior com o exterior, na qual o Estado procura manter uma soberania, interiorizando e apropriando-se com um “fora”, isto é, o que se torna externo (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p.23).

Poderíamos assim intuir que o Orfanato e o Educandário na narrativa são representações do Estado, ou seja, instrumentos de contenção de um desordenamento social; enquanto que a órfã (o menor abandonado) se afigura como uma personificação daqueles ou daquilo que escapa do controle do governo.

4.2.3 A escada

Com relação à figura da escada, que também se faz presente na narrativa, podemos tecer as seguintes considerações: simbolicamente, ela representa uma verticalização em que a subida se refere ao progresso, a uma ascensão, e a descida a alguma perda. Diz-se que na arte está relacionada a um suporte para uma elevação espiritual.

Na obra, por sua vez, vemos que a imagem da escada se dá nos momentos em que a personagem estabelece uma comunicação entre o seu presente e passado, pois é sentada nela, e ao vigiar o sono da filha, que se encontra acometida por uma febre, que Catarina se evade nas estranhas de suas memórias: “No topo da escada, Catarina espera. “No terceiro dia, tudo se define” (PAIM, 1965, p. 12).

Encolhida no topo da escada, procura os ponteiros do despertador. Parado? Leva-o ao ouvido, igual a coração de ave assustada... Recosta-se contra o portal e a parede do lance da escada se faz horizonte. Mundo de pedra e cal, meio fantástico na luz escura da lâmpada azul, longínqua no teto do andar (PAIM, 1965, p. 14).

Não se trata, no entanto, de a personagem movimentar-se no sentido de descer ou subir fisicamente, mas esses movimentos parecem corresponder à mobilidade dos

seus pensamentos: “Recosta-se na poltrona e a adolescência se lhe oferece à memória, terreiro banhado de luar, tão claro que sem esforço nele se encontra a agulha perdida” (PAIM, 1965, p. 52).

A figura da escada pode ser representada como um tipo de cronotopo, definido por Bakhtin (2010) como uma relação em que artisticamente, há uma indissociabilidade entre o tempo e o espaço, ou seja, é possível que o espaço se intensifique e adentre o movimento do tempo, do enredo e da história, de modo que se torna possível verificar sinais do tempo no próprio espaço, e este, por sua vez, medido pelo tempo, havendo um cruzamento entre ambos.

Assim, observamos que na narrativa é no espaço da escada que a personagem circunscrita em um determinado tempo, o presente, se apropria de um outro tempo e se transpõe para o passado. Assim, ambos se entrecruzam e se condensam, trazendo para o enredo fatos, imagens e informações a respeito dos acontecimentos da vida de Catarina. Desse modo, vemos que a escada serve como um ponto de encontro da personagem com suas reminiscências, ou talvez com uma de suas tantas faces:

Que é um muro? O inteiriço? Muro de pedras. Pedra com pedra e pedra. Muitas pedras e argamassa, plural feito unidade. “Sou um muro, Catarina com Catarina e Catarina. Quem ligou as muitas? Quem as mantém ligadas? Vida? Tempo? Memória?” Abandonou compreender, agarrou-se à certeza de ser um bloco (PAIM, 1965, p. 58).

Ainda com relação a essas memórias evocadas pela protagonista, é possível analisá-las como um tipo de espaço mental, haja vista que é através delas que se abrem ao leitor imagens remissivas da infância da personagem. Nesse âmbito, elas se ajustam às premissas de Deleuze e Guattari (1997), para os quais o pensamento é uma série de movimentos de territorialização e desterritorialização, sendo a geografia, por seu turno, caracterizada não somente de forma física e humana, mas mental, assim como a paisagem. Eles alegam ainda que é possível realizar uma viagem em um mesmo lugar, sem que necessariamente ela se desenvolva em extensão, pois o que conta seria a intensidade já que pensar também é viajar.

Desse modo, na obra, Catarina retorna ao seu passado através do pensamento, o que se configura como uma espécie de deslocamento mental, trazendo para a trama informações, fatos e imagens da sua infância.

Considerando ainda as memórias como um tipo de espaço ficcional, Dourado conceitua labirinto como uma reorganização e não como confusão ou caos: “Uma ordem codificada e cifrada, sistemas de signos” (1974, p.5).

Dessa maneira, na obra, quando a personagem se entranha em suas reminiscências, parece buscar a razão de sua existência humana, ou seja, é através das lembranças do seu passado que procura compreender o presente: ser mãe, esposa, escritora, o seu estar no mundo ao tempo em que tenta compreender as marcas deixadas em si pelo abandono na infância: “Toma da candeia, mergulha nos corredores da memória procurando a si mesma num quarto estranho, em certa manhã de maio” (PAIM, 1965, p. 148). O que nos leva a supor que se trata de reorganização labiríntica sobre o sentido da sua vida: “— Um dia, Catarina, vai encarar sua vida como um todo, vai percorrer a estrada até onde ela se perde na ausência de memória. Desabam os compartimentos selados” (PAIM, 1965, p. 51).

Outrossim, Dourado (1997) afirma ainda que na narrativa labiríntica não se pode perder o fio e que para que esta seja um perfeito labirinto não se pode ter um ponto de chegada e outro de partida diferenciado, mas que podem ser os mesmos. Assim, também em *O sino e a rosa*, o ponto de chegada e de partida que se dá em torno do entrecruzamento do passado e do presente da personagem é o mesmo, pois ora a protagonista parte do passado (ponto de partida) para compreender o seu presente (ponto de chegada); e ora parte do seu momento atual, dos conflitos do momento presente (ponto de partida) que a levam a uma viagem de volta ao passado (ponto de chegada), mas não permanece ali, não é o seu destino final, visto que essa volta se dá somente para compreendê-lo e trazer respostas para o presente. Logo, esse movimento cíclico entre os dois momentos ocorre tal como acontece no labirinto, tornando tanto a entrada quanto a saída como um ponto indissociável, único.

Assim, as passagens memorialistas que a obra nos traz atreladas à imaginação da personagem se configuram como um espaço labiríntico.

Quem os não possui/ Quem garante que trechos do passado não explodam, galeria condenada de mina em abandono? O “não pise além”, que melhor tradução de prudência? Escada de mármore, torre do sino, trepadeira amarela: compartimentos selados. “Ressonem mortos, apartai-vos de mim”. Noite de vigília e espera de vida... Vai percorrer a estrada da vida até onde se perde na ausência de memória. Memória, armadilha dos tempos. Por que cair prisioneira? (PAIM 1965, p. 51)

A breve análise empreendida em torno da representação dos espaços dessa obra nos permitiu observar que eles estão diretamente imbricados com o fenômeno do abandono e carregam as imagens desse ato, seja de forma mais explícita como o Orfanato ou mesmo o Educandário, seja de modo que precise um olhar mais aprofundado, como o caso da escada e a casa.

4.3 A presentificação do abandono nas personagens

Como vimos no subcapítulo 4.1.1 do presente trabalho, tanto a voz da personagem na infância como em sua fase adulta, assim como a do narrador, são recursos utilizados para evidenciar o tema do abandono. Neste subcapítulo, aprofundaremos o modo como as personagens permeiam a narrativa e dão vida a reforçar esta temática.

Para isso, buscamos em Brait (1985, p. 10) a noção de que as personagens, embora sejam constituídas de matéria ficcional, ainda assim tendem a representar a vida e conseqüentemente provocam no leitor as mais variadas emoções, a ponto de se tornarem inesquecíveis.

Para esta autora, é importante não perder de vista que, se quisermos conhecer mais a respeito da personagem, é na construção do texto que deveremos buscar informações, visto que antes de tudo ela é linguagem, e, portanto, sua existência se dá pela palavra e a partir dela. Entretanto, é fato que existe uma intrínseca relação entre elas e aquilo que representam: as pessoas, pois reproduzem um mundo exterior ao texto (BRAIT, 1985, p. 11).

Nessa perspectiva, Brait (1985, p. 18) lança a discussão para os processos artísticos, através dos quais o homem recorre aos recursos linguísticos e utiliza estratégias próprias, reinventando e reproduzindo a realidade a partir da sua visão de mundo. É, portanto, por meio das palavras que o autor constrói suas personagens, e estas paulatinamente vão se erigindo aos olhos do leitor e, conseqüentemente, construindo o texto literário.

Na esteira desse pensamento, Candido (2009, p. 14) argumenta que embora a ficção se defina de forma visível em termos lógicos e ontológicos, independentemente da personagem, esta é um elemento que evidencia a natureza ficcional do romance, pois traz a marca manifesta do seu caráter ficcional como exemplo disso, são citados os textos que se iniciam descrevendo paisagens, cenários, ambientes, mas que não se

tornam uma mera descrição ou um relato justamente por causa da presença do elemento humano que é antropomorfizado, ou seja, graças à inserção de um ser humano fictício, a personagem, sendo esta o elemento revelador do trabalho imaginário planejado na trama do texto.

Em *O sino e a rosa*, personagem principal Catarina é introduzida desde o início do livro, associada a uma figura, Maria Augusta, mas só saberemos de quem se trata, à medida que os fatos transcorrem juntamente com a caracterização destas personagens. Assim, descobrimos em seguida que Catarina se refere à mãe de Maria Augusta, pois através das primeiras pistas do texto verificamos que, ela possui um papel fundamental na vida de Catarina. Posteriormente, saberemos que além de mãe, Catarina também é a esposa de Henrique. O enredo, desse modo, vai se estabelecendo concomitantemente com as personagens: “No topo da escada, Catarina espera. “No terceiro dia, tudo se define” (PAIM, 1965, p. 11). Início do livro. E posteriormente:

(...) Dorme o marido, dorme Emília. Que diferença lhe faz ao sono que verde seja a noite? (...) Pela porta entreaberta avista o berço e o fardo embrulho no cobertor. Maria Augusta! Como se ama um pedaço de gente! Coragem e medo, esperança e desespero, humildade e orgulho, egoísmo e renúncia, contrários habitando o mesmo sentimento. “Que adianta permanecer sobre a terra sem a vida de Augusta?” O pensamento lhe abrasava os olhos secos perto do meio-dia, quando a vertigem amoleceu o corpo da criança úmida do banho, jogada sobre a toalha, na cama de casal. A morte? Súbito, um raio, a prece fendeu-lhe a alma (PAIM, 1965, p.11).

E mais adiante: “— Meu Deus, que minha vida passe para ela! Seja eu fulminada, salve-a a minha filha” (PAIM, 1965, p. 12). As falas seguintes expressam algumas ordens dadas a uma terceira personagem introduzida na trama, Emília, o que nos leva a supor que se trata de sua criada, e adiante a menção a Henrique, definido como o seu esposo:

—Dona Catarina, remédio.
A voz estrangulada age de chibata. Agir, correr, salvar. (...)
— Coramina, Emília.
E acrescenta:
— Atravesse a rua, vá buscar Henrique. (...)
— Limpe esse rosto. Vá.
Henrique já engolia os degraus com pés famintos. Gira a maçaneta, seus olhos absorvem o quadro. Um olhar, uma partilha, e o aço reverte em fraqueza. (...) Henrique se dobra sobre a filha e, ao erguer a cabeça, os olhos trazem secura de areia solta (PAIM, 1965 p. 13).

Temos na cena descrita acima aquilo que seria configurado como o primeiro conflito do romance: a doença que acomete Maria Augusta. Este conflito desenrola-se

concomitante com a apresentação das primeiras personagens, as quais estão bastante apreensivas com tal situação. Vemos delinear-se assim a representação de uma família composta pela esposa, o marido, a filha e uma serviçal.

Ainda nas primeiras páginas há uma ligeira menção a outros personagens, de que só tomaremos conhecimento com o desenvolver dos fatos. Trata-se de figuras reveladas pelas primeiras memórias da infância de Catarina, as quais atravessam o seu momento presente. Essas memórias são sempre impregnadas de uma linguagem simbólica, o que nos impele a uma busca de referentes e significados e nos desloca constantemente para uma intersecção entre o passado e o presente da protagonista:

Cerimônia distante se interpõe entre ela e o médico, retarda a inteira compreensão do que lhe acontece no momento. O órgão se alastra na capela do convento, a balastrada do côro esconde parcialmente o vulto de Madre São João. Nos bancos laterais, as freiras têm sentimentos murados na expressão abstrata. Os sons vão desmaiando, extinguem-se. Um brado se ergue: crescei e multiplicai-vos. A voz de Monsenhor assusta, jorrando de supetão sobre os fiéis. Que experimentava Leonor, de véu e grinalda, no lugar de honra perto do altar, nessa missa festiva? (PAIM, 1965, p. 19).

Observamos já nas primeiras páginas do romance que as primeiras lembranças da infância vêm vinculadas à questão do abandono: “Uma órfã, por mais cedo que haja perdido a mãe ou o pai, encontra quem lhe diga: “Eram verdes os olhos de tua mãe. Eram negros os cabelos de teu pai.” Não descobriu, jamais, quem lhe pudesse oferecer um traço as duas faces desertas” (PAIM, 1965, p. 27).

A alusão feita a uma personagem de nome Madame Jordão também, nas primeiras páginas, nos faz entrever que se trata de uma senhora que financia os estudos de Catarina e que poderia vir a adotá-la: “(...) Ainda não foi adotada por Madame Jordão. Por enquanto, a piedosa senhora lhe oferece uma oportunidade de estudar” (PAIM, 1965, p. 27).

Uma vez que somos inicialmente situados sobre o passado de Catarina compreenderemos a parte central do enredo deste romance, o qual trata de um conflito existencial vivido por uma mulher na idade adulta, que é invadida pelas lembranças dramáticas do abandono na sua infância. Desse modo, através da construção da linguagem, as personagens vão dando “vida” à história e representando um mundo exterior ao texto.

Ao traçar um apanhado histórico sobre as variadas concepções de personagens adotadas ao longo do tempo, Brait (1985, p. 36) explica Horácio foi quem favoreceu

decisivamente para instalar uma tradição que compreendia a personagem por meio de moldes humanos, pois era a partir desse elemento da narrativa que se enfatizava o caráter moralizante da arte, ou seja, busca-se através das personagens não somente imitar os seres vivos, mas utilizá-los como exemplos de seres que deveriam ser imitados, o que levava a literatura a possuir uma função pedagógica e a estabelecer uma relação entre a arte e a ética.

Mas essa tradição é rompida a partir de várias circunstâncias do final do século XVIII e durante o século XIX, sendo substituída por uma visão psicologizante que atribuía a construção das personagens como fruto do universo psicológico do autor. Sendo que, através de Luckás, a personagem passa a ser atrelada à estrutura do romance e influenciada pelas questões sociais (BRAIT, 1985, p.40).

Se fôssemos analisar a personagem principal de *O sino e a rosa*, a partir dessas duas perspectivas, observaríamos que, com relação à tradição antiga de Horácio, Catarina, de fato, nos transmite um grande ensinamento: tendo em vista que ela era uma criança que foi abandonada e vivia em um orfanato através de uma caridade, seu futuro poderia ser infeliz. Porém, a personagem, de certa forma, consegue empenhar-se a ponto de conquistar seu sonho de ser escritora e fazer parte de uma família. O mérito inicialmente vem da dedicação aos estudos e às leituras que a fez destacar-se perante as demais meninas do Educandário. Isso pode insinuar que a literatura também serve como um caminho de salvação para o indivíduo, que é marginalizado pela sociedade.

Catarina é ainda uma personagem inconformista. Aquela que reluta contra as forças impostas pelo destino, contra as injustiças que se abatem sobre si, ela vai atrás daquilo que deseja:

As pregações de Irmã Júlia sempre malham a circunferência quadrada. (...)
 — Fale, minha filha.
 — Toda circunferência é mesmo redonda?
 — A luz murchou no rosto da freira, uma quase impaciência latejando em seus olhos.
 — Todas, todas, Catarina.
 — Pois vou ser a circunferência quadrada.
 — Por quê?
 — Não tem nenhuma. Serei a única (PAIM, 1965, p. 28).

Catarina possui espírito impetuoso, revolucionário, sente sede de liberdade e isso a faz identificar com figuras como Tiradentes:

Vendo-a muito espigada na beira da cama, Madre Tereza deixou a janela e sentou-se ao lado.

— Qual a figura de nossa história que mais lhe entusiasma e comove?

— Tiradentes.

— Por causa da força?

— Não. A independência.

— Independência, inconformismo, coragem (PAIM, 1965, p. 62).

Assim, de certo modo, a personagem parece nos ensinar que é possível lutar contra as forças do destino, mesmo quando este parece não nos favorecer em alguma determinada fase da nossa vida, que não podemos nos resignar diante dele e que é possível contorná-lo. Além dessa perspectiva, a questão do abandono também é apresentada pelas personagens, o que toca diretamente nas questões sociais.

No entanto, não podemos nos deter apenas a essas duas formas de conceber a personagem, já que, como explica Brait (1985, p.43), com os formalistas russos ela passa a ser vista desprendida da relação com o ser humano e tida como matéria linguística. Desse modo, a obra é entendida como um conjunto organizado por todos os elementos que dela fazem parte e nesse sentido é no interior da obra literária que se encontra o seu objeto, dando-lhe assim um estatuto de sistema particular, sendo a personagem um signo dentro de um sistema de signos, ou seja, ela faz parte da instância da linguagem.

Candido (2009, p. 24), por seu turno, também contribui para a dissociação entre a personagem e uma existência real, pois para este crítico é importante diferenciar a realidade das objectualidades puramente intencionais, visto que aquela possui uma multiplicidade infinita e dela só podemos depreender uma parte, dada a limitação da segunda.

Isso se dá porque a nossa visão da realidade já é por si só fragmentada e limitada e, assim, as orações que compõem o texto que representa o mundo são ainda mais restritas. Essa limitação das orações decorre da delineação definitiva da personagem, e isso não é possível obter quando observamos pessoas reais, pois na sua elaboração ficcional o autor pode manipular aquilo que lhe convém, realçar e levá-las, desse modo, a situações mais significativas e mais ricas do que as que acontecem na realidade, já que na ficção é mais factível concentrar e seleccionar “os fios dispersos e esfarrapados da realidade num padrão firme e consistente” (CANDIDO, 2009, p. 27).

Desse modo, para este crítico, em termos epistemológicos, é na ficção que o ser humano se torna mais transparente a nossa visão porque, neste caso, não se tratam de seres autônomos, mas intencionais, elaborados por orações.

Unindo a seleção dos aspectos esquemáticos à experiência estética, isso resulta na contemplação e emoção provocadas no leitor, que, por sua vez, tem a possibilidade de viver através da personagem experiências que provavelmente a realidade não lhe ofereceria, seja pela crescente redução destas ou mesmo por estar envolvido demasiadamente nela, o que não lhe permitiria a contemplação. É, pois, a ficção, e sobretudo as suas camadas irreais mais profundas, que concede ao homem a liberdade que não é oferecida pela vida real ao oportunizar, experimentar e contemplar o reino do possível através das mais variadas personagens (CANDIDO, 2009, p. 36).

Como vimos no capítulo 4.1 sobre o narrador, o qual nesta obra encontra-se em terceira pessoa, há o intento de ganhar a credibilidade do leitor, contando os fatos da história e assim é ele o responsável por traçar as características das personagens.

Para Brait, o narrador é que conduz o leitor para visualizar um mundo que está se recriando à sua frente. Assim, é ele que tece a imagem da personagem. Desse modo, ao descrever a personagem a narração pode funcionar como uma espécie de câmera, que ao utilizar as palavras remetem para um mundo extratexto, logo identificado pelo leitor (1985, p.58).

É justamente o que vemos ocorrer em *O Sino e a Rosa*. Muito embora o narrador se mantenha fora dos fatos, ele também se mistura com a própria voz da personagem e faz crer ser ela mesma quem narra seus pensamentos, dando-nos, muitas vezes, a impressão de ser uma espécie de monólogo da protagonista, que a faz refletir sobre si mesma e sua vida, flagrando momentos que marcaram a sua infância. Porém, não se trata de um monólogo por excelência porque ainda assim existe uma voz que narra os seus pensamentos e os fatos, além disso há diálogos traçados entre a protagonista e outras personagens.

O narrador, desse modo, se dissimula como uma câmera que segue registrando o percurso da personagem e conduzindo o leitor por um determinado caminho. E em alguns momentos faz com que nos instalemos nos pensamentos da personagem.

Este mesmo narrador em terceira pessoa, que conhece tão bem de perto a personagem, torna-a transparente, revelando não somente as suas ações, mas suas reais intenções, aquelas que muito provavelmente não seria possível descobrir com pessoas reais. Assim, ele desnuda a personagem e nos faz conhecer de perto o sofrimento que atravessa a infância de Catarina, seus verdadeiros conflitos, o que nos torna compassivos a estes. É basicamente isso que experimentamos com Catarina na sua infância, somos conhecedores de seus propósitos de forma muito clara. A exemplo

disso poderíamos citar o episódio do castigo sob o sino, quando sofre uma injustiça por ter sido acusada pela Madre São João de algo que não cometeu. Catarina é posta em pé na coluna do sino até que peça perdão à freira, mas recusa-se a fazê-lo sob alegação de que sofreu uma injustiça:

— Já venci meu combate, Madre Superiora.
As cabeças baixas se aprumam, todos os olhos grudados em seus lábios.
— Fale, minha filha.
— A razão é minha, sofri injustiça. Se desculpa tem se ser pedida, Madre São João que o faça.
Madre superiora chupou o ar com as narinas dilatadas (...) — Catarina, dou-lhe outra oportunidade. Peça desculpas e nós duas, Madre São João e eu, passamos uma esponja sobre a conduta de hoje (...) — Vamos, minha filha.
— Não posso. Estrangulando a fraqueza, acrescentou: — Tenho razão (PAIM, 1965, p. 115).

Nesse episódio, é possível crermos antecipadamente que Catarina fala a verdade, não somente pelos fatos explicitados que indicam que ela possui razão, mas porque a essa altura do texto fomos situados em relação às principais características da personagem e a conhecemos de perto, o que nos leva a sabermos que ela não tolera injustiça e que se mantém ostensiva em combatê-la. Desse modo, não nos surpreende que ela permaneça reticente diante do castigo até que a verdade venha à tona. O que é confirmado nas cenas seguintes, pois se passaram dois dias de castigo em que a menina se manteve de pé diante da coluna do sino: “(...) Creio em meu espadachim. Se há dois dias está de espada nua, em duelo de vida e morte, defende a justiça” (PAIM, 1965, p.16).

As personagens são assim delineadas e submetidas a um determinado espaço e tempo e estão tão intimamente ligadas ao enredo que se torna impossível pensá-lo dissociado delas, pois as personagens vivem o enredo e o tornam vivo (CANDIDO, 2009, p. 39).

Contudo, como bem enfatiza este crítico, não se trata de considerar a personagem como o elemento fundamental do romance porque isso significaria conjecturar que sua presença independe dos demais elementos da narrativa, o que seria um equívoco. Mas compreendê-la como um dos constituintes mais atuante da obra, sabendo que sua existência se dá em conjunção com os demais componentes, inclusive com as realidades que representa (CANDIDO, 2009, p.40).

Para Candido, a personagem representa ainda um dos grandes paradoxos da literatura, posto que se trata de um ser fictício, o que leva ao questionamento “como pode uma ficção ser? Ou como pode existir o que não existe?”. E, para responder a

esses questionamentos, recorre à verossimilhança, a qual transforma a criação literária em uma comunicação da verdade existencial:

De fato, como pode uma ficção ser? Como pode existir o que não existe? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste (Candido, 2009, p. 40).

Assim, uma das características que difere a personagem dos seres vivos é que, no romance, ela se apresenta de forma definida, o que a torna mais coerente e lógica. Desse modo, nossa interpretação sobre ela é conduzida pelo escritor, de acordo com os recursos de que ele dispõe para caracterizá-la, ou seja, elas obedecem a uma lei própria, enquanto que com os seres vivos essa interpretação pode ser múltipla e variar de acordo com o tempo ou com suas condutas (Candido, 2009, p. 44).

Pensar personagens, portanto, não é pensá-las como seres reais porque isso contraria a própria matéria do romance, mas compreender que elas mantêm uma relação com a realidade, sendo ou não uma transposição fiel de modelos, ou mesmo fruto de uma criação totalmente imaginária.

Isto posto, nos ajuda a compreender a representação das personagens no romance *O sino e a rosa*, pois como vimos a personagem dá vida ao enredo, e nos é apresentada através do narrador. Posteriormente, veremos que ela também ocupa os espaços da narrativa, além de estabelecer pontos com a realidade, mas sem confundir-se com esta. A seguir, faremos um breve aprofundamento das principais personagens citadas no livro.

4.3.1 As personagens e suas respectivas caracterizações

Brait (1985) traça uma classificação sobre as personagens. Entre estas encontram-se as denominadas planas, que seriam aquelas construídas ao redor de uma única ideia ou qualidade, isto é, ao longo da narrativa elas permanecem inalteráveis.

Transpondo para o romance *O sino e a rosa* verificamos que a grande maioria das personagens obedecem a esse perfil. O primeiro exemplo que podemos citar é Henrique, o esposo de Catarina e pai de Maria Augusta. Este personagem sem muita expressividade no romance parece funcionar apenas para ilustrar que Catarina possui

uma família, composta por ele e a filha. Henrique é caracterizado como um bom pai e marido, mas quase não aparece na trama, e não influi tanto nos conflitos, os quais giram em torno da personagem principal, que é Catarina:

— Sente-se e escute, Henrique.

A notícia abateu-se sobre ele. Um Henrique atordoado, expressão de sonâmbulo, assim permanece em sua memória o rosto daquele minuto, sempre reproduzido com a fidelidade de um instantâneo. Rosto sem luz, tão idiota que lhe despertou na hora uma ternura, como não sentira ainda pelo marido (PAIM, 1965, p. 19).

A ordem expressa neste trecho demonstra que Catarina, de certa forma, é quem comanda a casa e a família. Essa fala como as demais que seguem nos poucos diálogos traçados entre os dois, reforça a ideia de ser ele um personagem secundário pois sua função é somente demonstrar que Catarina possui um marido, configurando-se como uma espécie de coadjuvante na reprodução humana e também na trama. Nisso vemos apresentar-se uma das características paiminiana, a qual procura romper com os romances patriarcalistas e ressalta a voz e o poderio da figura feminina.

O narrador inclusive associará a figura de Henrique a um fantasma, fazendo jus à função de sombra que ele parece exercer no romance: “Mudo, atrás de seu jornal desfraldado em biombo, que teria, naqueles anos, pensado Henrique da esposa que matraqueava sua máquina de escrever como se atirasse aos ventos um punhado de desaforos?” (PAIM, 1965, p.23).

— Se descansarem, eu resisto. Durma de dia, vá Henrique. Vai empurrando-o para o quarto, afasta-se da porta quando o vê enrodilhado na cama de solteiro, a ponta do lençol a evolver-lhe a cabeça como um torço. Sorri. Que esquisito, nos primeiros tempos de casados! Não vencia a impressão de dormir na mesma cama de um fantasma (PAIM, 1965, p. 23).

E foi somente com a chegada da criança no seio familiar que o relacionamento entre eles se avivou:

Compreendeu quanto o marido quis filhos, naqueles nove anos em que o casamento deles se tornava subterrâneo, os dois perdidos na sombra, as mãos desgarradas esquecidas do contato das mãos do companheiro. Teve um lampejo de grandeza: nunca lhe transpareceu decepção, nenhuma censura lhe escapou dos lábios. Uma coisa não inteiramente dominada, aquela cobiça que se lhe extravasava da alma em olhos compridos para as crianças em colo de outras mulheres, quando alguma se sentava diante deles, no bonde ou lotação. Apenas o olhar falou, a boca foi um silêncio (PAIM, 1965, p. 20).

Um segundo exemplo de personagem plana seria Emília, que também se mantém inalterada e sem muita vivacidade. Emília praticamente não possui voz no

romance e, quando fala, normalmente é para obedecer às ordens, fazendo jus a sua condição de serviçal: “—Estou aqui. — Muito bem, Emília. Deixe o embrulho no quarto. Sim, esta porta mesmo. Depois venha me ajudar” (PAIM, 1965, p. 26).

Assim, como Henrique, Emília também é caracterizada como um fantasma, como seguem as descrições abaixo que registram o momento em que ela é apresentada a Catarina, pois, para ser contratada para ajudar nos trabalhos domésticos, precisou de uma outra pessoa para intermediar as negociações:

(...) Por que uma criatura tão despachada precisou trazer de acompanhante esta figura quase invisível? Para o contraste lhe acentuar os méritos? (...) A morena apontou o mudo fantasma que alisava a prega da saia (...) — Com o tempo a senhora vê que Emília é expedita. Dá conta do serviço sem ser mandada duas vezes. (...) — Dona Catarina, muito agradecida. Pode puxar por ela. É um boi pesado. Caladona e trabalhadeira (...) Não é moça jovem, nem ostenta figura para namoros. Pode contar com ela no batente, noite e dia, feriado e dia santo (PAIM, 1965 p. 25).

É interessante observarmos ainda a respeito de Emília que ela não possuía uma família, era sozinha no mundo até ser contratada por Catarina e desenvolve um relacionamento afetuosos com Maria Augusta a ponto de conquistar a confiança e o afeto de Catarina.

(...) Debaixo do tamarineiro, Emília sentada no caixote. No colo, Augusta esfregando os pés nus um ao outro, a mão correndo de leve o rosto da estranha. “Vejo milagres, ó meu Deus.” Em três dias, Emília se agarrou à criança, as duas refugiadas na sombra da árvore. Determinada, a sua função (PAIM, 1965, p. 26).

Emília é uma personagem feminina e o romance parece também sugerir que, embora ela não tenha tido filhos, seus instintos maternos são postos em evidência ao cuidar de Maria Augusta:

— Emília, obrigada. Por tudo... Pressiona-lhe as duas mãos de dedos entrelaçados. Quanta bondade, dedicação, carinho e afeto estão aprisionados nesses dedos rudes. Teriam sonhado um filho aqueles olhos cansados? Primeira vez experimenta gratidão na sua forma mais pura: enternecida com o fato de ser devedora (...) “esta mulher deixou de ser empregada, é companheira. Gostava de saber o que se sente diante de irmã.” (PAIM, 1965, p. 70).

A junção de Emília à família estabelece uma aproximação com Catarina a partir do cuidado e zelo maternal dispensado a Maria Augusta, o que leva a protagonista a experimentar um sentimento fraternal e a imaginá-la como uma irmã, visto que nunca teve a oportunidade de conhecer uma consanguínea. E, desse modo, se desenvolve um

vínculo de mulher para com mulher que amam uma mesma criança: “(...) Sete meses antes, não se conheciam. Agora, duas mulheres curvadas sobre a mesma criança, as vidas dependentes de uma terceira, pequenina em perigo. Criaturas desembocando de caminhos diferentes passaram a andar, ombro a ombro, na mesma estrada” (PAIM, 1965, p. 24).

Estas primeiras personagens compõem o núcleo familiar de Catarina e representam o universo do seu mundo adulto. Apesar de serem consideradas nesta análise como planas, elas não deixam de contribuir para a evolução do enredo. Tais personagens juntamente com os fatos a que estão ligadas fazem contraste com as que serão descritas a seguir, as quais fazem parte da infância e estão mais diretamente relacionadas com a questão do abandono.

Ainda no âmbito das personagens planas, podemos citar Irmã Júlia como um tipo de personagem que ao mesmo tempo representa uma presença materna para Catarina, posto ser aquela que sempre cuidou da menina no Orfanato quando esta foi abandonada, referindo-se a ela quase sempre como filha e também a que constantemente reforça a sua condição de abandonada:

(...) Quando a fila de órfãs passou à outra guarda, Irmã Júlia se aproximou. Foi empurrando-a de leve até caber no tamanho de menina, sentada a seu lado na ponta da carteira. — Ninguém deve querer ser o sal da terra. Feliz será, como um simples torrão no meio dos outros. Minha filha, existem pedras de todos os tamanhos, por que escolheu para sua tentação a pedra que, sozinha, é montanha inteira? (PAIM, 1965, p. 29).

Irmã Júlia possui assim essa dupla representatividade na vida de Catarina: proteção e repressão, pois é nela que Catarina encontra o amparo materno que não encontra na mãe biológica, mas é ela também quem não lhe deixa esquecer o drama de ter sido abandonada.

Ainda a respeito dessa personagem é interessante observarmos que, tal como Emília, Irmã Júlia parece experimentar a maternidade ao cuidar de Catarina. Ela também é uma figura feminina, que não possui filhos por ter optado pela consagração a Deus, a qual lhe desobriga da função de procriar, mas ainda assim traz as marcas de seus instintos maternos, os quais são evidenciados por meio dos afagos, cuidados e carinhos dispensados à menina.

(...) Entrei no convento, com quinze anos. Abaixo de Jesus Cristo, quem eu mais amo na terra é você, Catarina. Tenho medo do sentimento, não deixa de ser um furto de carinho às outras filhas, que o Divino Esposo colocou sob a minha guarda. Não sei como isto foi acontecer. (...) —Me recordo até da sua

chegada. Era meu plantão na portaria, aquela noite. Tocou o sininho da “roda” e a “roda” girou pesada. Conhecía por demais o que ia acontecer. (...) Nunca perdi você de vista. Era capaz de lhe reconhecer o choro entre mil (PAIM, 1965, p. 110).

Além de Irmã Júlia, Madre Tereza é uma personagem de muita influência na vida de Catarina. Esta freira, ao contrário da primeira, é quem estimula a aprendizagem e os talentos da menina. Desafiando-a sempre e a impulsionando a progredir cada vez mais, despertando a autoconfiança em si mesma.

— Possui talento, pode ser o que sonhou. Uma escritora não brota todas as manhãs, é trevo de quatro folhas em multidão de folhas iguais. Se estudar, aprender e trabalhar bastante atinge aquilo que se propôs atingir. Gosta do estudo e tem nas mãos a possibilidade do ginásio. Sua natureza pede uma vida rica de acontecimentos e a perspectiva de adoção lhe abre a porta do convento para um lugar no mundo. Se a teimosia vencer o raciocínio, o que lhe virá depois do sino é o futuro na sombra.
(...) o rosto da freira acendia-se, os olhos reencarnavam beleza, ágeis e endiabrados. Aquela mão posou-lhe no ombro e os dedos lhe apertaram a carne significativos, um abraço (PAIM, 1965, p. 114).

Desse modo, as duas freiras representam forças opostas e ao mesmo tempo complementares para Catarina. Enquanto uma lhe instrui a obediência e a humildade, a outra lhe encoraja a alçar voos em direção à liberdade, a traçar metas e conquistar sonhos:

Duas mulheres semearam ternura naqueles anos. Diversos foram os resultados do carinho. Uma procurava amortecer-lhe os sentimentos, empurrando-a para a humidade. Outra, espicaçando-a sem tréguas, gritava-lhe o valor de um caráter, que todo fardo tem levado de cabeça erguida. Amou com devoção as duas mulheres, aquela que a recebia todas as manhãs e a outra que a esperava à noite, uma de cada lado do pesado portão. Educandário e orfanato. Irmã Júlia e Madre Tereza, luzes contraditórias que procuravam identificar a verdadeira saída da planície. Lonjura que se desdobrava diante de seus olhos adolescentes, interminável, entrecruzada de caminhos (PAIM, 1965, p. 30).

Madame Jordão também é uma personagem que neste primeiro livro não se altera. Caracterizada inicialmente como uma senhora poderosa e piedosa, já que é ela quem possibilita a Catarina os estudos no Educandário financiando-os. Porém, muito mais do que um apadrinhamento, a menina sonha em ser adotada por esta mulher, a qual se mostra sempre muito distante e fria para com a menina, sem conceder-lhe qualquer demonstração de afetuosidade:

—Ainda não foi adotada por Madame Jordão. Por enquanto, a piedosa senhora lhe oferece uma oportunidade de estudar. (...) “Por que me fecha a alma?” Antipatia súbita neutralizou o impulso que acalentava de dar-lhe um abraço,

ao invés do beijo na mão, como havia sugerido a Madre Superiora, enquanto a guiava no parlatório (PAIM, 1965, p.27 e p. 38).

Ela influi diretamente nos conflitos internos da menina, sobretudo por ser a pessoa mais propensa a adotá-la, porém existe um longo período de incerteza sobre a adoção, e isso atrelado ao seu distanciamento sentimental gera muitos dilemas e inquietudes em Catarina: “(...) Pensava na adoção, a pender de requisito insuspeitado. Por que não voltou Madame Jordão ao parlatório? Ficava-lhe a boiar a frase do engenheiro: “Não se intimide com Vitória” (PAIM, 1965, p. 71).

— “Os olhos são as janelas da alma” --- dizia sempre Irmã Júlia. “Por que me fecha a alma?” Antipatia súbita neutralizou o impulso que acalentava de dar-lhe um abraço, ao invés do beijo na mão, como havia sugerido a Madre Superiora, enquanto a guiava no parlatório (PAIM, 1965, p. 38).

A associação entre a personagem Madame Jordão e o véu escuro, que recorrentemente usava, parece sugerir uma relação desta com o fato de ser uma figura até então desconhecida para Catarina, visto que ela nunca permitiu uma real aproximação com a menina: “(...) Nunca se lhe apagou da mente aquela face sem expressão porque os olhos não existiam, encobertos pelo véu de renda negra a cair meio enviesado da aba estreita do chapéu (...) Na memória, Madre Tereza sempre associada ao Pirilampo, Madame Jordão com o véu negro da primeira visita. (PAIM, 1965, p. 32).

Leonor é uma personagem plana também com um papel secundário no romance, mas que contribui para enfatizar o drama do abandono que perpassa todo o enredo. Trata-se de uma amiga de infância de Catarina, que estudava no Educandário com ela. É uma das poucas meninas que se é mencionada e ganha uma atenção especial no romance pelo fato de ser confidente de Catarina, e também por não ter mãe, pois ficou órfã aos três anos de idade. A dor e o sofrimento compartilhados entre as duas gera uma certa identificação entre ambas e desenvolve um forte laço de amizade: “(...) — Pois, Catarina, já vivi muita coisa. Estive no Rio de Janeiro só que não lembro de nada, tinha três anos e mamãe ainda era viva. (...) Uma tarde, Adalgisa veio correndo de olhos vermelhos. — Leonor, venha. Sua mãe está morrendo (PAIM, 1965, p. 130).

De acordo com a classificação de Brait (1985), existem também as personagens que são classificadas como redondas. Estas, diferentemente das personagens planas, apresentam múltiplas características, de modo a surpreender o leitor por sua complexidade.

Assim, no presente romance, Catarina pode ser caracterizada como este tipo de personagem, dada a sua capacidade multifacetada de se apresentar, pois tanto a menina quanto a mulher ora são retratadas envoltas de dramas e conflitos, o que nos sugere tratar-se de personagens frágeis e ora vão se revelando corajosas, geniosas e de personalidade marcante. Assim, o leitor é levado a descobri-la juntamente com a busca que a própria personagem traça para compreender a si mesma à medida que suas lembranças vão surgindo.

Observemos nos trechos a seguir que, tanto na fase adulta como na infância, a menina demonstra uma certa teimosia, o que confirma que possui uma forte personalidade: “—A noite é minha. Daqui, ninguém me arreda. — Mulher, mais teimosa do que jegue empacado (...) Não é teimosia, convicção. Sei das consequências e aguento com elas. Sofri injustiça e tenho sangue vivo. Se alguém debaixo deste sino tem se dobrar diante de outra pessoa, este alguém é Madre São João diante de mim” (PAIM, 1965, p. 69 e p. 115).

Essa personalidade marcante se explica também pelo fato de ser chamada de Espadachin por Madre Tereza, pois não é em vão que é armada simbolicamente como uma cavaleira, visto estar sempre a lutar, não com uma espada propriamente dita, mas armada pela sua força, talento e vontade de vencer. Além disso, está munida também pela palavra, pois a leitura e escrita são consideradas no romance como potentes armas contra a injustiça e os infortúnios traçados pelo destino:

(...) Devia ter ficado encarnada, um lacre. Ergueu a cabeça e, bem em frente, os olhos de Madre Tereza esperavam os dela. — Catarina, ao quadro-negro. Levantou-se com raiva. “Se é para envergonhar-me mais ainda, está enganada. Matarei os seus verbos e advérbios, adjetivos e substantivos com pauladas certeiras (...) — O duelo terminou. Com meus respeitos, embainhe a espada, Catarina (...) — Muito bem, espadachim (PAIM, 1965, p. 49, p. 54).

Observemos também que essas características contrastam com outros momentos da narrativa em que nos deparamos com uma figura vulnerável e delicada:

(...) Catarina põe-se a alisar os cabelos alinhados, a mão cheia de suavidade resvalando até as espáduas, na ilusão de um maior aconchego sufocar o calor. Roça as faces contra a flanela do pijama, ela mesma querendo proteção no contato com a filha (..) Só dentro do mundo, caída do céu por descuido, elo solto de uma cadeia, gota de água no mar — aplicava a si mesma essas expressões, ouvidas a cada passo, largadas sem reflexão de possível consequência, e ela se lhes ajustavam ao destino com perfeição (PAIM, 1965, p. 22 e 27).

De acordo com Brait (1985, p.51), teríamos ainda a personagem que conduz a ação, pois é através dela que os acontecimentos são impulsionados, carregando a “força temática” que pode nascer de um desejo, de uma necessidade ou de uma carência, e antagonizando essa força, há a personagem oponente que gera o conflito e dificulta o movimento em direção àquilo que ela almeja.

Normalmente, percebe-se que as características de uma determinada personagem se contrastam com as de outras que compõem o enredo. Em *O sino e a rosa*, porém, verifica-se que esse contraste é realizado entre a própria protagonista e si mesma, pois na infância seu maior desejo é o de pertencer e possuir uma família, mas é também nela própria que se desenrolam os conflitos opostos a este desejo. Estes partem de uma interioridade para a exterioridade, enquanto que na fase adulta, Catarina demonstra querer “encontrar-se”, descobrir quem de fato é, mas as lembranças se avolumam e ela se demonstra confusa e perdida no mar de si mesma. Assim, também poderíamos supor que tanto a força temática quanto a antagônica coexistem na mesma personagem:

Qual a Catarina que fez isto? A menina que girou na roda, naquele plantão de Irmã Júlia? O espadachim de Madre Tereza? A protegida de Vitoria? A prisioneira do quarto de ladrilhos brancos, sob a torre de vigiar navios negreiros? A pensionista do Largo em Triângulo, com nome que era data de independência? A mulher de Henrique? Qual a Catarina que se dobrou horas sem fim puxando da alma o longo fio da vida, que tece uma história? (PAIM, 1965, p. 57).

Poderíamos ainda atribuir ao destino essa complementaridade entre a força temática e seu contraponto, pois ao mesmo tempo em que as situações difíceis que a menina atravessou na infância são decorrentes deste, é justamente esse o motivo que a leva a sonhar com uma família. Assim, a força antagônica que gera o conflito da obra pode ser vista também pela perspectiva do destino, já que Catarina parece ter sido predestinada a ser uma criança abandonada. No romance, não se deixam claros os motivos que a levaram a tal situação. Além desse aspecto, em alguns momentos pontuais certas circunstâncias a impedem de alcançar aquilo que tanto almeja: conhecer sua própria família, ser parte de uma e ter uma família.

Por fim, ao analisarmos essas personagens, seja isoladamente ou em conjunto, verificamos que elas fazem parte de um universo correspondente ao abandono. Primeiramente, por referenciar-se à família que serve como um modelo idealizado, além de contrastar com a ausência de uma na infância da personagem. A seleção de cada uma das demais personagens que compõem a infância da menina também realça

o abandono: as freiras do convento e do orfanato, pois, sem estas, os espaços não seriam habitados e não transmitiriam a mensagem sobre como era a vida nesses ambientes, uma criança que fala o que sente, ao habitar esses lugares com as demais que se encontram em igual condição, uma família burguesa que financia os estudos da menina, simbolizando ou reforçando o funcionamento de uma vida condizente ao de abandonada.

4.4 Uma breve leitura do título da obra

A respeito do sugestivo título do romance, *O sino e a rosa*, somos instigados a perscrutar a sua relação com o enredo e sugerir uma chave de leitura do que está por trás do seu significado.

De acordo com alguns dicionários de símbolos de Manfred (2003), o sino expressa uma relação entre o céu e a terra. É com os sons do seu badalo que normalmente os fiéis são chamados para a oração, ou seja, para uma relação com Deus. Ele lembra também a obediência aos mandamentos divinos e, na Idade Média, era usado para exorcizar espíritos.

De forma análoga, verifica-se que na narrativa o sino está presente em vários momentos, sendo que uma de suas funções é demarcar o tempo, pois quase sempre sua menção está associada aos momentos da infância de Catarina. Assim, ele estará associado aos momentos vividos por ela no Educandário e no orfanato, e tais lugares são administrados pela Igreja Católica. Neles, a personagem é orientada a seguir obedientemente os preceitos religiosos, logo, a manter uma relação com Deus: “(...) Acordava, ia à missa de lábios lacrados, o coração seco, o corpo semivivo. Engolia o café e o almoço ou o jantar e, o sino na mesma coluna esperando-a (...) (Paim, 1965, p. 102).

Quando o enredo trata do momento presente da personagem, a alusão à badalada do sino nos alerta para uma mudança temporal na narrativa, a qual se deslocará para o seu passado: “Dois anos de vida dupla. As badaladas do sino marcam o encerramento das aulas no Educandário, toma livros e cadernos para voltar ao Orfanato” (PAIM, 1965, p. 30).

Ao pensarmos na matéria de confecção do sino, normalmente de metais, ou seja uma substância dura e relacionando-o a uma de suas funções que é instigar as pessoas a cumprir com os mandamentos divinos, poderíamos também supor que, na

narrativa em questão, ele simboliza o sistema austero a que a menina Catarina é submetida na vida de reclusão do orfanato/Educandário: “(...) Cinco badaladas do sino do claustro, num toque rápido, dão movimento à fila de órfãs na saída do refeitório, em princípio de tarde de domingo (...)” (PAIM, 1965, p. 35).

Ele mantém uma relação direta também com o cruel castigo que Catarina sofreu na infância: “(...) Vinte e sete horas sob o sino. Terminaria aquele suplício? Não se satisfaz ainda a Madre Superiora com o exemplo dado ao colégio? (...)” (PAIM, 1965, p. 107).

Esse castigo parece referir-se não somente a este especificamente, mas a todos os sistemas rigorosos pelos quais passou: “(...) — Sua recusa obstinada foi o tema de minha meditação da manhã. Você não passa de criança. Que a sustenta mais de quarenta horas debaixo deste sino? (...) — O ódio à injustiça, sabe isto igual a mim, Madre São João” (PAIM, 1965, p. 122).

A rosa, por sua vez, contrasta substancialmente com o sino, pois o material do sino é duro e rígido, diferentemente do da rosa, envolta de pétalas, matéria viva e delicada. A qual simboliza a perfeição, o amor, a união, a alma, o romantismo, a pureza, a beleza, a sensualidade, o renascimento, além de ser famosa pela sua indubitável beleza e fragrância (Manfred, 2003).

Com relação à narrativa, a rosa pode estar evidenciando a pureza, a fragilidade da menina e da mulher Catarina, como também a toda feminilidade das mulheres que marcam o romance, visto serem a maior parte, sobretudo as meninas que moravam no orfanato: “(...) Juliana, Margarida e Alfreda tinham a semana inteira os rostos como rosas (...) Suas mãos eram de fadas quanto as mãos de Belmira, Aurélia e Inês a bordarem de ouro a casula do Arcebispo. Mãos iguais, rostos opostos. Junto do fogo, Juliana, Margarida e Alfreda eram rosas, junto do bastidor gigante Belmira, Aurélia e Inês eram cera, círio” (PAIM, 1965, p. 104).

Entretanto, é interessante observarmos que o contraste entre o sino e a rosa parece complementar-se, formando um par, a começar pelos próprios artigos que realçam seus respectivos gêneros: masculino/feminino e o sino/a rosa. Mas não somente isso, poderíamos supor que ambas as características atribuídas ao sino e a rosa, no caso, a rigidez e a singela, seriam traços que coabitam a própria Catarina, pois como vimos, ao analisar esta personagem, ora ela se apresenta como uma menina delicada e frágil, e ora destemida e espirituosa.

A rosa é vista também como uma bela flor complexa e o desabrochar do seu botão simboliza o segredo e o mistério da vida. Isso mantém uma relação direta com o que se é narrado no romance: uma criança a descobrir e desabrochar para o mundo e para vida, assim como uma mulher que mesmo já na sua fase adulta experimenta a redescoberta de si mesma ou seu reflorescer.

Ela pode estar representando ainda uma das armas que Catarina dispõe para vencer as batalhas da vida e vislumbrar o mundo: a leitura e a escrita: “(...) Hoje, você pegou uma criatura viva, fez que andasse, sentisse, tivesse opinião e sonho. A menina conquistou a rosa, Catarina (...) Veja-se uma rosa. Bela, hem? Vem o desejo, cerca-se a roseira, luta-se contra o espinho. Luta-se, só depois, rosa na mão (...)” (PAIM, 1965, p. 87, p. 89). “— Menina, talvez sejas mais rica do que Salomão. Tens uma rosa, uma espada e um sonho. (...) Ia de mãos quase livres, ia a andar e pensando: “segunda metade de meu nascimento. E levo uma rosa, uma espada e um sonho” (PAIM, 1965, p. 171).

Assim, verifica-se que o título da presente narrativa está impregnado de uma carga simbólica que aguça a curiosidade do leitor e o conduz a variadas possibilidades de leituras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sino e a rosa empreendeu-nos em uma jornada literária árdua, mas igualmente prazerosa ao nos possibilitar um mergulho na experiência da personagem Catarina, a mulher de Henrique, a escritora e a mãe de Maria Augusta e, ao mesmo tempo, a menina frágil e resistente que foi abandonada na Roda dos expostos.

Dentre tantas outras abordagens que a obra viabilizaria, o presente trabalho versou sobre o abandono infantil e nos conduziu para uma leitura histórica e social relativa a este tema. Observamos que seria imperativo principiar esta pesquisa trazendo um apanhado histórico que nos aproximasse dos conceitos que estão no cerne desta discussão: criança, família, e o abandonado. Visto que para aprofundarmos nossa análise era preciso compreender o que são crianças abandonadas, o porquê da existência do abandono e quem as abandonou: se a família, o Estado, ou a sociedade de um modo geral.

Assim, para tratar deste primeiro ponto, o capítulo I discorreu sobre as transformações que levaram a formular e caracterizar os termos: família, criança e infância. E, desse modo, nos possibilitou traçar um percurso das civilizações primitivas até a atual conjectura de família monogâmica, representada pela figura do pai, da mãe e os filhos, e descobrimos que ao longo do tempo muitos fatores sociais, culturais e principalmente, econômicos interferiram diretamente na estruturação daquilo que viria a denominar-se instituição família. Com isso, constatamos que o Estado sempre esteve atrelado a essas alterações ocorridas na estruturação familiar, o que tornou possível apontar-nos pistas para uma compreensão mais abrangente sobre as causas do abandono infantil.

Foi possível constatar também que o vínculo familiar se fortaleceu em função da criança. E a imagem desta última esteve atrelada à ideologia cristã que a associava à figura do menino Jesus, modelo transposto de Portugal para o Brasil, bem como a prática da exposição de crianças e as de medidas protetivas.

Através de Passetti (1996), verificamos que a família brasileira foi relacionada ao bem-estar social e que, com a sua fragmentação devido a vários fatores, os filhos entraram em crise por falta de inadaptabilidade com as normas e os valores estabelecidos pela ideologia ocidental, o que fez surgir a figura do menor infrator marginalizado. Foi quando o Estado passou a intervir e, em 1988, através da Constituição Federal de 1988, instaurou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente em

que ficavam regulamentados os direitos deste público, internalizados por uma série de normativas internacionais.

Compreender as concepções de família e, conseqüentemente, de criança ao longo do tempo, na Europa ocidental e posteriormente no Brasil, serviu-nos de ponte para adentrar-nos no segundo aspecto do nosso tema que é o abandono infantil. Por isso, o capítulo II aprofundou a questão do menor abandonado com Marcílio (1998) e mostrou-nos que esta prática existe desde a Antiguidade. Sendo muitas e variadas as suas causas, e a pobreza apontada como uma das principais, não só na Europa como em toda América Latina e no Brasil, muito embora, como afirmado por Marcílio (1998), outros motivos também tenham levado a isso, como o caso de crianças, tidas como filhas ilegítimas, abandonadas em favor da honra da mulher. Desse modo, ao trazermos os fatos reais para o nosso trabalho, o que foi oportunizado pelo capítulo I e II, resgatamos a história do abandono infantil quase muitas vezes esquecida pelas autoridades e a sociedade de um modo geral e, portanto, propiciamos ao leitor uma contribuição para ampliar a visão acerca desta problemática universal. Além disso, o fato da nossa pesquisa seguir da realidade para à ficção, fez-nos conhecer preliminarmente os elementos que envolveram o cerne desta temática o que facilitou identifica-los na obra *O sino e a rosa*, bem como perceber que a literatura oferece a capacidade de estimular o nosso senso crítico, podendo ampliar e enriquecer nossas experiências com o mundo em nossa volta.

Sentimos que antes de adentrarmos de forma mais profunda na obra propriamente dita, era importante também traçar uma conexão entre os fatos históricos (reais) e a ficção para entendermos de que modo a sociedade e a literatura interligam-se e nesse meandro como se instaura a escritura e militância de Alina Paim. Toda essa discussão foi esboçada no capítulo III.

Nesse sentido, Candido (2006) serviu-nos como base para estabelecermos essa correlação entre literatura e sociedade por apontar-nos que há uma intrínseca relação do texto ficcional com o meio social. Pudemos conectar esse pensamento com o de outros críticos, como Bosi (1995), que considera a obra de arte como um jogo em movimento que expressa a percepção de um artista, como Calvino (2006), que direciona a vinculação da ficção com a realidade atribuindo à literatura um importante papel doutrinador, na medida em que ela nos sensibiliza e impulsiona-nos a reflexão, ao conhecimento, a ação abrindo-nos inúmeras possibilidades de ler o mundo. Nessa esteira, também foi possível relacionarmos os argumentos de Ianni que diz ser a

narrativa um tipo de desvendamento ao mesmo tempo em que produz uma forma de autoconsciência. Ela tende a esclarecer aquilo que demonstra ser “complicado, enigmático, opaco, infinito” (1996, p. 40).

Com Spivak (2010), discorremos sobre os sujeitos do terceiro mundo que mormente não possuem poder voz e são mediados por intelectuais quando deveriam ganhar espaço para expressarem por si mesmos. Com isso, podemos constatar que a linguagem se torna um instrumento de controle social, pois ela reforça um poder hegemônico, inibindo outros. Isto pôde ser ratificado ao apresentarmos a abordagem de Foucault (1996), que argumenta sobre os mecanismos de interdição e controle discursivos; Barthes (1977), para o qual na linguagem está inscrito um poder que atravessa todas as camadas e os tipos de intercâmbios sociais; e Derrida (2014), que vê a literatura um jogo que pode dissimular aquilo que mostra ao apontar para além de si mesma.

Em torno dessas premissas, discutidas no capítulo III, foi possível constatar que a obra *O sino e a rosa* de Alina Paim, ao trazer em seu bojo a personagem principal que fala da “dor” de sentir-se abandonada pela família, serviu como espaço para dar voz a um grupo excluído e silenciado pela sociedade: a criança abandonada.

O capítulo IV buscou verificar através dos elementos da narrativa de que modo podemos descortinar a questão do abandono infantil. Ao analisarmos o foco narrativo, constatamos que embora exista um narrador em terceira pessoa, este muitas vezes se desdobra em um jogo de linguagem a ponto de confundir-se com a voz da própria personagem. Foi possível verificarmos também que esse narrador se articula de modo a conseguir transmitir o drama do abandono tanto pela voz da personagem na infância, a menina Catarina, quanto pela voz da personagem adulta. Assim, experimentamos junto com a personagem dois modos de sentir a mesma dor: um ainda em desenvolvimento (na infância), e outro vivido no passado, mas que nem por isso foi superado.

De modo mais geral, ao concluirmos a análise desta pesquisa, verificamos que o fato de Alina ter frequentando um colégio interno das freiras pôde trazer para a narrativa personagens e espaços tão minuciosamente trabalhados, dando vida a história e reproduzindo a realidade com um toque de imaginação e fascínio.

A análise da obra nos levou a refletir juntamente com a protagonista sobre o que realmente vale nessa vida. Quando Catarina busca o sentido de sua existência no momento em que a vida de sua filha parece ameaçada, esta vida se apresenta frágil e

nisso ela se questiona sobre o que já havia conquistado até então. Os fatos trazidos pelas memórias remissivas levam-na a crer que sua trajetória não foi fácil, que havia sofrido muito com a solidão e tantas incertezas da infância, mas descobre também que é dentro de si que há “a chave” para abrir os compartimentos selados, ou seja, a força para seguir lutando pelo seu desejo de liberdade e conhecimento. Além disso, a obra nos mostrou que a literatura serviu como uma espécie de oásis para Catarina, quando trancada em um orfanato, a leitura lhe transferia para um mundo paralelo aquele, e a impelia a buscar sua própria independência.

A persistência, a luta e a coragem para enfrentar as adversidades impostas pela vida, sobretudo quando ainda se é criança, ou seja, quando mais se precisa de proteção e amparo fazem de Catarina uma personagem inspiradora e enriquece a nossa literatura ao mostrar a força da mulher brasileira que, mesmo nascendo em condições subalternas, não se deixar abater e segue em busca dos seus sonhos.

Catarina, a menina abandonada na Roda dos Expostos, amparada por uma instituição de religiosa de caridade, sob os cuidados das irmãs vicentinas, em um ambiente, impregnado de normas, regras, incertezas, medos e solidão. O romance de Paim consegue nos conduzir pela história de uma criança que sonha em ter uma família, mas essa criança não se detém apenas na personagem Catarina, é uma representação de tantas outras meninas e meninos que sonham e sofrem igual dilema. Ou mesmo, que passam por infortúnios ainda piores quando não encontram amparo e quando são submetidos as mais atroz condições de uma vida marginalizada pela sociedade.

A literatura age na história na medida em que, através de suas variadas utilidades, impulsiona o homem para o campo de batalha e o encoraja moralmente instigando sua sensibilidade e mostrando-lhe como deve olhar à sua volta, tal como foi possível descobrir através de Calvino (2006). Muito provavelmente esta leitura histórica e social do romance *O sino e a rosa* de Paim, suscitará no leitor um olhar mais atento e abre uma janela para repensarmos o abandono infantil, não somente como uma questão social, mas também humana e sua erradicação é condição indispensável para a construção de um mundo mais digno e igualitário a todos.

REFERÊNCIAS:

- AMADO, J. **Capitães da areia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- ARIES, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARISTÓTELES. **Poética**. 3. ed. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- BACHELARD, G. **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço**. Trad. Joaquim José Moura Ramos et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.199-221.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e Estética. A teoria do romance**. 6. ed. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 211.
- BARTHES, R. **Aula Inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França**. Tradução de Leyla Perrone-Moises. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BENJAMIN, W. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BRAIT, B. **A personagem**. São Paulo: Ática, 3.Ed. 1985.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BOSI, A. **Reflexões sobre a arte**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- CALVINO, I. **Assunto encerrado: discursos sobre literatura e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- _____.; ROSENFELD, A; PRADO, D. A. & GOMES, P. E. S. **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.
- CARDOSO, A. M. L. **Abandono e violência em Alina Paim**. In: GOMES, C. M. et al. **Imaginários literários: memórias e estética pós-moderna**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017, p.55-67.
- _____. **A identidade da mulher em Alina Paim**. In: GOMES, Carlos Magno e ENNES, Marcelo Alario (Orgs). **Identidades: Teorias e Práticas**. São Cristóvão: Editora UFS, 2008a.
- _____. **A obra de Alina Paim**. In: **Interdisciplinar: revista de Estudos em Língua e Literatura**. v. 8, p. 35-45, 2009.
- _____. **Alina Paim – uma romancista esquecida nos labirintos do tempo**. In: **Aletria**. Belo Horizonte: FALE/UFGM, vol. 20, 2010, p. 125-132.

CARDOSO, Ana Maria Leal. **Uma leitura feminista da narrativa de Alina Paim**. In: Anais do III Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades. Campina Grande, Editora Universitária da UFPB, 2007, p.1-8.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs e esquizofrenia**. In: _____. O liso e o estriado. 34.ed. Trad. Peter PálPelbart et al. São Paulo: 1997, v. 5 p. 179-213.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs e esquizofrenia**. In: _____. Tratado de nomadologia: á máquina de guerra. Trad. Peter PálPelbart et al. 34. ed. São Paulo: 1997, v. 5, p. 11-110.

DERRIDA, J. **Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida**. Tradução de Marileide Dias. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p.07-43.

DOURADO, Autran. **Proposições sobre o labirinto**. Colóquios Letras, nº 20. Lisboa, julho de 1974, p. 05-12

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9. Ed. 1984, p. 28-90.

FARIAS, S. A propósito das origens dos enjeitados no período escravista. In: VENÂNCIO, R.P. (org). **Uma história social do abandono de crianças**. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010, p. 81-98.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso. Aula Inaugural no Collège, pronunciada em 02 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FONTE, T. Evolução do conceito de exposto em Portugal. In: VENÂNCIO, R.P. (org). **Uma história social do abandono de crianças**. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010, p.39-58.

GAMA, L.L.G e VENÂNCIO. R.P. Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: PRIORE. Mary del, (org). **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 4. Ed. 1996, p.61-75.

GINZBURG, J. **O narrador na literatura brasileira contemporânea**. Reviste Unimi, 2. São Paulo, 2012, p.199-221.

IANNI, O. Sociologia e Literatura in: SEGATTO. J.A. (org) **Sociedade e Literatura no Brasil**. São Paulo: UNESP, 1999, p.09-42.

LEITE, M.L.M. O Óbvio e o contraditório da Roda. In: PRIORE. Mary del, (org). **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996, p.98-111.

LEITE, L. C. M. A tipologia de Norman Friedman. In: _____. **O Foco Narrativo**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2002. p. 25-66

LONDONO, F.T. A Origem do Conceito Menor. In In: PRIORE. Mary del, (org). **História da criança no Brasil**.4.ed. São Paulo: Contexto, 1996, p.129-145.

LOPES, M. E. P. S. **Maternagem e trabalho em Alina Paim: a espada e a rosa de Catarina**. Gênero Amazônia, n. 6. Belém, jul-dez de 2014, p. 232-234.

MANFRED L. **Dicionário de simbologia**. Tradução de Mario Krauss et al. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.
MATTOSO, K. Q. O filho da escrava. In: PRIORE. Mary del, (org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 4. ed. 1996,p.76-97.

MOURA, E.B.B. Infância operária e Acidente do trabalho em São Paulo. In:PRIORE, M. (org). **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996, p.112-128

PAIM, A. **O sino e a rosa**. Rio de Janeiro: Lido, 1965.

PAIM, A. **A chave do mundo**. Rio de Janeiro: Lido, 1965.

PAIM, A. **O círculo**. Rio de Janeiro: Lido, 1965.

PALHARES, C. V. T. **A mimese na poética de Aristóteles**. Caderno Cespuc. Belo Horizonte, n. 22, 2013, p. 01 a 05

PASSETTI, E. O Menor no Brasil Republicano. In: PRIORE. Mary del, (org). **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996, p.146-175.

PRIORE, M. (org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 4. Ed. 1996.

PRIORE, M. O Papel Branco, a Infância e os Jesuítas na Colônia. In: PRIORE. Mary del, (org). **História da criança no Brasil**.4 ed. São Paulo: Contexto, 1996, p.10-27.

ORIENTE, I. **Abandono e institucionalização de crianças**. Revista Acta Scientiarum. Humanand Social Sciences, n.1-V.32, Maringá, 2010, p. 63-72.

RAMOS, G. **Infância**. Rio de Janeiro/São Paulo. Atalaya. Mestres da Literatura Contemporânea.

REGO, J. L. **Menino de Engenho**. 18. Ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1972.

RODRIGUES, A. da R. As Santas Casas da Misericórdia e a Roda dos expostos. In: VENÂNCIO, R.P. (org). **Uma história social do abandono de crianças**. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010, p.123-146.

SANTOS. F.**O imaginário da educação no romance, Estrada da Liberdade de Alina Paim**, 2011, Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, são Cristóvão-SE.

SANTOS, G. **A romancista Alina Paim**. Aracaju: GFS, 2008.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG: 2010.

SANTOS, S. M. M. **Um novo olhar sobre o conceito de abandono de crianças.** 2010. 192 f. Dissertação (mestrado em psicologia) - Universidade Católica de Goiás, Goiás.

SOUZA, L. M. O Senado da Câmara e as Crianças Expostas. In: PRIORE, Mary del, (org). **História da criança no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996, p.28-43.

SCOTT, A. S. V; BACELLAR, C. A. P. Crianças abandonadas em áreas sem assistência institucional. In: VENÂNCIO, R.P. (org). **Uma história social do abandono de crianças.** De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010, p59-80.

VOIGT, Andressa Cristina e et al. **O conceito de mimeses segundo Platão e Aristóteles: breves considerações.** Travessias, n.02. V.10 p.225-253.

XAVIER, E. **A construção do corpo liberado: a trilogia Catarina de Alina Paim.** Revista Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 33. Brasília, jan-junho de 2009, p. 71-80.

ZEZINHO, Pe. Menores abandonados. São Paulo: Paulinas-Comep, 1981. Disponível em: < <https://www.cifras.com.br/cifra/padre-zezinho/menores-abandonados> > Acesso em 29 novem. 2.018